



Pontifícia  
Universidade  
Católica do  
Rio de Janeiro

Júlia Costa Borges Monteiro

### **Lusocariocas:**

**Imigração, gênero e construção identitária a partir da trajetória de uma família portuguesa no Rio de Janeiro (1911-1953)**

Monografia apresentada ao Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção dos títulos de Licenciatura e Bacharelado em História.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Affonso de Miranda Pereira

Departamento de História  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro  
Dezembro de 2024

Para minhas avós,  
Nancy (1937-2024) e Ateneia (1943-2023).  
Foi uma honra ter sido a luz da sua velhice.

## Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por minha vida, minha família, minha saúde, meu estudo e por todas as excelentes oportunidades que me foram dadas. Também sou grata à Nossa Senhora de Fátima por me consolar nos momentos mais difíceis da minha vida e ao meu Anjo da Guarda por me proteger do mal e me guiar por caminhos de luz ao longo de minha trajetória.

À minha família, que é a razão deste trabalho existir. Minha família é minha base, pois é ela que financia os meus sonhos e incentiva que eu corra atrás deles, é ela que apoia as minhas escolhas e me dá forças para eu enfrentar as dificuldades da vida. Minha família está comigo em todos os momentos, ela me sustenta, me aconselha, me educa, me abraça, e, acima de tudo, me ama. Sou grata por todo o amor recebido, pelos meus entes queridos na Terra, e pelas minhas estrelas-cadentes no Céu.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro pelo acesso ao conhecimento que me foi possibilitado ao longo da graduação e pela infraestrutura maravilhosa do *campus* da universidade.

À Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos pela bolsa pró-licenciatura que me foi concedida ao entrar na instituição.

Agradeço ao Departamento de História, aos seus professores e funcionários, pela qualidade do estudo que me foi ofertada. Agradeço ao Programa de Educação Tutorial e à professora Juçara por terem me aceitado como parte do grupo. As reuniões do PET tornaram a rotina acadêmica mais leve e divertida. Obrigada por terem me introduzido à pesquisa, ao ensino de História, à extensão universitária, à gestão de equipes, à produção de conteúdo para as redes sociais, à mediação e à organização de eventos.

Em especial, agradeço ao professor Leonardo por ter me aceitado como orientanda e embarcado nessa aventura comigo. Obrigada por sua atenção e dedicação, por suas correções e indicações de leitura, por ter compreendido as minhas crises de choro e respeitado o meu momento. Obrigada por ter cobrado bastante de mim, ter extraído o que havia de melhor no meu texto e ter acreditado no meu potencial como historiadora.

À Coordenação Central de Cooperação Internacional pela oportunidade de fazer intercâmbio acadêmico durante a minha graduação e adquirir a experiência de estudar História em outro país. Sou grata às professoras Larissa Correa e Crislayne Alfagali pelas generosas cartas de recomendação que possibilitaram minha ida a Portugal.

À Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra por ter me recebido tão bem durante os seis meses que fui estudante em mobilidade na instituição. Sou grata aos doutores da Universidade de Coimbra pelos ensinamentos e à cidade de Coimbra pelas experiências que vivi, as quais levarei para sempre comigo. Sou grata às Irmãs da Companhia de Santa Teresa de Jesus por me hospedarem tão bem em sua residência universitária e me oferecerem um lar em Coimbra. Principalmente, sou grata às amigas que fiz em Portugal: Elisabete Martins, Sofia Costa, Júlia Paoli, Malu Caldeira, Beatriz Rodrigues, Marta Carvalho, Ana Luiza, entre tantas outras pessoas que me fizeram sorrir.

À Luciana Corteze e ao Bernardo Trindade por entrarem na minha vida em Coimbra e espero que nunca mais saiam dela. Nossa amizade é do tamanho da Ponte Rio-Niterói.

Em especial, agradeço à família Loureiro por terem me acolhido em vários momentos da vida. Sou muito grata à Marina, ao Felipe, à Sofia, ao Pedro, à Thaís, ao Bernardo, à Dona Rosário (*in memoriam*), e ao Seu Carlos (*in memoriam*), por tudo que vocês já fizeram por mim. Obrigada por terem me educado na Palmo e Meio; por cuidarem de mim no Porto; por me buscarem em Campanhã e por me levarem para conhecer Viana do Castelo, Guimarães, Lamego, Vigo, Valença do Minho e Arcos-de-Valdevez. Obrigada pelas comidas gostosas, pela cama macia, pelo banho quentinho e pelo ingresso para Alvalade como presente de aniversário. Viva o Sporting!

Agradeço ao Colégio Padre Antônio Vieira, à D. Izabel Werneck e à D. Vera Werneck pela excelente educação básica que me foi ofertada. Tenho muito orgulho de ter estudado no colégio e me formado lá. A instituição pode ter fechado suas portas, mas enquanto meus colegas e eu vivermos manteremos vivo o legado do colégio: “*Alte et Recte* – a palmeira arrojada, é o brasão de uma estirpe real.”

À Suray Soren, minha professora de violino e diretora artística, por ser minha grande mestre de vida. Muito mais do que a tocar violino, você me ensinou a importância de se ter disciplina, dedicação, persistência e comprometimento. Obrigada por ter contribuído com a minha educação e com a minha formação profissional.

Agradeço a todos os amigos que o violino me deu, especialmente a Beatriz Mardine, Nina Sforza, Carolina e Maria Werneck. A vida é mais divertida dividindo o palco com vocês.

À Beatriz Elizabeth, minha diva, que o violino trouxe para a minha vida e que ressurgiu durante o meu percurso acadêmico. Ter te reencontrado foi uma enorme felicidade! Obrigada por me salvar do ostracismo e por me abraçar quando eu estava triste.

À Danielle Larrate, minha duplinha de História, por permanecer do meu lado do início ao fim da graduação. Nossa amizade foi um grande presente que a PUC-Rio me deu e pretendo mantê-la ao longo de toda a nossa vida.

Ao Marconi, por ter me estimulado intelectualmente durante todo o curso de História. Obrigada por contribuir com o meu crescimento acadêmico e por tornar o dia a dia na PUC muito mais interessante com suas colocações sobre o Antropoceno.

Antes de encerrar agradeço novamente à minha família.

À minha mãe, Sílvia, que me colocou no mundo, me deu amor, carinho e revisou todos os meus textos em busca de erros de português.

Ao meu pai, Mário, por todo o apoio prático que me deu durante a graduação. Obrigada por me levar de carro para as aulas às 7h da manhã, por financiar meu intercâmbio em Portugal, por debater os meus escritos comigo, por me auxiliar a concluir este trabalho, e, acima de tudo, por cuidar da vovó por mim quando eu estava fora do país.

À minha avó, Nancy (*in memoriam*), por me fazer sorrir, chorar e cantar. Anos atrás, quando eu fui contar a ela que havia sido aprovada em História, vovó ficou com o olhar distante e respondeu que eu ia sofrer, porque muita gente havia sofrido no passado, muita coisa ruim havia acontecido, e ao estudar História eu estudaria todo o sofrimento humano. Para uma menina de 17 anos essas foram palavras pesadas, mas não deixa de ser uma verdade, a qual eu relembro constantemente ao longo dos meus estudos. A vida levou minha avó devagar, devagarinho, mas sou grata por ter sido a última pessoa da família a vê-la com vida, a última pessoa a beijá-la, a segurá-la nos braços, a cantar para ela e a dizer que a amava.

Ao meu tio Eduardo e aos meus primos, Anna Carolina, Cadu, Pedro e João, por serem presentes na minha vida, na alegria e na tristeza. Sei que sempre posso contar com vocês. Sou grata à minha tia Gilda (*in memoriam*) e ao meu tio Tonzinho por me contarem história da família Leitão e por terem sido bons companheiros para a minha avó Nancy.

À minha avó Ateneia (*in memoriam*), por ser minha melhor amiga, conselheira, guia espiritual, meu ombro amigo e quem mais me incentivava a correr atrás dos meus sonhos. Nunca vou esquecer da sua reação quando eu contei que cursaria História, ela abriu um sorriso de orelha a orelha, começou a bater as palminhas e conteve a vontade de pular pela casa, não parava de repetir que “História é a base para tudo”, intercalando com “essa é a minha neta!”; reação semelhante à quando eu cheguei na porta de sua casa com a carta de aceite da Universidade de Coimbra nas mãos, momento em que vovó mal conseguiu conter seu orgulho e felicidade, colocando a carta em cima do piano para que todos vissem. É difícil alguém me conhecer e nunca ter ouvido falar na minha avó amorosa, carinhosa, admirável, sonhadora, trabalhadora, sobrevivente, curiosa e que, desde o ano passado, é uma estrela brilhante no céu. Obrigada por cuidar de mim, por brincar comigo, me buscar na escola, dar almoço, preparar lanchinhos, ouvir todos os meus choros e inseguranças da adolescência, me dar broncas e me fazer encarar a vida. Obrigada por me contar suas histórias e por fazer com que eu aprendesse a amar familiares que eu não cheguei a conhecer, mas que através de você eu sinto que convivi com eles e sei que, se eles estivessem vivos, me amariam de volta. Se esse trabalho existe hoje, é graças à minha avó Ateneia, que me fez aprender a pensar e que autorizou que essas histórias fossem contadas. Obrigada por ser o amor da minha vida.

À Gisela, ao Vinícius, ao Guilherme e à Carol por me deixarem ser eu mesma, me fazerem curtir o momento presente e aproveitar as pequenas felicidades da vida. É divertido deixar meus problemas de lado e ser a Júlia Feijó quando estou com vocês.

À minha bisavó Giselda (*in memoriam*) e ao meu bisavô Antero (*in memoriam*) por serem organizadíssimos e guardarem os álbuns de fotografias e os documentos necessários para a escrita desse trabalho. Também agradeço por colocarem minha avó Ateneia no mundo, ela era muito gente boa.

À minha tia-bisavó Lydia (*in memoriam*), cujas memórias foram o verdadeiro eixo estruturante da minha monografia. Sem seu livro, o presente trabalho nunca teria se concretizado. Obrigada pelo seu esforço de manter a memória familiar viva.

E por último, ao meu tio-avô Rogério – que apareceu na minha vida aos 45 minutos do segundo tempo – que foi essencial para a escrita desse trabalho. Obrigada por me receber em sua casa, compartilhar suas histórias, mostrar fotografias e ler os meus capítulos em suas versões iniciais. Eu não teria conseguido amarrar as pontas soltas sem você. Valeu!

## **Resumo**

Adotando um olhar próprio da micro-história, o presente trabalho investiga as trajetórias de mulheres imigrantes portuguesas em uma família lusocarioca a partir de fontes produzidas e/ou organizadas por essas próprias personagens, com o objetivo de refletir acerca das tensões de gênero que marcaram a experiência dos portugueses, homens e mulheres, que imigraram para o Rio de Janeiro no período da Grande Migração. Para isso serão analisadas as trajetórias de Libânia, António, Giselda e Lydia – membros de uma mesma família, de sobrenome Feijó – que em diferentes momentos se viram frente aos desafios de conceber suas vidas no trânsito entre os dois países, conformando existências que se desenvolviam entre o viver português e o carioca. Por meio da análise das relações entre os irmãos Maria Assunção e Antero, futuro marido de Giselda, analisa-se ainda as duas faces da emigração portuguesa: a dos homens que partiam e a das mulheres que permaneciam em Portugal, que tinham suas vidas profundamente alteradas pela emigração masculina. Pretende-se, com isso, refletir sobre a migração como um não rompimento dos vínculos afetivos com o país de origem, o caráter familiar da migração feminina, as vulnerabilidades que as mulheres imigrantes estavam submetidas e a importância feminina para a (re)construção da identidade portuguesa em diáspora.

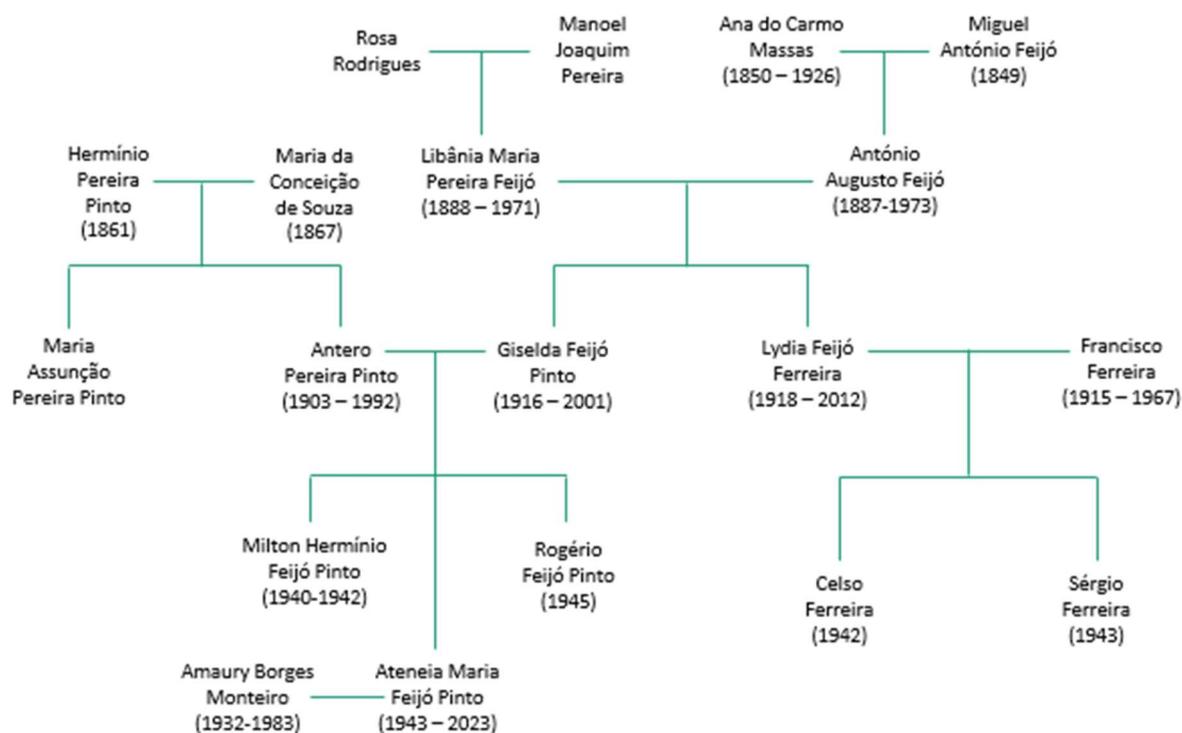
## **Palavras-chave:**

Imigração portuguesa – gênero – associativismo – casa portuguesa – Rio de Janeiro

## Sumário

Árvore de trajetórias .....	9
Introdução .....	10
Capítulo 1: Como Libânia houve milhares .....	25
1.1 – A Escola Velox e o pioneirismo de António Augusto Feijó no ensino de datilografia na Capital Federal (1911-1953) .....	30
1.2 – Lusocariocas: crescer entre mundos .....	37
1.3 – O Rio para além do “rio da minha aldeia” .....	62
Capítulo 2: Eram casas portuguesas, com certeza .....	76
2.1 – As associações lusitanas da Capital Federal: o Clube Ginástico Português e a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência .....	77
2.2 – Uma casa lusocarioca .....	100
Conclusão .....	122
Relação de fontes .....	128
Referências Bibliográficas .....	130

## Árvore de trajetórias



## Introdução

Alguns historiadores encontram o seu tema de pesquisa no meio da leitura de um texto, achando documentos inexplorados em um arquivo, conversando com colegas ou refletindo nos corredores da universidade. Outros historiadores decidem o que vão pesquisar enquanto ouvem música, tomam banho, caminham na rua ou percorrem o trajeto a caminho da faculdade observando a paisagem. No meu caso, decidi meu tema de pesquisa na poltrona da casa da minha avó, conversando com ela na hora do lanche, numa tarde de agosto de 2022.

Minha avó se chamava Ateneia Feijó e ela era jornalista. Ela estava sempre inteirada dos debates do momento, corria atrás de conhecimento e gostava de conversar sobre tudo e mais um pouco. Trabalhou no *Jornal do Brasil* e na revista *Manchete*. Foi uma mulher desquitada numa época em que elas sofriam um forte preconceito da sociedade e tinham a sua conduta moral sempre sob intensa vigilância. Para mim, ela sempre foi uma aventureira. A sua fotografia na folha de rosto da *Manchete* ilustra bem essa percepção.



Imagem 1: Revista Manchete de 9 de janeiro de 1971. Edição n°977. Na fotografia: A repórter Ateneia Feijó cobrindo a frente de trabalho da Transamazônica. Acervo: Biblioteca Nacional.

A tia paterna da repórter, Maria Assunção Pereira Pinto, recebeu de seu irmão a edição da *Manchete* por correio, recortou a imagem da sobrinha e a colocou num retrato para mostrar a todos aqueles que visitavam a sua casa por onde andavam os membros da família que não moravam mais lá. O curioso é que essa casa não era em terras brasileiras, mas do outro lado do Atlântico, numa aldeia do interior de Portugal, marcada pelos socalcos feitos para o cultivo de vinhas, pelas encostas íngremes verdinhas e pelas curvas do rio Douro. A fotografia foi parar do outro lado do Atlântico porque minha avó era lusocarioca, nascida e crescida no Rio de Janeiro, mas filha e neta de imigrantes portugueses. Nessa tarde de 2022, nós duas estávamos falando sobre a migração portuguesa para o Rio de Janeiro durante a Primeira República, época em que seus pais e avós se fixaram em território brasileiro.

Em nossa conversa, ela mencionou que a maioria dos trabalhos que ela lia sobre essa temática falavam apenas do homem imigrante português de pouca escolaridade que vinha fazer trabalho braçal na Capital Federal. Eles foram muitos, mas não foram a totalidade dos lusos que migraram no período da Grande Migração – nome dado pelos estudos migratórios ao período que se estende de 1890 a 1930, por esta ter sido uma época marcada por grandes movimentos migratórios globais, como, por exemplo, a imigração de vários povos europeus para o Brasil – pois este período também foi marcada pelo crescimento das migrações feminina e familiares, assim como o estabelecimento de muitos portugueses no pequeno comércio e no setor de serviços carioca. Isso me fez refletir que, apesar de eu ter conhecido e convivido ao longo de minha vida com muito mais mulheres de origem portuguesa no Rio de Janeiro do que homens, as experiências masculinas eram muito mais presentes na historiografia do que as experiências femininas. A percepção dessa lacuna historiográfica – fruto de uma conversa com minha avó enquanto lanchávamos – foi o ponto de partida para que essa pesquisa se desenvolvesse.

Pouco tempo depois, recebi minha carta de aceite para ser estudante em mobilidade na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Em janeiro de 2023 fui estudar em Portugal, onde passei grande parte do tempo levantando bibliografia sobre a migração portuguesa para o Rio de Janeiro e a emigração feminina na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Em meu levantamento, percebi que durante a maior parte do século XX, a emigração portuguesa para o Brasil se configurava como um campo de estudos de economistas e de historiadores da História Econômica que em sua análise privilegiavam o homem trabalhador imigrante de baixa classe social que migrava na

juventude para exercer trabalhos braçais de pouca remuneração financeira, em detrimento daqueles e daquelas que não se encaixavam nessa categoria.

Nesse campo, encontrei a obra *A política portuguesa de emigração: 1850 a 1930*, de Miriam Halpern Pereira, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Esse livro pertence ao eixo de análise da História Econômica e é uma referência para se estudar a política emigratória portuguesa durante a Grande Migração. Miriam Halpern Pereira aborda desde as adversidades conjunturais do meio rural português e as causas da emigração, até a atratividade brasileira para o migrante luso, os empecilhos burocráticos do governo e os transtornos das viagens atlânticas, além de trazer importantes dados demográficos migratórios.<sup>1</sup> Todavia, essa perspectiva político-econômico-demográfica olhava apenas para as majorias, citando brevemente alguma minoria quando reconhecia os contratempos de sua existência (como no caso dos imigrantes ilegais). Apesar desses conhecimentos serem de suma importância para o entendimento da época, a ótica político-econômico-demográfica não adentrava nas trajetórias daqueles que emigraram, suas particularidades, sonhos, medos, valores e hábitos cotidianos, muito menos destacava as especificidades de gênero que a migração feminina acarretava.

Continuei em minha busca e encontrei o artigo “A mulher no contexto da imigração portuguesa no Brasil”, escrito por Maria Beatriz Nizza da Silva, em 1986, e publicado na revista *Análise Social*, da Universidade de Lisboa.<sup>2</sup> Nizza da Silva salientava a importância de os estudos migratórios também olharem para o viver emigrante feminino, partindo de fontes outras, como a imprensa periódica, os anúncios nos jornais e a História Oral. Ela não chegou a trazer novidades para o campo nem a desenvolver os desdobramentos da linha de raciocínio apontada, mas ela evidenciou uma carência fundamental nos estudos de então ao se perguntar onde estavam as mulheres portuguesas no contexto migratório.

Antes de deixar Portugal, tomei conhecimento da existência do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – vinculado à Universidade do Porto. A criação do CEPESE foi um grande marco da historiografia recente voltada à e/imigração portuguesa. Ele foi fundado, e atualmente é coordenado, pelo historiador português

---

<sup>1</sup> PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração: 1850 a 1930*. Lisboa: A regra do Jogo, 1981.

<sup>2</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “A mulher no contexto da imigração portuguesa no Brasil”. In: *Análise Social*, vol. XXII (92-93), 1986- 3º- 4º, 653-659. Lisboa, 1986.

Fernando de Sousa. Dentre outras atividades, o CEPESSE incentiva a investigação e a publicação de livros sobre a área em ambos os lados do Atlântico. Nesse contexto, as pesquisas das historiadoras brasileiras Ismênia de Lima Martins, Lená Medeiros de Menezes, Érica Sarmiento e Maria Izilda Santos de Matos, entre outras, ganharam evidência por incorporarem as experiências femininas aos movimentos migratórios, seja pela feminilização dos deslocamentos em si, seja pela atenção às dinâmicas sociais das sociedades natais e receptoras que eram afetadas pela partida/chegada dos migrantes. As contribuições dessas autoras para a historiografia serão retomadas mais para frente.

Quando retornei para o Brasil, logo li duas importantes autoras para se pensar as experiências imigrantes no Rio de Janeiro. A primeira delas foi Gladys Sabina Ribeiro. Inserida no campo da História Social, ela pesquisava o antilusitanismo no Rio de Janeiro no começo do século XX em arquivos policiais. Inicialmente, a preocupação com as particularidades de gênero não aparece em seus escritos, mas com o tempo e através de uma abordagem jurídica, a preocupação em encontrar e conferir agência às mulheres imigrantes torna-se cada vez mais presente. Esse movimento se traduz quando, em *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas: o antilusitanismo na Primeira República*,<sup>3</sup> as portuguesas aparecem em pouquíssimos casos e, quando aparecem, elas são rés/depoentes de um processo cujo protagonismo é de terceiros ou então quando é algo relacionado a prostituição e violência (como estupro ou violência doméstica); já em *Portugueses e cidadãos: experiências e identidades nos séculos XIX e XX*<sup>4</sup>, as mulheres imigrantes aparecem com mais agência nos processos jurídicos, estando presentes em muitos casos de direito de família que dialogam com questões legais internacionais Brasil-Portugal, mas também vão além disso. Como coloca Ribeiro:

“São muitos os processos que falam sobre a vida da mulher portuguesa no Brasil e apelos constantes à legislação portuguesa, o que aponta possibilidades várias para estudo de gênero e das relações Estado a Estado, tanto no que tange aos direitos quanto à influência recíproca das leis e dos códigos em ambos os países. (...) A presença da mulher em diferentes tipos de negócios, com plena consciência de haveres e dos seus poderes, e sabedoria da possibilidade de recorrer à legislação brasileira e portuguesa, igualmente pode ser atestada em um ‘alvará’ de 1913. (...) Nessas ações, mais uma vez constatamos o quanto que as mulheres portuguesas eram conscientes dos seus direitos.” (RIBEIRO, 2018. p.32 e p.35)

---

<sup>3</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas: o antilusitanismo na Primeira República*. Niterói: Eduff, 2017.

<sup>4</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. POPINIGIS, Fabiane. TERRA, Paulo Cruz. *Portugueses e cidadãos: experiências e identidades nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2018.

Adotando procedimentos de atuação típicos do mundo do Direito, Ribeiro aborda como as imigrantes portuguesas eram cientes dos seus direitos e deveres, utilizando da argumentação legal em benefício próprio, em múltiplos trâmites jurídicos, como requerimentos de cidadania brasileira, litígios comerciais, reivindicações de heranças e/ou de bens patrimoniais, pedidos de desquite/divórcio, homologações de sentenças estrangeiras, conflitos entre senhorio/inquilino, entre outros. Sua via de análise apresenta problemáticas próprias do mundo jurídico-burocrático: é construída a partir de fontes marcadas por artifícios de narrativa e argumentação voltadas para defender uma perspectiva única e levar o leitor a dar razão ao depoente, sem dar abertura a elementos não relacionados ao litígio em si, mas que podem ser importantes para compreender as razões dos indivíduos envolvidos, como as sensibilidades humanas.

A segunda autora lida em terras brasileiras foi Eulália Maria Lahmeyer Lobo – conhecida por ser primeira mulher a obter doutorado em História no Brasil e pioneira nos estudos sobre imigração portuguesa no Brasil. Para escrever *Imigração portuguesa no Brasil*, Lobo recorreu a fontes diversas, como as estatísticas e/imigratórias e os censos relativos à cidade do Rio de Janeiro.<sup>5</sup> Apesar desta ser uma obra abrangente, que tentava estudar a imigração portuguesa para o Brasil de 1888 a 1970 como um todo, a autora ilumina alguns aspectos específicos, como a participação dos portugueses e portuguesas no comércio, na indústria e na cultura carioca de fins do século XIX até a década de 1930. Desse modo, Lobo saía do abstrato e passava a nomear as fábricas onde os imigrantes lusos no Rio de Janeiro trabalhavam e as regiões da cidade onde eles habitavam, dando rosto aos números e vendo-os como indivíduos, e não como uma massa disforme.

Em meio a muitas outras informações, Lobo encontrou tanto os ofícios femininos praticados nas aldeias portuguesas da virada do século XIX para o século XX, quanto os setores onde os imigrantes portugueses predominavam no Rio de Janeiro. Sobrepondo as informações, e partindo do princípio que as mulheres imigrantes procuraram atuar em ofícios ao menos relacionados com os quais elas já estavam acostumadas nas aldeias, Lobo verbaliza algumas das atuações profissionais ou ambientes de trabalho das mulheres imigrantes portuguesas no Rio de Janeiro, como lavadeiras, costureiras, vendedoras, criadas e artesãs. Outro exemplo da sobreposição de informações realizada por Lobo dava-se quando ela menciona as fábricas de tecidos como um usual destino do imigrante

---

<sup>5</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

português, e algumas páginas mais tarde diz que a principal mão-de-obra empregada pela indústria têxtil era a mão-de-obra feminina, de modo que ela conclui que grande parte das operárias das fábricas de tecidos cariocas no começo do século XX eram mulheres lusas.

Ismênia de Lima Martins se coloca como herdeira historiográfica de Eulália Lobo, porém com recortes e fontes mais delimitados. Martins investiga a migração portuguesa a partir das reformulações dos órgãos do governo responsáveis por lidar com a questão da imigração e cruza as fontes oficiais (como listagens de passageiros a bordo de navios) com a imprensa e a literatura (romances, crônicas e canções populares), além de acervos particulares pertencentes às associações portuguesas, buscando pelos resquícios dos homens e das mulheres do passado.<sup>6</sup> Essa investigação em acervos particulares por Ismênia Martins merece destaque por ter sido uma novidade para a época, mas que foi apontada anos antes por Nizza da Silva.

A nova historiografia da e/imigração incentivada pelo CEPESSE combate os estudos tradicionais da História Econômica que colocavam mulheres portuguesas como passivas no processo migratório, não reconhecendo a devida importância do seu trabalho, nem o seu impacto econômico, seu peso demográfico, social e cultural. A partir do aumento dos deslocamentos familiares e dos esforços de reunificação familiar (que implicava na e/imigração de mulheres casadas), o contingente de mulheres portuguesas no Rio cresceu gradativamente<sup>7</sup>. Recorrendo a fontes lusas e galegas (a Galícia era socioeconomicamente muito parecida com o Norte de Portugal), Érica Sarmiento constata que as que ficavam na terra natal se tornavam *viúvas de maridos vivos* e ocupavam novas funções sociais de maior poder decisório numa espécie de *matriarcado forçado*<sup>8</sup>. Já para Lená Medeiros de Menezes, as que atravessavam o oceano tomavam parte em redes de solidariedade e *cadeias migratórias*<sup>9</sup> que conectavam as duas margens do Atlântico.

---

<sup>6</sup> MARTINS, Ismênia de Lima. “Relações e registros sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro. Uma análise crítica das fontes.” In: SOUSA, Fernando. *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. CEPESSE / Edições Afrontamento. Porto, 2007. & MARTINS, Ismênia de Lima. “A Capital Federal e os Imigrantes em registros literários, Rio de Janeiro, 1890-1920.” In: SOUSA, Fernando de. MENEZES, Lená Medeiros de. (coordenação) *Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico: Múltiplos olhares sobre a e/imigração*. Ed. UERJ: Rio de Janeiro, 2017.

<sup>7</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. MATOS, Maria Izilda Santos de. *Gênero e imigração: Mulheres portuguesas em foco (Rio de Janeiro e São Paulo – XIX e XX)*. São Paulo: e-Manuscrito, 2017.

<sup>8</sup> SARMIENTO, Érica. “Trajetórias femininas, trajetórias invisíveis: as mulheres galegas no além-mar”. In: MENEZES, Lená Medeiros de. SOUSA, Fernando de. *Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico: Múltiplos olhares sobre a e/imigração*. Ed. UERJ: Rio de Janeiro, 2017.

<sup>9</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. “Cadeias migratórias, indústria e comércio: a Tijuca como estudo de caso”. In: MENEZES, Lená Medeiros de. SOUSA, Fernando de. (coordenação) *Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico: Múltiplos olhares sobre a e/imigração*. Ed. UERJ: Rio de Janeiro, 2017.

Menezes se debruça sobre múltiplas temáticas da imigração portuguesa no Rio de Janeiro a partir da História Social, desde o mundo do trabalho, em especial o fabril (como o das indústrias têxteis) e dos pequenos estabelecimentos comerciais, até o associativismo luso (manifestado através das várias casas regionais portuguesas espalhadas pela cidade, mas concentradas na região da Grande Tijuca, um *locus* privilegiado de lusitanidade).<sup>10</sup> Nessas esferas, Medeiros de Menezes tinha um olhar muito atento para onde estavam as mulheres portuguesas, as quais assim que chegavam no Rio de Janeiro, não apenas tendiam a reencontrar seus compatriotas, e seus maridos, como a buscar trabalho; seja para se sustentarem, complementarem a renda familiar ou ajudarem no negócio da família<sup>11</sup>. Menezes utiliza da História Oral, de notícias da imprensa, das cartas de chamada e de anúncios contendo ofertas de trabalho para atenuar o silenciamento dado às mulheres imigrantes portuguesas. Ela também salienta que correspondências privadas e comerciais podem ser correlacionadas entre si e exploradas como fontes históricas.

A historiografia recente da e/imigração portuguesa segue as aspirações da História Social, mas também pesquisa a vida privada das famílias em busca de informações sobre os processos de adaptação, as questões do cotidiano e do trabalho, e as especificidades do mundo doméstico para as imigrantes e seus descendentes. A casa como lugar de memória e transmissão de saberes como forma de preservação da identidade de origem abre novas possibilidades de pesquisa<sup>12</sup>. A autora Vanessa Dias Tavares, por exemplo, usa o recorte de gênero para enfatizar o espaço doméstico como lugar de memória.

Já Maria Izilda Santos de Matos traz para as pesquisas sobre imigração a ideia de que a transmissão dos hábitos, práticas e tradições alimentares lusas são elementos culturais essenciais na preservação da identidade portuguesa no além-mar. Para ela, estudar a vida das mulheres portuguesas no Brasil, também implica a valorização da educação culinária e dos hábitos alimentares portugueses como heranças culturais fundamentais deste povo. Ou seja, o estudo acerca das memórias e tradições associadas às mulheres portuguesas no Brasil perpassa pelo estudo das receitas familiares, da sociabilização à mesa, dos valores alimentares, dos sabores de infância e do hibridismo

---

<sup>10</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. “Cadeias migratórias, indústria e comércio: a Tijuca como estudo de caso”. In: MENEZES, Lená Medeiros de. SOUSA, Fernando de. (coordenação) *Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico: Múltiplos olhares sobre a e/imigração*. Ed. UERJ: Rio de Janeiro, 2017.

<sup>11</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. “Imigração e comércio: silêncios sobre a mulher.” In: SOUSA, Fernando de. (coordenação) *Entre Mares: O Brasil dos Portugueses*. Editora Paka-Tatu. Belém, 2010.

<sup>12</sup> DIAS, Vanessa Tavares. *Memórias da Casa: Um estudo sobre mulheres imigrantes portuguesas no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado em Antropologia – UFRJ. Rio de Janeiro, 1997.

característico da experiência migratória entre ingredientes e práticas do lugar de origem, Portugal, e de destino, Brasil, formando algo novo e legitimamente luso-brasileiro.<sup>13</sup>

Usando como fontes as cartas trocadas entre imigrantes portugueses em terras brasileiras e seus familiares em Portugal, a historiadora Maria Izilda de Matos também destaca o sentimento das *saudades* (palavra existente apenas em língua portuguesa) ao longo da experiência migratória. Ela analisa as sensibilidades presentes nesses escritos, especialmente as diversas manifestações de saudade. O gesto epistolar costuma ser livre, secreto e íntimo, de modo que dá ao historiador acesso a perspectivas e informações as quais o pesquisador não teria acesso pelas fontes oficiais nem pela iconografia. O epistolário humaniza os objetos de estudo ao fazerem o historiador refletir acerca das subjetividades dos agentes históricos. No caso da e/imigração, as cartas reforçam laços familiares e de amizade; e combatem as saudades. Apesar da maioria das cartas encontradas pela autora serem escritas por homens (os índices de analfabetismo feminino eram altos), a presença feminina na e/imigração está contida nas epístolas, seja explicitamente ou nas entrelinhas, seja ao abordar as resistências impostas à emigração feminina, a cobrança por notícias de parentes e conhecidos, o envio de remessas às terras familiares em vilas e aldeias, e ao convocar esposas e filhos a migrarem através das cartas de chamadas exigidas para o processo burocrático da migração<sup>14</sup>. As cartas contêm amores e rancores dos imigrantes, sonhos e medos, fatos e especulações, e, no que tange ao caso português, as saudades e suas manifestações, tanto na escrita, quanto nas ações, as quais são narradas pelo escrevente.<sup>15</sup>

As pesquisas publicadas no século XXI, como as de Ismênia de Lima Martins, Lená Medeiros de Menezes, Érica Sarmiento, Maria Izilda Santos de Matos, entre outras, vão além das fontes da História Oficial; elas buscam e valorizam as fontes deixadas pelas próprias imigrantes, seja em acervos familiares ou em associações lusas. As cartas, os diários e as fotografias pessoais, como formas de registro autobiográfico, são valorizadas, pois, somadas, estas fontes podem revelar muito sobre as trajetórias e os processos de

---

<sup>13</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. “Posta à mesa: mulher, memória e tradição”. In: MENEZES, Lená Medeiros de. MATOS, Maria Izilda Santos de. *Gênero e imigração: Mulheres portuguesas em foco (Rio de Janeiro e São Paulo – XIX e XX)*. São Paulo: e-Manuscrito, 2017.

<sup>14</sup> LEITE, Ana Carolina da Silveira. “Cartas de mulheres: História Social da Cultura Escrita de E/Imigrantes Portuguesas no Brasil (1896-1929).” In: *CEM n°8 - Cultura, Espaço & Memória* - Faculdade de Letras da Universidade do Porto /Edições Afrontamento: Porto, 2018.

<sup>15</sup> MATOS, Maria Izilda. TRUZZI, Oswaldo. “Saudades: sensibilidades no epistolário de e/imigrantes portugueses (Portugal-Brasil 1890-1930)”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, n° 70, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70011>

adaptação ao contexto carioca, não só das mulheres imigrantes, mas também de suas famílias. Desse modo, a nova historiografia acerca da migração portuguesa para o mundo brasileiro aponta o uso de narrativas autobiográficas e de outros escritos em primeira pessoa como uma forma de compreender melhor as experiências femininas dentro da dinâmica social da cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX.

A minha bagagem de leitura me fez perceber que as fontes históricas que eu possuía em meu acervo familiar – escritos, fotografias, documentos e narrativas orais salvaguardados por minha avó – me possibilitavam fazer uma pesquisa no campo da micro-história, a qual propõe pensar o fazer histórico partir das pequenas amostras que o historiador tem acesso.<sup>16</sup> Na micro-história reduz-se a escala de observação e aumenta-se a definição acerca do objeto observado, permitindo ao pesquisador perceber e analisar sutilezas e detalhes imperceptíveis, porém incrivelmente enriquecedores, os quais não eram vistos pela escala de análise anterior.<sup>17</sup> A abordagem mais próxima e em menor escala da micro-história permite que o historiador explore a complexidade da experiência humana, que estudos quantitativos ou narrativas mais abrangentes tendem a negligenciar. Nesse sentido, uma análise micro-histórica pode revelar novas dimensões da relação entre gênero e migração por trabalhar com trajetórias individuais e recortes espaciais outrora negligenciados. Essa metodologia permite investigar não apenas como as relações familiares foram reorganizadas a partir da migração, explorando mudanças nos papéis de cuidado e poder dentro das famílias imigrantes, mas também permitem investigar como as mulheres imigrantes vivenciaram os processos de deslocamento atlântico, adaptação à nova realidade e busca por oportunidades de trabalho através de suas próprias perspectivas. Ademais, ao pesquisar a migração portuguesa a partir de trajetórias femininas, a micro-história possibilita que o historiador explore as dificuldades colocadas às mulheres portuguesas no processo migratório e os aspectos emocionais da migração sob uma perspectiva de gênero, as quais quase não são acessadas por documentos oficiais e trabalhos quantitativos.

A partir das reflexões proporcionadas pela metodologia da micro-história e pela nova historiografia da e/imigração portuguesa, pude olhar para a minha própria experiência com outros olhos e enxergar os objetos privados de memória disponíveis no

---

<sup>16</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>17</sup> NETO, Alexandre Ribeiro. “A micro-história como aporte teórico para os estudos em história da educação”. In: *Revista Contrapontos - Eletrônica*, Vol. 18 - n. 1 - Itajaí, jan-mar 2018.

meu acervo familiar como fontes históricas valiosas que servem de ponto de partida para se pensar as trajetórias migratórias do contexto português para o contexto carioca, refletindo acerca das experiências daqueles e daquelas que viveram entre esses dois mundos. Assim, concebi o termo lusocarioca, um neologismo que se refere a algo ou a alguém que tem sua identidade, sua história, sua cultura e sua subjetividade formadas tanto a partir de Portugal, quanto a partir da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – de modo que é a partir da interação da herança tradicional portuguesa com elementos típicos da miscigenação carioca que se forma a identidade lusocarioca.

Minha avó era lusocarioca, mas ela também era uma contadora de histórias e guardiã da memória familiar. Ela me contava histórias sobre as trajetórias de seus pais, tios e avós nas primeiras décadas do século XX e compartilhava as experiências que eles vivenciaram em ambas as margens do Atlântico. Ela guardava livros, documentos, artefatos e álbuns de fotografias que materializavam sua narrativa e me aproximavam de um passado que eu não havia vivido, mas me identificava e reclamava como se fosse meu. Desse modo, quando eu era criança em sala de aula, com o giz, a lousa e o livro didático, eu estudava História a partir de personagens famosos, grandes acontecimentos e saltos temporais; mas era em gavetas ruidosas, papéis velhos, álbuns antigos, fotografias em tons de sépia e envelopes com selos e carimbos que eu sentia que aprendia História.

O meu acervo familiar é composto por documentos dos mais diversos tipos guardados pelo meu bisavô, Antero Pinto, que serão reivindicados ao longo da pesquisa. Contudo, a maior parte desse acervo é formada por álbuns de fotografias organizados por Giselda Feijó, minha bisavó. As fotografias são capazes de produzir memórias,<sup>18</sup> de modo que a prática fotográfica no seio familiar é uma forma de construção de narrativas dentro do ambiente doméstico. Através das imagens, constrói-se o que quer que seja lembrado (e apaga-se o que quer que seja esquecido). A fotografia é uma leitura da realidade, uma interpretação, e não uma espécie de janela para o passado exatamente tal como ele aconteceu. O uso da fotografia como fontes pelo historiador traz-lhe o desafio de alcançar aquilo que não está enquadrado pelo olhar do fotógrafo, mas se faz presente na conjuntura congelada pela imagem. Ainda assim, as fotografias permitem que, através dos questionamentos adequados, o historiador penetre na privacidade da memória. Para além do *que* e do *como* os fotografados estão sendo retratados na saga familiar que abrange

---

<sup>18</sup> MAUAD, Ana Maria. “Através da imagem: fotografia e história interfaces”. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1996, p. 73-98.

várias décadas, a forma pela qual as fotografias são organizadas e legendadas mostra ao historiador o código cultural que sistematizava o pensamento de Giselda e de outras mulheres lusocariocas de seu período.

Ainda assim, o principal componente desse meu acervo familiar consiste em um livro chamado *Memórias*, escrito por Lydia Feijó, de quem eu sou sobrinha-bisneta. Este livro é uma autopublicação (não tem ISBN) de poucos exemplares em que minha tia-bisavó reconta a sua história de vida e a de sua família, a partir de suas lembranças e sua perspectiva pessoal. No processo de escrita do livro, Lydia organizou acontecimentos para construir a sua narrativa, visando dar sentido à experiência vivida. O próprio título da obra enfatiza o caráter memorialístico da escrita da autora.

A escrita de si, como reflete Ângela de Castro Gomes, não é um mero registro de vivências individuais, mas são fontes históricas valiosíssimas pois iluminam processos históricos mais amplos a partir da experiência humana de quem viveu aquele tempo.<sup>19</sup> Ou seja, trabalhar com narrativas pessoais (textos memorialísticos, diários e autobiografias) é algo incrivelmente enriquecedor para o ofício do historiador, pois permite que ele adentre as experiências subjetivas, os sentimentos, as opiniões e os valores daqueles que viveram em um outro período histórico, pensando como as pessoas comuns viveram e interpretaram mudanças sociais e testemunharam eventos históricos, além de como lidavam com o cotidiano, com o trabalho, lazer e família.

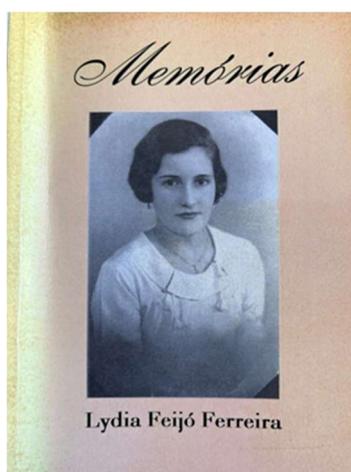


Imagem 2: FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar.

---

<sup>19</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Todavia, o uso de narrativas pessoais demanda uma abordagem metodológica cuidadosa, que concilie a análise crítica das fontes com a compreensão dos limites que a subjetividade humana impõe.<sup>20</sup> Um desses limites impostos pela subjetividade consiste na busca por um sentido narrativo. Isso fez com que Lydia Feijó recorresse à ideia de destino, de que tudo aconteceu com um início, um meio e um fim bem definidos. Todavia, o destino é uma ilusão biográfica.<sup>21</sup> A memória sempre se liga ao presente da narrativa, ao contexto em que ela é evocada, *quando, onde, para quem e para qual finalidade*. A depender da conjuntura presente, a memória é construída de forma diferente. Logo, quando o historiador vai trabalhar com as memórias de alguém, ele precisa ser muito cuidadoso e ter em mente tanto que os textos memorialísticos são fruto da busca por um elemento de unicidade transcendental que relaciona os acontecimentos da vida com o objetivo de salientar uma perspectiva que reforce os argumentos de quem constrói a narrativa, não dando margens para ambiguidades; quanto que a memória não é um fractal do passado, mas uma construção presente do tempo pretérito que varia a depender da conjuntura em que ela é evocada; e essas questões precisam ser levadas em consideração quando se trabalha com esse tipo de fonte.

Quando o historiador resolve trabalhar com as memórias, não de outrem, mas as suas próprias e a de sua família – em meio a um doloroso processo de luto – o processo de pesquisa e escrita torna-se algo extremamente ousado, cientificamente delicado, beirando a periculosidade, e emocionalmente desgastante. Digo isto, pois eu passei minha infância e adolescência na casa de minha avó ouvindo suas histórias de família. Algumas vezes eram anedotas dispersas, outras vezes eram unidades narrativas com começo, meio e fim. Minha avó e eu havíamos combinado que quando eu voltasse de Coimbra, realizaria entrevistas formais com ela a fim organizar o seu pensamento e deixar registradas as histórias que ela tinha para contar. Infelizmente, enquanto eu estava em Coimbra, ela morreu. Na mesma poltrona em que meses antes minha avó havia me apontado a lacuna historiográfica que deu origem ao meu levantamento bibliográfico e me inspirou a iniciar essa pesquisa, em maio de 2023 ela deu seus últimos suspiros, me deixando sozinha do outro lado do Atlântico sem poder me despedir e sem saber como continuar minha pesquisa. De repente, não podia mais trabalhar com suas memórias e precisei recorrer às minhas próprias lembranças de nossas conversas, as quais foram construídas ao longo de

---

<sup>20</sup> GOMES, Ângela Maria de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

<sup>21</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

anos de convivência, para dialogar com os demais objetos de meu acervo familiar e dar sentido a este material.

A História se faz com fontes e a escrita do historiador deve ser sempre referenciada, mas como fazer isso quando a própria particularidade do seu trabalho põe a cientificidade de sua pesquisa em xeque? Primeiro, eu fiquei com medo de me colocar muito na escrita e ela ficar uma narrativa muito pessoal e pouco referenciada, de modo que eu quis fugir das minhas fontes e do meu recorte familiar e trabalhar apenas com aquilo que a historiografia já havia produzido sobre o assunto. Depois, eu aceitei que a escrita da História não é neutra e nenhum historiador é capaz de renunciar ao seu modo de ver o mundo ao longo de seu ofício. O perigo foi que eu pensei ir de um extremo ao outro, fugindo de ficar mastigando a historiografia e trabalhando apenas com o meu recorte e fontes. A busca pelo equilíbrio entre as fontes familiares e a bibliografia lida, entre as memórias embrenhadas no historiador enquanto sujeito e os deveres de seu ofício, demandaram um amadurecimento que levou meses até se concretizar, perpassando pelo processo de luto acumulado vivenciado pelo historiador. O resultado foi o reconhecimento da delicadeza da pesquisa, a aceitação de sua natureza, o cuidado de escrita e a busca incessante por fontes outras que pudessem reafirmar, contestar e questionar aquilo que a minha memória se lembrava. Dentre essas fontes, pude contar, na reta final da graduação, com o apoio de meu tio-avô Rogério Feijó, como voz viva, ativa e dona de sua própria narrativa. A experiência dialética entre as minhas memórias, fruto de conversas ao longo de anos com minha avó, e as memórias de meu tio-avô, teve como síntese a produção da História Oral de um ramo familiar.

Tanto a portuguesa Maria Beatriz Nizza da Silva, quanto a brasileira Lená Medeiros de Menezes ressaltam a História Oral como ferramenta fundamental para combater o silenciamento dado às mulheres portuguesas na experiência migratória, e acessar as trajetórias daqueles que compuseram cerca de 20% da população carioca na virada do século XIX para o século XX.<sup>22</sup> Nesse sentido, a aceitação da tradição oral como a chave para organizar as ideias e o cuidado redobrado com a referenciação das informações trazidas, deu início ao meu processo de escrita.

O recorte temporal do meu trabalho (1911 e 1953) é delimitado pelo período em que a Escola Velox de datilografia esteve em funcionamento, alicerçando em seu entorno

---

<sup>22</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

a dinâmica familiar. Dentro desse arco temporal, meu trabalho se divide em dois capítulos, e o primeiro se intitula “Como Libânia houve milhares”. Libânia foi minha tataravó, a avó de minha avó. Ela era minhota e emigrou de seu país natal para o Rio de Janeiro. Como Libânia, milhares de minhotos também realizaram esse percurso. Todavia, como Libânia só houve Libânia, pois sua trajetória, ao mesmo tempo em que serve de porta de entrada para se pensar esse universo, não foi igual a trajetória de mais ninguém. Como António só houve António, e é a trajetória dele que conduz o subcapítulo 1.1 – “A Escola Velox e o pioneirismo de António Augusto Feijó no ensino de datilografia na Capital Federal (1911-1953)” –, abordando como um caixeiro-viajante português se tornou pioneiro no ensino de datilografia no Rio de Janeiro. O subcapítulo 1.2 – “Lusocariocas: crescer entremundos” – retoma a trajetória de Libânia e explora a família que ela construiu com António, em meio a várias viagens transatlânticas e ambiguidades econômicas, sociais e culturais típicas de quem vive entre duas realidades muito diferentes, mas complementares. Já o subcapítulo 1.3 – “O Rio para além do ‘rio da minha aldeia’” – traz a trajetória de Antero Pereira Pinto, um menino que cresceu às margens do rio Douro e emigrou para o Rio de Janeiro, onde se estabeleceu como pequeno comerciante e dono de chapelaria, como contraponto a trajetória de sua irmã, Assunção, que representava as mulheres que permaneciam nas aldeias e as novas funções que exerciam com a emigração masculina.

O segundo capítulo, intitulado “Eram casas portuguesas, com certeza” – referência direta ao refrão de uma popular canção lusitana cantada por Amália Rodrigues – visa discutir a construção da *casa portuguesa* no seu âmbito externo e interno. Uma vez estabelecidas e enraizadas no Rio de Janeiro, era comum que as famílias de origem portuguesa fossem ao encontro umas das outras e formassem comunidades de imigrantes, as quais se organizavam em associações, que muitas vezes eram chamadas de casas promotoras da cultura regional portuguesa. O subcapítulo 2.1 – “As associações lusitanas da Capital Federal: o caso do Clube Ginástico Português e da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência” – investiga as associações de raízes lusitanas, que tanto ofereciam amparo aos imigrantes portugueses em tempos difíceis quanto serviam de espaço de lazer e diversão. Nesse sentido, por suas relações com a família Feijó Pinto, a Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência e o Clube Ginástico Português são as casas portuguesas escolhidas para analisar os esforços de união, continuidade e recriação identitária lusa na Capital Federal. O subcapítulo 2.2 – “Uma

casa lusocarioca” – parte dos hábitos e costumes portugueses contidos na letra e nas entrelinhas da música “Uma Casa Portuguesa” para entrar no seio familiar dos Feijó Pinto e pensar sobre a reinvenção, em maior ou menor grau, de hábitos e costumes de origem lusa nas casas de várias famílias no Rio de Janeiro.

A análise dessas trajetórias e a reconstrução identitária que elas acarretavam têm muito a contribuir com a historiografia na medida em que elas apontam para dimensões mais amplas da experiência daqueles e daquelas que passaram por processos sociais semelhantes. Por mais que se centre em algumas poucas trajetórias, são elas que, analisadas de perto, nos possibilitam pensar sobre aqueles que viveram experiências análogas e enriquecem a compreensão das vivências de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro na Primeira República e de como as relações de gênero se faziam presentes no cotidiano dessa classe.

## Capítulo 1

### Como Libânia houve milhares

A bordo de um grande navio, em sua primeira viagem marítima e prestes a desembarcar em terras brasileiras pela primeira vez, estava Libânia Maria Pereira, de 26 anos de idade. Eram os primeiros meses de 1915, o navio vinha todo às escuras, inclusive as vigias, que eram fechadas por cortinas, pois havia o perigo dos submarinos alemães torpedearem a embarcação. Durante o dia, Libânia viu uma baleia vir à superfície da água para respirar, e pensou: será que emigrar para o Brasil foi a melhor decisão a ser tomada?<sup>23</sup>

É assim que a memória de Lydia Feijó reconta a primeira viagem transatlântica de sua mãe, Libânia, uma mulher imigrante portuguesa a caminho da Capital Federal durante a Primeira República brasileira. Aos 18 anos, Libânia deixou sua aldeia no Minho em busca de um recomeço como empregada doméstica na cidade do Porto. Aos 26 anos, Libânia deixou o seu país para ir ao encontro de um homem que a prometeu amor, segurança e estabilidade financeira, ainda que não o conforto legal do casamento. Este homem era António Augusto Feijó, diretor da Escola Velox de datilografia e imigrante português, com quem teve duas filhas lusocariocas, Giselda e Lydia.

Como Libânia e António, houve milhares de homens portugueses e mulheres portuguesas que, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, deixaram sua terra natal e vieram para o Rio de Janeiro começar uma vida nova. A migração desses homens e mulheres lusos se inserem no contexto da chamada Grande Migração – nome dado pelos estudos migratórios ao período que se estende de 1890 a 1930, por esta ter sido uma época marcada por grandes movimentos migratórios globais, como, por exemplo, a imigração de vários povos europeus para o Brasil durante a Primeira República brasileira.<sup>24</sup>

Cada um desses homens e mulheres imigrantes possuía uma trajetória de vida única. Como Libânia, só houve Libânia. Do mesmo modo que como António, só houve António. Como Maria, só houve Maria. Como João, só houve João. Cada um desses

---

<sup>23</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar.

<sup>24</sup> CPDOC – verbete “Imigração”. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/IMIGRA%C3%87%C3%83O.pdf>

nomes traz consigo, no entanto, uma história, que somadas, nos permitem entender melhor a migração portuguesa para o Rio de Janeiro e as experiências desses imigrantes na Capital Federal.

Em Portugal, os fatores de expulsão para o contingente emigratório jazia em fatores conjunturais do meio rural português, que estava passando por um reordenamento econômico, com a implantação de relações de cunho capitalista no meio rural, o começo gradual da mecanização da produção e a adoção de medidas legais que prejudicavam os pequenos proprietários rurais - como a instalação de companhias para a exploração da agricultura comercial em detrimento da agricultura familiar. Esse cenário teve como consequência a formação de um excedente demográfico a ser expulso das aldeias que, somado à questão da crise vinícola que assolou o Norte de Portugal no final do século XIX, fez da emigração uma alternativa palpável de sobrevivência<sup>25</sup>.

No Brasil, os fatores de atração estavam relacionados tanto a questões políticas – a valorização do trabalho do imigrante, a Proclamação da República e as políticas de embranquecimento da população brasileira –, quanto a questões culturais – mesmo idioma, mesma religião e um passado histórico em comum.<sup>26</sup> Nesse contexto, o imigrante branco europeu que migrava em busca de trabalho, melhores condições de vida e chances de ascensão social era desejado e idealizado.<sup>27</sup>

A historiadora portuguesa Maria Ioannis Baganha dividia os imigrantes portugueses no Rio de Janeiro em três grupos distintos.<sup>28</sup> O primeiro grupo era formado por cerca de 80% dos imigrantes e consistia em imigrantes sem qualquer qualificação, que foram engrossar o mercado de trabalho indiferenciado. Nesse sentido, grande parte da comunidade lusa no Rio de Janeiro era formada por imigrantes pobres que haviam fugido da miséria e da fome e atravessaram o oceano em busca de enriquecer no ultramar e conquistar melhores condições de vida, seja para se estabelecer em definitivo em terras brasileiras, seja para retornar a Portugal em melhor estado financeiro.<sup>29</sup> O segundo grupo

---

<sup>25</sup> OLIVEIRA, Carla Mary S. *Saudades d'além-mar: a revista Lusitania e a imigração portuguesa no Rio de Janeiro (1929-1934)*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

<sup>26</sup> GRANGEIA, Mario Luís. “Memórias e direitos na imigração portuguesa no Brasil do século XX”. In: *História* (São Paulo), vol. 36, 2017, p. 1-20.

<sup>27</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas: o antilusitanismo na Primeira República*. Niterói: Eduff, 2017.

<sup>28</sup> BAGANHA, Maria Ioannis. *Imigração e Política: O Caso Português*. Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Lisboa, 2001.

<sup>29</sup> PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração: 1850 a 1930*. Lisboa: A regra do Jogo, 1981.

para Baganha consistia em adolescentes e jovens adultos que imigraram com o intuito de reunir-se a familiares ou amigos para trabalharem em atividades comerciais. Já o terceiro grupo era formado por imigrantes que possuíam qualificações específicas ou um pequeno capital, o que lhes permitiu encontrar um nicho a ser explorado na economia urbana em expansão.<sup>30</sup>

Desse modo, o perfil majoritário dos imigrantes portugueses que vieram ao Brasil no final do século XIX e no começo do século XX era formado por camponeses da zona rural de Portugal – homens, jovens, solteiros e de pouca escolaridade que fugiam da proletarização ou do serviço militar obrigatório – que deixavam sua terra natal para exercer trabalhos braçais sem qualificação prévia, com serviços pesados e baixa remuneração, como a posição de estivadores do cais do porto do Rio de Janeiro. Entretanto, apesar de essa ser a realidade de muitos, não foi a de todos. Ao se depararem com a efervescência urbana carioca e o mar de oportunidades que ela apresentava, aqueles que tinham um pouco mais de escolaridade, sabiam ler o contexto ao qual eles estavam se inserindo e possuíam o chamado espírito de “bom-empendedor”, eram capazes de se inserir no comércio e no setor de serviços, realizando uma trajetória de ascensão social na Capital Federal.<sup>31</sup> Como exemplos da figura do imigrante português empreendedor, apresentarei em minha pesquisa as trajetórias de António Augusto Feijó, diretor da Escola Velox de datilografia, e Antero Pereira Pinto, comerciante e dono de chapelaria na rua Uruguaiana.

Se trajetórias como as dos dois sujeitos já são razoavelmente conhecidas pela historiografia, não é este o caso de mulheres como Libânia. Embora existisse um predomínio masculino na busca por melhores condições de vida no ultramar, a Grande Migração foi marcada por um expressivo aumento das migrações femininas e familiares,<sup>32</sup> o qual raramente se traduz na historiografia. Por um lado, ao situar a migração portuguesa para o Brasil no campo da História Econômica – a qual privilegia o homem trabalhador que migrava na juventude para exercer trabalhos braçais –, a historiografia poucas vezes abre espaço para as mulheres lusas que vieram para cá, as quais eram múltiplas, cada qual com sua trajetória individual, seus próprios sonhos,

---

<sup>30</sup> BAGANHA, Maria Ioannis. *Imigração e Política: O Caso Português*. Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Lisboa, 2001.

<sup>31</sup> OLIVEIRA, Carla Mary S. *Saudades d'além-mar: a revista Lusitania e a imigração portuguesa no Rio de Janeiro (1929-1934)*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

<sup>32</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 18 e 19

necessidades, configurações familiares e demandas econômicas. Por outro lado, a pouca presença das trajetórias das mulheres lusas na historiografia dá-se pela dificuldade de acesso às fontes que contam suas histórias. Os registros públicos (certidões de nascimento, casamento, óbito, listagens de passageiros a bordo de navios, processos criminais, testamentos, cartões de migração, etc.) privilegiam uma análise que dá pouca margem para as experiências femininas na migração.

Outra dificuldade da pesquisa de trajetórias femininas jaz na questão do nome. Muitas mulheres mudam de nome quando casam, tiram alguns nomes do meio e sobrenomes, e adicionam outros, até mesmo chegando a trocar sobrenomes de lugar. É incomum que homens mudem a forma pela qual assinam seus nomes com a mesma frequência. Ao se fazer uma pesquisa, encontramos significantes, ainda que procuremos por significados. Desse modo, a mutabilidade da nomenclatura feminina se traduz como um empecilho que dificulta o trabalho do historiador.

A ideologia que relegou as mulheres, ao longo de séculos, ao papel de boa esposa e boa mãe, cuidadora do lar e educadora das futuras gerações, teve como consequência a concentração de suas narrativas na esfera privada e no ambiente familiar. A migração de Portugal para o Rio de Janeiro deixou uma marca indelével na memória de Libânia, que por sua vez compartilhou sua experiência para suas filhas e neta, as quais passaram as lembranças adiante, cada uma a sua maneira. Ao longo dessa trajetória, a memória foi construída e organizada; foi reconstruída e reorganizada.<sup>33</sup> Escolhemos a forma pela qual narramos uma história. Escolhemos o que será lembrado e contado para os demais, assim como escolhemos o que será esquecido, sendo deixado oculto nas estrelinhas, e o que será distorcido, a fim de que a nossa narrativa seja mais coerente com a perspectiva a qual estamos defendendo. O processo de elaboração e externalização da memória – através da via escrita ou oral – assim como a organização iconográfica familiar, comprova um desejo de eternidade próprio da natureza humana.

As releituras constantes que a memória sofre cada vez que ela é evocada e recontada – para pessoas diferentes e com objetivos diferentes – faz com que ela não seja um resgate do passado exatamente como ele aconteceu, mas sim uma “reconstrução

---

<sup>33</sup> NEVES, Margarida de Souza. “História e Memória: os jogos da memória.” In: MATTOS, Ilmar Rohloff (org.). *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro, 1998.

sempre problemática e problematizadora do que já não é presente”.<sup>34</sup> Isso significa que ela é ao mesmo tempo “fiel e móvel”<sup>35</sup>, lendo o vivido – sendo este vivido coletivo ou individual – a depender dos anseios presentes do contador de histórias (quem guarda as memórias) e do ouvinte/leitor (aquele interessado em aprender com elas).

A filha mais velha de Libânia, Giselda Feijó, compartilhava sua história de vida e a de sua família através da História Oral. Por meio de conversas de mãe para filha e de avó para neta, a memória permaneceu ativa, com transformações e continuidades, fruto da passagem de gerações e das perguntas do tempo presente. Foi Giselda Feijó quem salvaguardou documentos e fotografias da família, as organizando em álbuns que reproduzissem sua narrativa e facilitassem o manuseio do observador.

Já os descendentes de Lydia Feijó, filha mais nova de Libânia, não tinham o mesmo interesse em ouvir as histórias que a anciã tinha para contar. Querendo compartilhar suas experiências, Lydia Feijó dedicou os seus últimos anos de vida a datilografar um balanço dos anos que passaram.<sup>36</sup> *Memórias* evidencia que a escrita da história não pode se restringir às fontes oficiais presentes nos arquivos públicos, mas deve incorporar as memórias individuais dos seres humanos que vivenciaram os processos históricos investigados e considerar as fontes guardadas nos acervos familiares pelo guardião da memória.

A figura do guardião da memória familiar é aquele que preserva os arquivos da memória familiar e faz a mediação entre o acervo salvaguardado, as narrativas do passado familiar e os indivíduos do tempo presente. Quando uma família deixa de ter alguém que ocupe essa função, o acervo é gradualmente descartado, as narrativas se perdem, as pessoas amadas se tornam desconhecidos e a memória deixa de fazer sentido no tempo presente. Sem ser ressignificada para as demandas dos novos tempos, a memória é perdida e torna-se mais difícil para o historiador resgatá-la.<sup>37</sup>

No tempo presente, em que cada vez mais encontram-se pessoas que desconhecem de onde vieram, aquele que entende os processos históricos que marcaram o seu passado, o de sua família, e o dos demais membros de sua comunidade, se destaca por ser um

---

<sup>34</sup> NORA, Pierre. “Entre a história e a memória: a problemática dos lugares de memória.” In: Revista *Projeto História*. Nº 10, São Paulo: Educ/PUC-SP, 1993.

<sup>35</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

<sup>36</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar.

<sup>37</sup> LINS DE BARROS, Myriam Moraes. “Memória e Família”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3. 1989. p. 29-42.

cidadão apto a compreender a complexidade da sociedade presente e a se relacionar com a incerteza das demandas futuras. História e memória se alimentam, de modo que os historiadores são construtores da memória coletiva.<sup>38</sup> A sociedade é uma rede complexa de indivíduos que carregam consigo múltiplas memórias individuais e familiares, que nos dão acesso a perspectivas que a História Oficial muitas vezes deixa de contemplar.

Portanto, para termos acesso a perspectivas ainda não trabalhadas sobre o viver feminino durante a migração portuguesa novecentista, assim como as trajetórias de ascensão social de empreendedores e comerciantes lusos na Capital Federal, é mister que recorramos às fontes familiares dos descendentes dos e das imigrantes, buscando por narrativas em primeira pessoa dessas experiências, produzidas e/ou organizadas por eles e elas, as quais estão guardadas nos acervos privados nas casas das famílias. Nesse sentido, as memórias e o acervo familiar da família Feijó se apresentam como portas de entrada para o universo da migração portuguesa no Rio de Janeiro, apontando para dimensões mais amplas da experiência daqueles e daquelas que passaram por processos sociais semelhantes.

### **1.1 – A Escola Velox e o pioneirismo de António Augusto Feijó no ensino de datilografia na Capital Federal (1911-1953)**

António Augusto Feijó nasceu em Macedo de Cavaleiros, Trás-os-Montes, em 9 julho de 1887, mas foi criado entre a “antiga, mui nobre, sempre leal e invicta cidade do Porto” e as margens do rio Mondego, em Coimbra. António pertencia a uma família de santeiros, douradores e artesãos que ganhavam a vida com conservação de igrejas e com restauração de imagens sacras.<sup>39</sup> Devido ao contato familiar, desde cedo António conheceu a arte dos pequenos ofícios: aquelas atividades profissionais que não gozavam de prestígio, mas garantiam emprego e renda para seus profissionais, colocando-os em um patamar acima dos chamados trabalhadores braçais. Nos pequenos ofícios era preciso ter certas habilidades e receber treinamentos específicos para exercer a função.

---

<sup>38</sup> NEVES, Margarida de Souza. “História e Memória: os jogos da memória.” In: MATTOS, Ilmar Rohloff (org.). *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro, 1998.

<sup>39</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar.

Antônio era filho de Ana do Carmo Massas (Vila Seca, 1850) e Miguel Antônio Feijó (Coimbra, 1849) e tinha três irmãos mais velhos, Roberto (1881), Manoel (1883), Francisco (1885). Todavia, durante o casamento com Ana do Carmo, Miguel Feijó também tivera seis filhos com a criada da casa, chamada Rita. Os filhos de ambas as mulheres nasceram intercaladamente. Mesmo após deixar de trabalhar na casa da família Feijó, Miguel assegurou uma casa para Rita na mesma rua em que Ana do Carmo morava com seus filhos, de modo que a legítima esposa e a amante precisavam encontrar-se com frequência. Insultada e profundamente desrespeitada com a conduta indecente do marido, Ana do Carmo incentivou a migração de seus filhos para o Brasil.<sup>40</sup>

Em 1905, aos 18 anos, Antônio Augusto Feijó deixou a casa de seus pais e emigrou para o Brasil, morando primeiro em São Paulo, onde seu irmão Roberto vivia e estudava Direito. Em São Paulo, foi estoquista, balconista, vendedor e caixeiro-viajante, atuando por Itu, Sorocaba, Uberaba e Bauru. Uma trajetória bastante comum, exceto pela mercadoria que ele tinha para vender: máquinas de escrever da marca *Remington*.<sup>41</sup>

*The Remington Typewriter Company* era uma empresa americana que dominava o mercado da tecnologia disruptiva que estava a transformar as rotinas de trabalho em firmas e escritórios: a máquina de datilografia. A representante da *Remington* no Brasil era a Casa Pratt, uma firma de importação pertencente a uma família alemã e cujas primeiras filiais foram em São Paulo e no Rio de Janeiro.<sup>42</sup> Antônio Feijó foi um dos caixeiros-viajantes que percorriam o interior paulista para vender às firmas e empresas as máquinas importadas pela Casa Pratt. O trabalho de Antônio não consistia em apenas viajar com os catálogos e vender as máquinas, mas também de mostrar para as firmas a praticidade do produto comercializado, de modo que ele precisava datilografar para provar a importância da técnica para o mercado. O padrão das letras no teclado era definido num padrão específico e aquele que operava a máquina (o datilógrafo) deveria ter este padrão memorizado para apertar com precisão as teclas, as quais não poderiam colidir umas com as outras quando se datilografava em velocidade. A velocidade era fundamental nesse dispositivo-filho da revolução industrial, pois os datilógrafos eram

---

<sup>40</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

<sup>41</sup> Conversas com Rogério Feijó, engenheiro, 78 anos. Rio de Janeiro, agosto de 2024.

<sup>42</sup> *Revista da Casa Pratt* – Rio de Janeiro (1928-1930), disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

muito mais rápidos no processo de escrita do que os calígrafos e produziam um resultado final de maior legibilidade.

Todavia, de que adianta ter um novo equipamento no escritório se não há gente treinada para operá-lo? Para resolver essa questão, a *Remington* tinha a sua escola oficial com o seu método de treinamento, oferecido às firmas que comprassem suas máquinas.<sup>43</sup> Em linguagem contemporânea, era um modelo de B2B (*Business to Business*), um negócio entre pessoas jurídicas. Como ainda acontece nos dias de hoje, a qualificação da mão de obra se dava apenas no momento da adoção da nova tecnologia. Depois, o funcionário que viesse a ser contratado teria que chegar já devidamente qualificado para o emprego pretendido.

Na segunda década do século XX, em São Paulo, as primeiras escolas de datilografia independentes já estavam abrindo. Contudo, no Rio de Janeiro, além do curso *Remington* oficial da filial da Casa Pratt, ainda não havia nenhum outro lugar onde uma pessoa pudesse aprender datilografia e se qualificar para um bom emprego em escritório.<sup>44</sup> Numa visita à Capital Federal, Antônio Augusto Feijó percebeu este espaço no mercado de trabalho e mudou-se para o Rio de Janeiro com o intuito de abrir sua própria escola de datilografia. Assim, em 1911, com a experiência adquirida e o dinheiro conquistado em seus tempos de caixeiro-viajante vinculado a Casa Pratt, Antônio Feijó fundou a Escola Velox, “a primeira escola de datilografia do gênero na cidade”<sup>45</sup>.

No *Jornal do Brasil*, Antônio colocava pequenos anúncios de sua escola com o intuito de atrair alunos: “Quereis bom emprego? Aprendeí a escrever a máquina com os 10 dedos na Escola ‘Velox’, Largo de S. Francisco de Paula 36, sobrado, sala 40”.<sup>46</sup> Aos poucos, os anúncios deixaram de ser esporádicos e passaram a estar presentes no jornal com uma certa frequência, mudando o texto para: “Escrever a máquina com os 10 dedos e em 30 lições; ensina-se na Escola ‘Velox’, largo de S. Francisco de Paula 36, sobrado, sala 40; curso completo 50\$, mensalidade 20\$; aulas diurnas e noturnas”.<sup>47</sup> Em 1917, com o surgimento de outras escolas no ramo não-vinculadas à *Remington*, a Escola Velox diversificou-se e passou a lecionar línguas vivas, prática comercial e cursos preparatórios, como secretariado. Tais cursos são destacados na sessão de anúncios do *Jornal do Brasil*,

---

<sup>43</sup> *Jornal do Brasil*, 13 de junho de 1920.

<sup>44</sup> FEIJÓ, Lydiá. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar.

<sup>45</sup> *Jornal do Brasil*, 8 de maio de 1951.

<sup>46</sup> *Jornal do Brasil*, 11 de setembro de 1911.

<sup>47</sup> *Jornal do Brasil*, 19 de janeiro de 1912.

que publicava anúncios como “Línguas vivas: falar e escrever em curto prazo, francês, inglês e italiano: Escola ‘Velox’, largo de S. Francisco, n 36”<sup>48</sup> e “Prática comercial: cursos práticos de aritmética, cálculos, câmbios, escritura mercantil, correio comercial e taquigrafia. Escola ‘Velox’, largo de S. Francisco 36. 1º andar”.<sup>49</sup>

A Escola Velox se localizava num sobrado no Largo São Francisco e nunca obteve subvenção oficial do Ministério da Educação, tratando-se de um empreendimento particular<sup>50</sup>. A abertura da escola em si consistia basicamente no aluguel de salas que comportassem as aulas, que na época não era tão inacessível a depender das condições do imóvel. O maior custo inicial consistia na compra das máquinas de datilografia para os alunos. Não havia capital para comprá-las da *Remington*, cuja escola oficial não gostava da ideia de ter concorrência, então a solução foi adotar máquinas da marca *Royal*, concorrente da *Remington* em ingresso ao mercado brasileiro - o que facilitou o pagamento a prazo, provavelmente vislumbrando que apoiar a Velox era uma oportunidade de divulgar sua própria tecnologia junto à mão de obra em formação<sup>51</sup>. Com o desenvolvimento da Escola e a sua consolidação no mercado, António Feijó passou a ter verba e apoio para comprar máquinas das marcas *Underwood*, e, finalmente, da própria *Remington*.

Estabelecimentos como a Escola Velox evidenciavam uma faceta do trabalho feminino no Rio de Janeiro: com o crescimento das firmas comerciais, dos escritórios e das repartições públicas, passou a haver cada vez mais demanda por secretárias, amanuenses e datilógrafas. Para tal, muitas mulheres – incluindo mulheres portuguesas – frequentavam cursos de datilografia, taquigrafia e secretariado para assumir tais posições. Do começo para meados do século XX, quem pretendia trabalhar em funções burocráticas no serviço público, na indústria, em cartórios, bancos ou empresas comerciais, precisava dominar habilidades próprias da datilografia.<sup>52</sup>

A Escola Velox recebia esse nome devido à metodologia que propunha uma rápida aprendizagem e qualificação profissional. Essas e outras questões estão presentes na

---

<sup>48</sup> *Jornal do Brasil*, 23 de julho de 1919.

<sup>49</sup> *Jornal do Brasil*, 7 de agosto de 1919.

<sup>50</sup> FEIJÓ, Lyda. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar.

<sup>51</sup> FEIJÓ, Lyda. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar.

<sup>52</sup> ALVES, Ana Elizabeth Santos. SILVA, Lúcia Maria Portela da. “Ensino profissional em Conquista nas décadas de 1930 e 1940: o curso de datilografia”. In: UEPG, *Letras e Artes*, Ponta Grossa, 2008.

narrativa de Lydia Feijó – filha mais nova de António – que explica, em seu livro de memórias, que:

“Principiaram a dar aulas e também a fazer cópias à máquina. A primeira foi a máquina *Royal*, depois com o desenvolvimento da escola vieram outras marcas como *Remington* e *Underwood*. Também modificaram o manual adaptando para o português e assim fizeram o seu próprio método. Além de exercícios de dedo, alfabeto para situar as letras, exercícios com as maiúsculas, havia também cópias para aprender a virar o papel, isto é, escrever no verso e conservar as margens, pontuação no meio da folha e no início, tudo tinha uma regra a ser aprendida. Havia também as cartas comerciais, requerimentos, tabelas ou faturas, estas principalmente para ensinar a usar o tabulador; papel pautado assim como com carbono também fazia parte do curso. Havia depois uma explicação geral da máquina, inclusive a trabalhar com o ‘estêncil’. Enfim, o aluno saía dali com todos os ensinamentos [...] Todos os sábados papai colocava o anúncio no *Jornal do Brasil* [...] Como modificaram o manual que vinha em inglês, papai só contratava professora de datilografia que tivesse feito o curso na própria escola.”<sup>53</sup>

Nesse trecho, Lydia ressalta a preocupação de António Feijó em preparar seus alunos para datilografar vários tipos de documentos (cartas comerciais, requerimentos, tabelas e faturas) e em diferentes máquinas, de modo que o aluno formado pela Escola Velox era apto a trabalhar em empresas e instituições que possuíssem máquinas *Royal*, *Remington* e *Underwood*. Outra preocupação de António Feijó era com a adaptação dos manuais de datilografia importados para a realidade brasileira e de língua portuguesa, além da rápida aprendizagem do aluno, que buscava o seu curso como forma de conseguir emprego. Já que o material didático era adaptado do inglês a partir de uma abordagem própria, António Feijó só contratava professoras que houvessem feito o curso de datilografia na própria Velox. Dentre essas professoras, duas consistiam nas próprias filhas de António com Libânia.<sup>54</sup>

O diploma de datilografia de Giselda Pereira Feijó era datado de 15 de janeiro de 1930, dia em que a primogênita de António Feijó completou 14 anos, idade que passava a ser socialmente aceitável pelos imigrantes portugueses que se ingressasse no mercado de trabalho formal. O documento anexado na próxima página tornou-a apta a exercer o ofício de datilógrafa.<sup>55</sup> O diploma de Giselda está assinado apenas pelo pai, e não pela diplomada, o que sugere que a filha aprendeu as técnicas de ensino-aprendizagem de datilografia ainda na infância e, ao completar 14 anos, António Feijó apenas providenciou

<sup>53</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar. p.9.

<sup>54</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar.

<sup>55</sup> Diploma da Escola Velox de datilografia de Giselda Pereira Feijó. Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1930. Acervo familiar.

o diploma da filha, sem uma cerimônia formal em que a menina pudesse assinar o documento. Já que ela trabalharia com o pai, o diploma era uma formalidade, pois seu chefe não duvidaria de sua veracidade nem das capacidades da menina.



Imagem 3: Diploma da Escola Velox de datilografia de Giselda Pereira Feijó. Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1930. Acervo familiar.

Destarte, Giselda começou a trabalhar como professora nos cursos de datilografia e secretariado da Escola Velox, acompanhando diariamente o pai e ajudando no que fosse possível, não apenas no encargo didático, mas também na administração da escola. Após o casamento, Giselda passou a trabalhar com o marido em sua chapelaria. Momento em que Lydia passa a ocupar o seu espaço dentro da Velox, onde lecionava diariamente até o seu próprio casamento, quando passa a contribuir esporadicamente.

Ao falarmos da inserção das mulheres portuguesas de classe média no mercado de trabalho carioca, recordemos que o magistério também era um caminho profissional presente na vida de muitas delas. Para um casal de imigrantes lusos, ter uma filha estudante da Escola Normal e depois professora primária era um símbolo de status e algo incrivelmente valorizado. As professoras de origem portuguesa eram valorizadas pela educação básica brasileira principalmente por sua facilidade em utilizar a norma culta da língua, tanto pelo seu rigor gramatical, quanto pela sua conjugação adequada dos verbos.

Para além das mulheres, um segundo segmento que se destacava dentre os alunos da Escola Velox era formado por pianistas que outrora trabalhavam no acompanhamento musical do cinema mudo. O aprendizado da datilografia envolvia muitos exercícios de

precisão, memorização e velocidade, semelhante ao aprendizado de um instrumento musical, de modo que os cursos de datilografia atraíam pianistas que buscavam mais oportunidades no mercado de trabalho, abalado com o advento do cinema falado.<sup>56</sup> Giselda Feijó – filha mais velha de António – se orgulhava de, em seus tempos de professora de datilografia na Escola Velox, ter sido professora da pianista e compositora brasileira Carolina Cardoso de Menezes.<sup>57</sup>

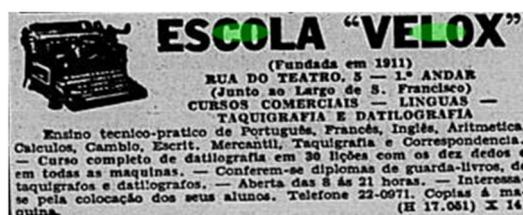


Imagem 4: *Jornal do Brasil*, 25 de outubro de 1936.

Na década de 1930, António Feijó já tinha capital para anúncios de 3cm de altura, com imagem e enumerando no mesmo anúncio todos os cursos oferecidos pela escola. Também já possuía telefone para interessados ligarem caso precisassem de mais informações. A evolução dos anúncios pagos por António Feijó no *Jornal do Brasil*, revela o sucesso da Escola Velox e o aumento do capital da família com o passar dos anos.

A Escola Velox fechou as suas portas em 1953, quando António Feijó já era um sexagenário. Após mais de 40 anos se dedicando ao ensino datilográfico, António Feijó pretendia descansar dos negócios e investir no setor imobiliário como forma de assegurar estabilidade na velhice. Por machismo, não confiava na capacidade das filhas em gerir o negócio sozinhas, apenas permitia que elas ensinassem nele.<sup>58</sup> Sem perspectiva de futuro, nem vontade de vender o estabelecimento, António Feijó encerra as portas da Escola Velox. Na altura, a Escola Velox era apenas uma dentre muitas outras escolas de datilografia no Rio de Janeiro.

Iniciativas como a Escola Velox de datilografia são exemplos do cultuado carácter de “bom trabalhador” e “bom-empendedor”<sup>59</sup> de parte dos imigrantes portugueses que

<sup>56</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

<sup>57</sup> Conversas com Rogério Feijó, engenheiro, 78 anos. Rio de Janeiro, agosto de 2024.

<sup>58</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

<sup>59</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas: o antilusitanismo na Primeira República*. Niterói: Eduff, 2017.

vieram ao Rio de Janeiro na Primeira República e de como essas iniciativas foram fundamentais para o desenvolvimento da cidade em tempos de reestruturação espacial e do surgimento tímido de firmas comerciais e escritórios, os quais buscavam cada vez mais por secretárias, amanuenses e datilógrafas qualificadas. Ainda que os anúncios da Escola Velox sejam abundantes na imprensa do período, sem o acesso à trajetória individual presente no acervo familiar, a recomposição desta experiência pelo historiador é enormemente dificultada e quase impossibilitada. Desse modo, vemos que diálogo com os descendentes dos imigrantes e a utilização do acervo familiar ainda tem muito a contribuir com a historiografia.

## **1.2 – Lusocariocas: crescer entre mundos**

Ao pensarmos em imigração, costumamos a pensar no imigrante como aquele que deixou a sua pátria para trás, normalmente por razões econômicas, e nunca mais retornou. Essa visão contempla a experiência de muita gente, mas acaba por excluir aqueles cuja identidade foi formada entre dois mundos, o país de origem e o país de destino. Eram poucos, mas havia aqueles imigrantes que, devido à conjuntura, iam construir a vida em outro local, mas permaneciam com amigos, familiares e parceiros de negócios na terra de origem. Nesse cenário, quem tinha condições econômicas realizava um movimento pendular, trabalhando numa margem do Atlântico e visitando outra. Para o imigrante trabalhador, essa era uma parte da experiência humana, mas para as crianças nascidas nesse contexto, ou seja, que tinham sua subjetividade formada na alternância entre o mundo português e o mundo carioca, a vivência atlântica era o elemento formador que estruturava a sua própria identidade.

Antônio Feijó foi um desses imigrantes que pendularmente retornavam para a sua terra natal. Em 1914, três anos após a abertura da Escola Velox, Antônio Feijó conseguiu reunir capital para viajar para a cidade do Porto, Portugal, pela primeira vez desde que emigrara. Nessa viagem, Antônio Augusto Feijó conheceu Libânia Maria Pereira. As filhas do casal, Giselda e Lydia, nasceram e foram criadas entre mundos, não pertencendo inteiramente nem a um nem a outro. A particularidade das trajetórias lusocariocas jaz em situações como a das meninas Feijó, pois o seu cotidiano como imigrantes portuguesas no Rio de Janeiro tanto complementava quanto se opunha totalmente ao cotidiano que elas levavam em Portugal como crianças cariocas.

Libânia era minhota, havia nascido em 22 de agosto de 1888, na aldeia Arcos-de-Valdevez, região do Alto Minho, Norte de Portugal. Sua mãe, Rosa Rodrigues, era lavradeira, ficava no campo lidando com a terra e cuidando das galinhas. Já seu pai, Manoel Joaquim Pereira, era um pequeno proprietário de terras que gostava de jogar, e com o tempo acabou perdendo o pouco que possuía. O casal teve quatro filhas e dois filhos. Libânia era praticamente analfabeta, pois seu pai acreditava que as mulheres não deveriam receber educação formal. Aos 18 anos, deixou a casa de seus pais e se mudou para o Porto, segunda maior cidade de Portugal, para recomeçar a vida.<sup>60</sup>

No Porto, Libânia trabalhou como empregada doméstica na casa de uma família alemã, onde recebeu a incumbência de cuidar das filhas do casal germânico. As meninas e Libânia tinham uma boa relação. No tempo em que trabalhou como criada, desenvolveu suas habilidades culinárias, aprendeu a dispor mesa para eventos da sociedade, a se vestir adequadamente para o meio urbano, a polir as maneiras e a falar um pouco de alemão. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 28 de julho de 1914, a família alemã para quem Libânia trabalhava tomou a decisão de deixar o Porto e voltar para a sua pátria, querendo levar Libânia junto para a Alemanha em pleno escalar do conflito bélico.

Em 1914, numa visita à casa de uma amiga, Libânia conheceu António Augusto Feijó, que estava de visita a Portugal, país que havia deixado nove anos antes em direção a terras brasileiras. António e Libânia passaram a se aproximar, mas devido ao receio de ser convocado pelo Governo Português para servir na guerra, António teve de voltar ao Brasil.<sup>61</sup>

Assim que as hostilidades internacionais passaram a apontar para um estado de Guerra Total, Portugal se dividiu entre declarar a neutralidade ou apoiar a Inglaterra contra a Alemanha. O consenso que havia em Portugal jazia na defesa das colônias ultramarinas, na prevenção de possíveis invasões espanholas, na garantia de participação nos futuros acordos internacionais pela paz e, caso fosse necessário tomar partido no cenário europeu, em honrar com a aliança inglesa. Nesse cenário, Portugal entrou na Grande Guerra com o intuito de defender Angola e Moçambique de invasões e garantir

---

<sup>60</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar.

<sup>61</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar.

sua navegabilidade no Atlântico Central e Sul. Só em 1917 foi que Portugal passou a atuar no conflito em terras europeias, enviando soldados para a fronteira franco-belga.<sup>62</sup>

Por ser uma mulher solteira de 26 anos de idade, Libânia não tinha tutela, que só era exigida para menores de idade e mulheres casadas. Portanto, legalmente ela tinha livre-arbítrio para escolher se ia emigrar e para onde, desde que apresentasse a documentação necessária.<sup>63</sup> Sem poder voltar para a casa da família no Minho, onde havia rompido relações com seu pai, e com a proposta de migrar para a Alemanha, adversária de Portugal na guerra – o que a obrigaria a viver em um país cuja língua e costumes não dominava, longe de toda a sua família e amigos, em situação que a deixaria inteiramente dependente dos seus patrões em meio ao conflito armado – Libânia recebeu uma carta de chamada de António Augusto Feijó. As cartas de chamada são uma tipificação epistolar própria do processo migratório. Elas eram enviadas por parentes e amigos que já haviam emigrado para aqueles que ainda não haviam deixado a terra natal.<sup>64</sup> As cartas de chamada eram uma comprovação de que o emigrante possuía conhecidos que o acolheriam do outro lado do Atlântico, servindo de amparo e facilitando a obtenção de moradia e emprego.

Ao convidá-los para a emigração, as cartas de chamada facilitavam os trâmites burocráticos de entrada e saída de fronteiras. Elas possuíam tanto uma faceta privada – por terem o objetivo de persuadirem o destinatário a deixar a sua terra natal e emigrar – quanto uma faceta pública – por se constituírem enquanto um dos documentos oficiais necessários para que a migração legal acontecesse.<sup>65</sup> Na carta de chamada enviada, António escreveu que se responsabilizaria por Libânia assim que ela desembarcasse no Rio de Janeiro. Ele avisa que, antes de partir de Portugal, comprou uma passagem de

---

<sup>62</sup> FERREIRA, João José Brandão. “Portugal na I Guerra Mundial”. In: *Revista Militar* N.º 2553 - Outubro de 2014, p. 879 - 892.

<sup>63</sup> PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. SANTOS, Paula Marques dos. “Legislação sobre emigração para o Brasil na Primeira República.” In: SOUSA, Fernando de. MARTINS, Ismênia de Lima. MATOS, Izilda. (coordenação) *Nas Duas Margens: Os Portugueses no Brasil*. CEPESSE / Edições Afrontamento. Porto, 2009.

<sup>64</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. “Podes vir que aqui estou a tua espera”: a viagem e a mala do e/imigrante na literatura epistolar de portugueses em São Paulo”. In: MENEZES, Lená Medeiros de. SOUSA, Fernando de. *Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico: Múltiplos olhares sobre a e/imigração*. Ed. UERJ: Rio de Janeiro, 2017.

<sup>65</sup> SILVA, Brasilina Pereira da. *Cartas de Chamada: A dimensão familiar da emigração*. CEPESSE, Porto, 2014.

navio para Libânia e preparou a documentação necessária para que ela embarcasse para o Brasil.<sup>66</sup> Entre a Alemanha e o Brasil, Libânia escolhe emigrar para o Rio de Janeiro.

Quando se estabeleceu no Rio de Janeiro, em 1911, António Feijó investira o dinheiro que economizara como caixeiro-viajante no aluguel do espaço para a fundação da Escola Velox e na compra de máquinas de escrever. Ele não tinha verba o suficiente para a compra ou o aluguel de uma moradia numa zona mais nobre da cidade que condissesse com o status de empreendedor bem-sucedido que António almejava alcançar posteriormente. Na incerteza de que o negócio daria certo e visando economizar onde fosse possível, António procurou uma moradia barata que pudesse pagar independente do sucesso ou do fracasso dos negócios, e que fosse perto de seu local de trabalho. Com esse intuito, António arrendou um quarto na casa 46 do Beco da Carioca, subida do morro de Santo Antônio. No ano de 1915, ao desembarcar no Rio de Janeiro, Libânia foi morar com ele.<sup>67</sup>

O Beco da Carioca fazia parte de um sistema de ruas intermediárias – juntamente com a rua Silva Jardim e a rua Luiz Gama – que conectava a rua da Carioca com o alto do morro de Santo Antônio.<sup>68</sup> Na década de 1910, o morro de Santo Antônio era considerado o refúgio da miséria, sem esgoto nem abastecimento de água, com casebres insalubres e minúsculos construídos a partir de caixotes, ruas estreitas que dificultavam a circulação de ar e uma colmeia humana de 6 mil habitantes.<sup>69</sup> Ao pé do morro, havia terrenos um pouco melhores que eram abastecidos com água e pertenciam ao governo federal e municipal, mas a maioria dos habitantes do morro recorria à água do chafariz da Carioca para beber, realizar as atividades domésticas e de higiene pessoal. A prefeitura não cobrava impostos dos habitantes do morro, pois estava ciente das condições de saneamento do local. Apesar de sua situação maltrapilha, eram anunciados imóveis no morro para vender e alugar.<sup>70</sup> Por conectar a rua da Carioca com o morro de Santo Antônio, o Beco da Carioca era logo no início da subida do morro de Santo Antônio. Ao ir morar lá, António Feijó se beneficiava ao pagar pouco numa moradia de excelente localização no centro da cidade. Lydia Feijó não descreve as condições da casa que

---

<sup>66</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar.

<sup>67</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar.

<sup>68</sup> SEGRE, Roberto. KOATZ, Gilson Dimenstein. “Morro de Santo Antônio: significado dos limites de um vazio urbano”. In: *ANAIS DO XV ENANPUR*, v. 15 n. 1 (2013).

<sup>69</sup> *Leitura para todos*, n° 40, junho de 1909.

<sup>70</sup> *Leitura para todos*, n° 40, junho de 1909.

Libânia e António moraram no Beco da Carioca, apenas dá a sua localização geográfica. Contudo, ela menciona que a má alimentação e o ar com cheiro de doenças fez muito mal para a saúde da mãe e foi fator determinante para que, assim que eles tivessem condições, buscassem um novo endereço.<sup>71</sup>

Pouco menos de um ano após chegar no Rio de Janeiro, em 15 de Janeiro de 1916, Libânia deu à luz a uma menina, Giselda Pereira Feijó, na casa 46 do Beco da Carioca. Na certidão de nascimento de Giselda é apresentado o nome da mãe e dos avós maternos, porém o nome do pai e dos avós paternos é omitido. Todavia, António Augusto Feijó se faz presente na primeira certidão da filha como declarante. A paternidade de Giselda não é esclarecida automaticamente em seu primeiro documento porque, na altura de seu nascimento, Libânia e António ainda não eram casados. Apenas em 18 de agosto de 1930, quando o casal tinha 41 e 43 anos de idade e as filhas se encontravam com 14 e 11 anos, que o casamento foi oficialmente realizado.

Um dos mais antigos registros fotográficos de Libânia foi feito quando ela tinha 28 anos, no Rio de Janeiro, por encomenda de António Augusto Feijó. Ao contrário de Libânia, António Feijó era um entusiasta de novas tecnologias e, como um pequeno burguês em processo de ascensão social, se importava muito com as aparências. António economizava onde fosse possível (moradia) para poder gastar naquilo que pudesse lhe dar frutos nos negócios a longo prazo (imagem de respeitabilidade familiar).



Imagem 5: Libânia com Giselda no colo. Rio de Janeiro, 1916. Acervo familiar.

Além da datilografia, António Feijó se interessava pela fotografia, não profissionalmente, mas como uma forma de construir uma narrativa e transmitir ao observador uma imagem de respeitabilidade da família. Pouco depois do nascimento de

---

<sup>71</sup> FEIJÓ, Lyda. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar.

Giselda, a filha mais velha, António levou Libânia a um estúdio de fotografia no Rio de Janeiro a fim de produzir registros imagéticos de sua companheira com a filha do casal. Na fotografia, pequena, num formato semelhante ao 3cmx4cm, Libânia se encontra sentada com Giselda no colo. Libânia leva consigo finos colares, um brinco, numa das orelhas, e uma presilha no cabelo que segura os fios revoltos do coque frouxo. A fotografia é marcada por um certo movimento, tanto de Giselda, uma bebê com dificuldade de ficar parada, quanto de Libânia, que está com os dentes à mostra, em dúvida se deve ficar séria ou sorrir. Ou talvez estivesse parada e séria até o momento em que a criança se mexera, segundos antes da fotografia ser tirada. Este registro guardado por Giselda, por ser sua primeira fotografia, contrasta bastante com a maioria das fotografias posteriores de Libânia, nas quais ela sempre aparece séria, com uma expressão austera, beirando a tristeza e a melancolia. Aparentemente, ela não apreciava ser fotografada, talvez por estar cumprindo uma demanda de António com a qual não concordava ou não entendia.

Mais de um ano depois, quando Giselda se encontrava com quase dois anos, António Feijó levou a companheira e a filha novamente para serem fotografadas. Desta vez, António aparece na imagem. Ao contrário do primeiro registro guardado por Giselda, marcado pelo leve movimento (segundo os padrões da fotografia em estúdio da época), o segundo é uma típica fotografia estática que visa representar a respeitabilidade da família. Libânia (sentada) e Giselda (em pé) estão sobre um banco, enquanto António Feijó se encontra atrás delas, com seu bigode bem penteado e seu terno bem cortado. Ambas as mulheres estão com a coluna perfeitamente ereta e uma postura séria, como se estivessem sido arduamente instruídas a parecerem bem-compostas, obedientes e disciplinadas. Já António tinha uma pose mais descontraída, como a demonstrar que estava em boa fase financeira, usufruindo do que a Velox era capaz de lhe proporcionar. Uma imagem confiável para um empreendedor, mas sem a liturgia que caracterizava os casais casados na época: António e Libânia não estavam lado a lado. Pela fotografia, ninguém poderia afirmar se eram um casal ou não. Aquela era a imagem de um patriarca que não desemparrava a família, mas não era a pose explícita de um homem com sua esposa ou companheira. Provavelmente Libânia entendia isso, entendia que aquela cena era, de fato, retrato da sua situação social: a ausência de um compromisso que, pelas leis e padrões estabelecidos na época, garantiriam seu *status quo* de cônjuge. Sem uma certidão de casamento, Libânia era desprovida de certos direitos econômicos; por mais que a Velox estivesse a prosperar. A pose dúbia era até respeitável, como se dizia. Todavia, essa

respeitabilidade era apenas uma imagem construída por António Feijó, que ainda não consolidara sua relação com Libânia sob o sacramento matrimonial.



Imagem 6: António, Libânia e Giselda Feijó. Rio de Janeiro, 1917. Acervo familiar.

A ausência do enlace matrimonial não foi um impedimento para que em 9 de novembro de 1918 – dois dias antes de ser assinado o armistício que decretou o fim da Primeira Guerra Mundial – nascesse Lydia Pereira Feijó, filha caçula de António e Libânia. Lydia Feijó, em sua velhice, registra em seu livro de memórias as histórias que ouviu de seus pais sobre os meses após o seu nascimento:

“Durante esse tempo não havia alimento suficiente para a população e as filas eram imensas nas portas das lojas. As galinhas eram disputadas, principalmente para quem tivesse tido criança, pois precisavam fazer canja para a parturiente. Papai que andava na rua para arranjar comida contava que via passar carroças cheias de cadáveres e tinha medo de ser apanhado para ir abrir covas nos cemitérios, pois os coveiros já tinham morrido e não havia mais ninguém para enterrar os defuntos. A GRIPE ESPANHOLA, assim chamada por ter surgido na Espanha, matou muita gente no mundo inteiro. Era a PESTE...”<sup>72</sup>

Nas memórias de Lydia, a soma da gripe “espanhola” com o cenário da Grande Guerra teve como consequência o desabastecimento da cidade do Rio de Janeiro, de modo que as lojas viviam cheias de filas e as galinhas eram disputadíssimas. Quem ia para as ruas em busca de comida precisava enxergar cadáveres apinhados nas ruas, pois não havia coveiros o suficiente para sepultar todos os corpos. Entretanto, ao contrário do que Lydia

<sup>72</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar. p.13

acreditava, a gripe “espanhola” não teve origem na Espanha. Provavelmente, ela surgiu num campo militar no estado do Kansas, nos Estados Unidos, pois lá foram notados os primeiros casos. A atribuição da nacionalidade espanhola à gripe teve um intuito político. Os países que estavam envolvidos na Grande Guerra estavam censurando as notícias relacionadas ao surgimento de uma nova epidemia de gripe no front para não alarmar a população nem desestimular os soldados. Já que a Espanha era um país neutro, ainda que tivesse simpatia pelos alemães, não tinha por que censurar a imprensa por uma gripe. Assim, as notícias da epidemia de influenza se disseminaram a partir da imprensa espanhola. Por isso que essa pandemia ficou conhecida como gripe “espanhola”. Ela se aproveitou das péssimas condições sanitárias existentes durante o final da Primeira Guerra Mundial para se espalhar. Estima-se que mais de 50 milhões de pessoas, do mundo todo, tenham falecido devido a gripe, mas o número pode ser bem maior.<sup>73</sup>

Estima-se que a gripe “espanhola” tenha chegado ao Brasil por meio do navio *Demerara*, procedente de Liverpool, na Inglaterra, que fez escala em Lisboa, Recife e Salvador antes de atracar no porto do Rio de Janeiro, em setembro de 1918. Casos da doença eram noticiados desde sua chegada a Salvador. Logo, suspeitava-se que a gripe estivesse presente no *Demerara*. Mesmo assim, o inspetor sanitário do porto do Rio de Janeiro, Jayme Silvado, consentiu que o navio atracasse, pois, em suas palavras, sendo “positivista, não acredita em micróbios.” Muitos políticos também seguiam essa linha de pensamento, e por isso nenhuma estratégia de combate à gripe foi montada previamente para socorrer a população. Como resultado, devido ao curto período de incubação do vírus, à rápida velocidade de contágio e ao alto índice de letalidade, estima-se que a gripe espanhola ceifou a vida de mais de 15 mil cariocas.<sup>74</sup>

Na literatura, o pandemônio instaurado pela gripe “espanhola” no Rio de Janeiro se faz presente nos escritos de Nelson Rodrigues, que tinha somente 6 anos quando a moléstia atingiu a cidade. Entretanto, esta pandemia foi tão marcante na vida dele que, quando o escritor redigiu suas memórias, essas lembranças foram abordadas em vários trechos<sup>75</sup>:

---

<sup>73</sup> GOULART, Adriana da Costa. “Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro.” In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v.12, p.101, abril, 2005.

<sup>74</sup> GOULART, Adriana da Costa. “Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro.” In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v.12, p.101, abril, 2005.

<sup>75</sup> RODRIGUES, Nelson. *Memórias*. Rio de Janeiro: Ed. Correio da Manhã, 1967.

“Bem ou mal, como era possível, frescos ou já decompostos, quando os pobres mortos chegavam aos cemitérios não havia gente suficiente para enterrá-los. Era muito defunto para os poucos coveiros do trivial – assim mesmo desfalcados pela doença. Foram contratados amadores a preços vantajosos. Depois vieram os detentos. Espalharam-se então horrores. Descreviam-se os criminosos cortando dedos aos cadáveres, rasgando-lhes as orelhas para roubar os brincos, os anéis, as medalhas e os cordões que tinham sido esquecidos.” (RODRIGUES, 1967)

Assim como Lydia Feijó, Nelson Rodrigues relembra que os cariocas morriam em qualquer lugar, em casa, no trabalho ou no meio da rua. Depois de um tempo, os corpos eram recolhidos pelos funcionários da Prefeitura, que jogavam os cadáveres nas carroças do serviço de limpeza pública, para logo em seguida serem empilhados em algum canto. Já que após um tempo não havia mais coveiros suficientes para enterrar os corpos, porque eles haviam sido acometidos pela “espanhola”, os detentos passaram a ser designados para realizar tal tarefa, onde eles roubavam os brincos, os anéis e outras joias dos cadáveres. As memórias tanto de Lydia quanto de Nelson Rodrigues retratam o desespero dos moradores da cidade na época da “espanhola”, o pânico de se viver em tempos de pandemia e a insalubridade das ruas cariocas com os corpos contaminados e insepultos ao ar livre.

Para quem crescera respirando o ar puro das aldeias minhotas e se alimentando dos produtos da terra, a alimentação deficitária e carente de nutrientes adequados, a falta de circulação de ar e de condições de higiene no morro de Santo Antônio prejudicaram bastante seu quadro de saúde. Libânia ficou gravemente debilitada após seus primeiros anos no Rio de Janeiro, marcados por dois partos e uma pandemia. Lydia conta em suas memórias a solução encontrada para o estado de saúde da mãe:

“Em 1920 fomos para Portugal, para que mamãe se restabelesse, devido à má alimentação, tinha ficado muito fraca com o meu nascimento. O médico aconselhou papai a levá-la para fora da cidade. Que cheirava a doença, com tanta gente morrendo todos os dias. Foi minha primeira viagem marítima, assim como a de minha irmã. [...] Embarcamos no *Arlanza*, navio inglês, as comidas fizeram-me mal, dando dor de barriga e disenteria, chorava muito e sujava tudo. Os criados reclamavam, mas papai só dizia: chora, minha filha, também pagaste passagem! Quando chegamos a Portugal fomos para Vila Seca, onde minha avó Ana estava a nossa espera, aborrecida com papai por ter atravessado o mar com as filhas sem serem batizadas.”<sup>76</sup>

---

<sup>76</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar. p.13

Assim se inicia uma jornada de idas e vindas pelo oceano Atlântico que marca indelevelmente a infância e a juventude de Giselda e Lydia, forjando a identidade das irmãs Feijó enquanto lusocariocas.<sup>77</sup> O quadro de saúde de Libânia fazia com que fosse melhor para ela viver em terras portuguesas. Entretanto, a renda de António Augusto Feijó provinha da Escola Velox de datilografia, localizada no Rio de Janeiro. Conciliar o bem-estar físico de Libânia com a fonte de sustento da família, enraizada no Rio de Janeiro, fez com que Giselda e Lydia crescessem viajando entre Brasil e Portugal, passando ora alguns meses, ora alguns anos, em cada margem do Atlântico.

A primeira viagem atlântica das meninas foi em 1920, a bordo do navio *Arlanza*. Na altura, nem António nem Libânia possuíam casa em Portugal, assim como não tinham renda o suficiente para irem para um hotel, que eram caros, de modo que a solução encontrada foi ir ao encontro da mãe de António, Ana do Carmo Massas, na freguesia de Vila Seca, município de Armamar, distrito de Viseu. Para se chegar em Vila Seca era feito um trajeto difícil nos lombos dos burros numa estrada de terra toda empoeirada, o que tornava a viagem cansativa.<sup>78</sup> A dificuldade de acesso ao destino e a simplicidade do local onde família se estabeleceu em sua primeira estadia em Portugal – realizada tendo como intuito a recuperação de Libânia – salienta a origem humilde de seus parentes e a limitação de recursos da família Feijó no início da operação da Escola Velox no Rio de Janeiro.

Assim que a saúde de Libânia se estabilizou, a família Feijó voltou a morar no Rio de Janeiro, pois lá estava a fonte de renda de António Feijó. Neste segundo momento, a família não retornou para o quarto alugado no morro de Santo Antônio, onde António primeiro se estabelecera na cidade em seus tempos de solteiro, mas sim alugou quarto no Catete e posteriormente em Santa Teresa e na Lapa. A contínua chegada de novos alunos na Escola Velox possibilitava que António Feijó proporcionasse a sua família melhores condições de moradia em relação às quais ele primeiro arranjava como caixeiro-viajante. Não eram apartamentos luxuosos, mas sim moradias pequenas e simples que comportavam as necessidades básicas dos membros da família, localizadas em bairros que garantissem mais respeitabilidade ao pequeno burguês em ascensão e fossem

---

<sup>77</sup> A palavra lusocarioca é um neologismo formado a partir do gentílico luso-brasileiro, que se refere a quem tem sua identidade atrelada tanto ao Brasil quanto a Portugal. Assim, a palavra lusocarioca é uma especificação desse fenômeno, podendo ser aplicada a algo ou a alguém que tem sua identidade, sua história, sua cultura, sua subjetividade formada tanto a partir de Portugal, quanto a partir da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Ou seja, é a partir da interação da herança tradicional portuguesa com elementos típicos da miscigenação carioca que se forma a identidade lusocarioca.

<sup>78</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar.

próximas ao seu lugar de trabalho. A soma da busca por melhores moradias com a falta de condições de se morar numa zona nobre da cidade se refletiu na proximidade da residência da família Feijó no Rio de Janeiro com a zona de meretrício da Lapa, como relembra Lydia Feijó em suas memórias.

“Em 1929, fomos [morar] na Lapa, na rua Morais e Vale, pertinho do mar e dos jardins. Nessa ocasião, o Antero, futuro marido de minha irmã, fez ver a papai que o lugar não era apropriado para as meninas pois ali se praticava o meretrício. Nunca tivemos problemas com os vizinhos, pois nós estávamos mais próximos da igreja e elas ficavam no fundo da rua.”<sup>79</sup>

Ao mesmo tempo em que recorda da proximidade de sua residência com a zona de meretrício, Lydia testemunhava que nunca teve problema com as vizinhas, o que demonstra que havia um convívio respeitoso entre elas. Esse respeito também se fazia presente nas recordações de Giselda Feijó, que contava que, quando ela era menina, havia uma vizinha de quem ela gostava muito. A moça sempre conversava com ela, era gentil e educada. Um dia, quando Giselda e Libânia estavam voltando para casa, avistaram essa vizinha com um rapaz. Giselda logo sorriu e acenou para a vizinha, mas a moça virou a cara e não deu conversa. Giselda ficou bem chateada com a situação, mas Libânia logo explicou para a filha que a vizinha fez isso para o bem delas. A moça gentil com quem elas mantinham amizade na verdade era uma meretriz e estava com um cliente. Caso o cliente as visse interagindo, poderia pensar que elas eram companheiras de profissão e vir atrás delas depois. Ao ignorá-las na companhia do cliente, a vizinha estava protegendo as vizinhas de atenção indesejada.<sup>80</sup>

O respeito que Libânia exigia que suas filhas tivessem para com as vizinhas demonstrava que a minhota estava ciente de que, quando mulheres imigravam no porto carioca sem companhia masculina, sem uma família ou amigos que se disponibilizassem para recebê-las e ampará-las, muitas vezes acabavam por encontrar-se numa triste realidade da imigração feminina: a da prostituição e do tráfico de mulheres brancas. Quem conseguia escapar dessa realidade, porventura acabava por trabalhar no setor doméstico, como empregadas, camareiras, costureiras, arrumadeiras, passadeiras e lavadeiras, tanto

---

<sup>79</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar. p.28

<sup>80</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

em casas de famílias abastadas, que frequentemente preferiam contratar imigrantes brancas em detrimento das brasileiras miscigenadas, quanto em hotéis e pensões.<sup>81</sup>

O retorno para o Brasil em 1921 não foi o momento em que a família Feijó se estabeleceu em definitivo no Rio de Janeiro, mas se configurou no início de uma rotina de viver entre o mundo português e o carioca. Como relembra Lydia:

“Em 1921, voltamos para o Rio de Janeiro, fomos morar no Catete, na rua Barão de Guaratiba. [...] Em 1922, voltamos a Portugal e assim fiz minha terceira viagem só que desta vez sem choro. Embarcamos num navio alemão, o *Sierra Ventana*, e fomos morar na casa que papai tinha comprado em Areosa.”<sup>82</sup>

“Em 1923, voltamos para o Rio e fomos morar em Santa Teresa, na rua Santo Alfredo. [...] Em 1925, voltamos a Portugal, só que dessa vez ficamos quatro anos. Durante esse tempo, papai que ia e vinha fez alguns melhoramentos [na casa de Areosa].”<sup>83</sup>

Eram muitas viagens em pouco tempo, o que demonstrava uma busca por equilíbrio entre as vontades e demandas familiares. Libânia preferia ficar em Portugal, onde reivindicava que as condições climáticas eram mais benéficas para a sua saúde, possuía amigos e familiares e tinha mais liberdade para viver conforme as suas crenças e vontades. Já António precisava se enraizar no Rio de Janeiro, pois lá era onde estava a Escola Velox, cuja renda financiava todas as despesas de Libânia e suas filhas, desde a moradia e a alimentação, até as passagens atlânticas compradas regularmente nas décadas de 1920 e 1930. Como forma de conciliar ambas as vontades, e considerando os lucros que a Escola Velox proporcionava, a família foi construída em viagens entre as duas margens do Atlântico.

Diferentemente do imaginário contemporâneo tão marcado pelos luxuosos transatlânticos modernos, as viagens de navio entre Portugal e Brasil no início do século XX eram bem modestas. Acomodava-se tanto carga quanto pessoas no mesmo transporte marítimo, e o setor humano era dividido em várias classes, a depender do nível econômico dos passageiros. Os mais abastados viajavam em cabines individuais, enquanto as camadas populares viajavam em dormitórios coletivos separados entre os dois sexos. A

---

<sup>81</sup> SARMIENTO, Érica. “Trajetórias femininas, trajetórias invisíveis: as mulheres galegas no além-mar”. In: MENEZES, Lená Medeiros de. SOUSA, Fernando de. *Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico: Múltiplos olhares sobre a emigração*. Ed. UERJ: Rio de Janeiro, 2017.

<sup>82</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar. p.15

<sup>83</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar. p.19

renda de António possibilitava que ele reservasse passagens na terceira classe para frequentes viagens entre os dois países, porém não dava margens para que essas viagens fossem feitas nas cabines individuais da primeira classe.<sup>84</sup>

As memórias das viagens de navio, do desmontar da vida numa margem para o remontar na outra e do arrumar das malas, ficaram gravadas na mente das irmãs lusocariocas. Lydiá Feijó sintetiza essa experiência de viver entre mundos a partir dos alimentos que eram levados por elas na bagagem:

“Quando vínhamos para o Rio, trazíamos o presunto [cru] numa lata cheia de azeite. Naquele tempo podia-se trazer quase tudo no navio, o porto era livre e só mais tarde é que começaram os embargos da alfândega. Se a quantidade era pequena, podia passar, pois não era considerado contrabando e sim para gasto pessoal.

Quando voltávamos a Portugal fazíamos o inverso e levávamos além de outras coisas a famosa goiabada, muito apreciada por ser considerada um remédio para a disenteria. Era guardada religiosamente, valia ouro. Não havia casas especializadas em artigos brasileiros, como há atualmente.”<sup>85</sup>

No trecho, Lydiá relembra que “podia-se trazer quase tudo no navio”, desde que fosse considerado pela alfândega como de uso pessoal. Nesse sentido, elas buscavam aproveitar o melhor dos dois mundos e levavam para uma margem o que carecia nela e havia em abundância na outra. Quando vinham para o Rio de Janeiro, traziam consigo o presunto cru em conserva que Libânia preparava em Portugal. Já quando iam a Portugal, levavam artigos brasileiros, como a goiabada, que era guardada com muito cuidado por “ser considerada remédio para tratar a disenteria”.<sup>86</sup>

O Rio de Janeiro em que António e Libânia estavam criando suas filhas era marcado por um ritmo frenético e vertiginoso de mudanças nos mais variados aspectos do cotidiano carioca, abarcando desde a política e as configurações urbanas até o mundo do trabalho, da moda, da ciência, do entretenimento e da vida social. A cidade dos tempos coloniais e que fora sede da corte imperial, cuja zona portuária havia sido ponto de desembarque de grande parte dos africanos escravizados em todas as Américas, estava sendo transformada, no raiar dos novecentos, a partir de ideais positivistas que alegavam ordem e progresso. O projeto republicano de nação em ascensão tinha como um de seus

---

<sup>84</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

<sup>85</sup> FEIJÓ, Lydiá. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar. p.21

<sup>86</sup> FEIJÓ, Lydiá. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar.

alicerces a modernização da Capital Federal, muito marcada ainda por ruas estreitas e de difícil circulação, pouca iluminação, construções coloniais, cortiços e habitações populares com pouca circulação de ar e saneamento básico. As ruelas coloniais, onde habitavam trabalhadores negros recém-egressos da escravidão e imigrantes brancos pobres, passaram a conviver com um novo traçado de ruas, calcado em ideais de modernidade, civilização, sanitarismo, cientificismo e mimese da arquitetura francesa. A modernização da cidade fazia parte da afirmação cultural do regime republicano, que visava transformar São Sebastião do Rio de Janeiro num símbolo de modernidade e progresso nos trópicos, inspirada em Buenos Aires, que por sua vez se inspirara na Belle Époque parisiense. Contudo, essa transformação republicana não passou de uma ilusão, pois exibia uma imagem da cidade para uma parcela muito específica da população que não correspondia com a realidade da maioria dos cariocas.<sup>87</sup> Ou seja, apesar das reformas urbanas, o Rio de Janeiro continuava a ser uma cidade negra e de aspecto colonial, mas que teve sua região central reformada para projetar um ideal de modernidade tropical para o mundo.

Os novos corredores de circulação projetados pelo governo republicano, como a Avenida Central (atual Avenida Rio Branco) e a Avenida Beira-Mar, eram longos, largos e espaçosos, facilitando a circulação policial e a repressão em casos de revolta popular. O Rio de Janeiro dos bondes puxados a burro, do leite de vaca a domicílio, do caldo de cana com música, dos engraxates ao ar livre, dos carregadores de piano, do entrudo, dos capoeiras e das brigas de navalha; passou a conviver na região central da cidade com o Rio de Janeiro cosmopolita dos bondes elétricos, da iluminação pública, dos fonógrafos, dos rádios de uso doméstico, dos automóveis, dos teatros, dos cinematógrafos, do crescimento da burguesia e das firmas comerciais, da nova fórmula jornalística que aumentou a produção e a circulação de periódicos, das sociedades recreativas e de assistência mútua, dos clubes dançantes formados por trabalhadores e do crescimento urbano em direção aos subúrbios.<sup>88</sup>

O afrancesamento da elite carioca convivia com a reformulação da indústria de diversão da cidade e com a explosão de festas populares tomando as ruas, que eram

---

<sup>87</sup> NEVES, Margarida de Sousa. “Uma capital em *trompe l’oeil*: O Rio de Janeiro, cidade-capital da República Velha.” In: MAGALGI, A. M. et al. *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 253-286.

<sup>88</sup> NEVES, Margarida de Sousa. “Uma capital em *trompe l’oeil*: O Rio de Janeiro, cidade-capital da República Velha.” In: MAGALGI, A. M. et al. *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 253-286.

anualmente ocupadas por desfiles de ranchos, cordões e blocos. Como parte dessa reformulação cultural que dava início ao carnaval carioca como o conhecemos, em 5 de março de 1921, a Avenida Rio Branco foi tomada pela “Mi-Careme”, uma festa-concurso organizada pelo *Jornal do Brasil* com o intuito de celebrar o dia dos ranchos.<sup>89</sup> Na “Mi-Careme”, as pequenas sociedades carnavalescas que haviam se inscrito no evento desfilaram com o cortejo preparado pelo rancho para o carnaval, sem poder fazer modificações em seu desfile sob pena de desclassificação.<sup>90</sup> O *Jornal do Brasil* organizou essa festa-concurso como forma de dar visibilidade aos pequenos carnavalescos que faziam acontecer os cortejos nas ruas e incitavam a população carioca a tomar parte neles. Dentre as pequenas sociedades que aparecem nas páginas do periódico como uma das que se inscreveu para participar da “Mi-Careme”, temos a Tomara que Chova.



Imagem 7: Giselda (segunda menina da esquerda para a direita na fileira de baixo) e Lydia (criança pequena sentada no centro da fotografia com o rosto parcialmente borrado devido ao movimento) no rancho Tomara que Chova. Rio de Janeiro, 1921. Acervo familiar.

Em meio à iconografia familiar, sobressai-se em um dos álbuns organizados por Giselda Feijó uma foto dela e de sua irmã crianças no bloco de carnaval Tomara que Chova, em 1921, mesmo ano em que a pequena sociedade carnavalesca participou da “Mi-Careme”, a festa-concurso do *Jornal do Brasil*.<sup>91</sup> Na fotografia, além das duas irmãs vestindo roupas tradicionais europeias para o carnaval carioca, podemos ver várias outras

<sup>89</sup> *Jornal do Brasil*, 2 de março de 1921.

<sup>90</sup> *Jornal do Brasil*, 19 de fevereiro de 1921.

<sup>91</sup> Álbuns de fotografia de Giselda Feijó. Acervo familiar.

peessoas preparadas para o cortejo, como crianças fantasiadas e um grupo de músicos, portando instrumentos de corda e de sopro. Apesar da presença negra ser muito marcante nas associações carnavalescas e a população afrodescendente ser a maioria em muitas delas, grande parte das pessoas fotografadas no cortejo acima tem pele mais para clara e não possuem traços de origem africana. O estandarte da sociedade retrata uma mulher branca de origem europeia com um guarda-chuva para se proteger das gotas que caem do céu, remetendo ao nome do bloco, Tomara que Chova. Esses dois elementos fazem com que o cortejo frequentado por Giselda e Lydia destoe dos demais ranchos cariocas, predominado pela presença negra. Entretanto, a presença branca imigrante em Tomara que Chova corrobora para a crítica que o baiano Hilário Jovino fazia aos ranchos cariocas, os colocando como sem-graças e bem-comportados, frutos de um carnaval higienizado e organizado, onde os intelectuais e o povo poderiam conviver.<sup>92</sup>

A presença deste tipo de fotografia no álbum familiar ressalta como a infância das meninas Feijó se deu num momento-chave da construção da brasilidade, quando o samba e o carnaval foram construídos como símbolos da identidade nacional. Outra prática muito associada com o viver no Rio de Janeiro consiste no hábito de frequentar as praias da cidade para tomar banho de bar.

“Íamos ao banho de mar bem cedo, quando o avião do correio passava, pontualmente às 6 horas. Era só atravessar o Beco das Carmelitas, o jardim e lá estávamos nós na ponta do gelo, como era chamado, só tinha pedras e não dava pé. [...] Nesse lugar, depois que aterraram, fizeram o monumento aos pracinhas da Segunda Guerra. Para irmos ao banho de mar usávamos capa e os homens iam de roupão. Não se podia ir apenas de roupa de banho porque era proibido. Hoje só falta ir nu... Outro lugar que íamos era a praia das virtudes, tinha areia, mas era perigosa por causa dos buracos e bancos de areia que tinha dentro d’água. Em vez da praia das virtudes, hoje está o aeroporto Santos Dumont. Com o tempo foram modificando tudo e com o desmonte do Morro de Santo Antônio só ficou o convento, acabaram com o tabuleiro da baiana, que era o ponto final dos *bonds* da zona sul.”<sup>93</sup>

Lydia faz questão de ressaltar a proximidade de sua residência familiar, na Lapa, com as praias da baía de Guanabara. No final do século XIX, o banho de mar era visto como uma prática terapêutica comum nas camadas mais abastadas da sociedade, mas a

---

<sup>92</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. "Acontece que eu sou baiano: identidades em Santana - Rio de Janeiro, no início do século XX". in: CHALHOUB, Sidney; CUNHA, Maria Clementina Pereira; CANO, Jefferson e AZEVEDO, Elciene (orgs.). *Trabalhadores na cidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

<sup>93</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar. p.28 e p.29.

mudança no estilo de vida urbano do começo do século XX fez com que tal hábito se popularizasse e se tornasse uma forma de lazer da população carioca.<sup>94</sup> Enquanto a prática de banhar-se no mar ainda era uma novidade no Rio de Janeiro, a família de Lydia tinha o hábito de acordar bem cedo, antes da chegada do Sol forte, para ir ora a uma pequena praia de pedra na Glória chamada de ponta do gelo, onde após o aterramento tornou-se o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, ora à praia das virtudes, que acabou cedendo lugar para a construção do aeroporto Santos Dumont.

A escrita do livro de memórias de Lydia é profundamente marcada pelas mudanças na paisagem carioca e na dinâmica urbana do Rio de Janeiro, de modo que, as consequências físicas da passagem do tempo na cidade se tornam elementos estruturantes para contar sua própria história e a de sua família. Isso se faz presente quando ela escreve que “Um dia vimos o *Zepelim*, veio sem fazer barulho, deu a volta no Pão de Açúcar e foi embora pelo mar afora. Era uma maravilha...”<sup>95</sup>. O *Graf Zeppelin* foi um dirigível alemão que voou para o Brasil em 1930, chegando no Rio de Janeiro em 25 de maio. Ele era um símbolo de otimismo tecnológico e representava o potencial turístico carioca para os europeus. Logo depois, Lydia registra que teve a oportunidade de ver as mãos do Cristo Redentor no chão, ainda durante o processo de construção de uma das Sete Maravilhas do Mundo:

“Ainda na fase de construção do Cristo Redentor, tive a oportunidade de ver no chão as mãos dele. Eram enormes e estavam pousadas pelos pulsos. [...] Por essa época, à tardinha, passava o vendedor de canjica. Vestido todo de branco com um turbante também branco, era um mulato alto e forte, levava na cabeça um tabuleiro e em cima deste uma grande panela ou caldeirão cheio de canjica quentinha, que ele ia apregoando. Todos corriam para a rua com o prato na mão para comprar a sobremesa, e tinha para quem quisesse a canela, que ele colocava por cima com fartura.”<sup>96</sup>

No trecho acima, fica evidente que ela e sua irmã cresceram marcadas pela interação de diversas culturas e tradições nas ruas do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que continuavam mantendo hábitos e trajes portugueses. Essa interação é personificada no vendedor de canjica, um “mulato alto e forte” todo vestido de branco e com um turbante. O turbante é oriundo das culturas afro-orientais e, no Brasil, é comumente visto

<sup>94</sup> O'DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

<sup>95</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar. p.31

<sup>96</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar. p.31

como um ornamento religioso do candomblé, religião afrobrasileira na qual as vestes de cor branca são associadas à paz e à pureza, além de serem uma forma de honrar Oxalá e proteger os filhos dos orixás de energias negativas.<sup>97</sup> Apesar das inúmeras diferenças sociais, étnicas, religiosas e culturais entre a família Feijó, seus vizinhos e os ambulantes que circulavam na região, assim que o vendedor de canjica aparecia, todos “corriam para a rua com o prato na mão para comprar a sobremesa”. Desse modo, vemos que o mundo do pequeno comércio era ponto de encontro de pessoas muito diferentes, mas que comprando ou vendendo miudezas e bens alimentícios, convergiam para o mesmo ambiente nas ruas do Rio de Janeiro. Convivendo com outros grupos étnicos/nacionais é que se percebiam as particularidades de ser português, o que não era sentido antes do processo migratório. A percepção dessas particularidades levava à afirmação identitária lusa, a qual poderia levar à construção de redes de solidariedade importantes de se ter numa cidade estrangeira, culturalmente diversa e onde se encontravam pessoas de várias procedências.

“Era eu que fazia as compras para a minha mãe e quando chegava o quitandeiro com sua carrocinha toda fechada com grades, onde trazia a mercadoria, era o seu terror... mexia em tudo, abria as portinhas, escolhendo as melhores bananas e outras coisas mais que mamãe precisava, para desespero do italiano. Na padaria, onde ia comprar doces e balas, com os dez tostões que mamãe me dava por ajudar em casa, o caixeiro sempre me dava balas a mais, pois gostava muito de mim. [...] Na mercearia onde eu ia comprar batatas, entrava no depósito para escolher as melhores e acabava levando uma reprimenda do dono. Mas eu não ligava, estava sempre contente. Era ali que minha irmã vinha telefonar para o Antero, pois já se namoravam”.<sup>98</sup>

Lydia relembra com carinho dos tempos de infância em que ia à quitanda, à padaria e à mercearia fazer as compras para a família. Em meio aos legumes e às verduras, o quitandeiro que se desesperava com a menina a mexer nos seus produtos era um imigrante italiano. Esse detalhe na memória de Lydia alimenta uma faceta dos estudos migratórios que coloca o setor terciário como um dos principais destinos dos imigrantes europeus acolhidos por cidades brasileiras, exercendo atividades comerciais, trabalhando no ramo alimentício, de transportes e de serviços.<sup>99</sup>

---

<sup>97</sup> BREGOLIN, Débora Bresolin. *A moda como linguagem :singularidades e códigos vestíveis no trânsito entre o profano e o sagrado do Candomblé*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Caxias do Sul. 2018.

<sup>98</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar. p. 29 e p.30.

<sup>99</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas: o antilusitanismo na Primeira República*. Niterói: Eduff, 2017

“Já estávamos em 1930 e nesse ano houve a revolução que o Getúlio Vargas fez para tirar o governo e se proclamar presidente, não antes de dar o golpe militar. Ficou 15 anos, virando uma ditadura. [...] Durante a revolução, papai era obrigado a fechar a escola mais cedo e vinha a pé pela Avenida até a Lapa. Minha irmã, que nesse tempo trabalhava na escola como professora de datilografia, vinha com ele. Ela contava que, para fugir das balas, escondiam-se nos vãos das portas, quando chegavam era um alívio. Em casa, mamãe e eu, com o coração na mão, ouvíamos o matraquear das metralhadoras ao longe e todos fechavam as portas e janelas, mas quando o barulho cessava, corriam para a rua, e eu, para o desespero de mamãe, era a primeira.”<sup>100</sup>

Neste relato, Lydiá relembra quando Getúlio Vargas tomou o poder e de como, durante os meses anteriores e posteriores ao golpe, a cidade do Rio de Janeiro, por ser Capital Federal, foi palco de inúmeros conflitos em decorrência da instabilidade política do momento. Enquanto Antônio e Giselda trabalhavam e tinham que fechar a Escola Velox mais cedo, tomando cuidado com as trocas de tiro no caminho de volta para casa, Libânia e Lydiá esperavam os dois em seu domicílio, ouvindo ao longe os estampidos. Como moradoras da Capital Federal durante as efervescentes da década de 1920 e 1930, a infância e a adolescência carioca de Giselda e Lydiá não podiam deixar de serem marcadas pela dinamicidade da cidade, não só pelos acontecimentos políticos do período, mas principalmente pelos pequenos eventos cotidianos.

Em 1932, a família retornou para Portugal no navio alemão *Sierra Cordoba*, onde permaneceu até 1934. Desde a década anterior, quando a família Feijó se sediava em Portugal, eles viviam no Porto, na zona de Areosa. Hoje, a Areosa consiste num bairro da cidade do Porto, integrado com o meio urbano. No começo do século XX, a Areosa era uma região mais afastada da cidade, onde se podia viver um estilo de vida mais semelhante ao das aldeias portuguesas.

Em Portugal, a casa em que Libânia morava com suas filhas era construída toda em pedra. Havia dois quartos, sendo que um deles era sem janelas e ficava no corredor que dava entrada para o sótão, onde se armazenavam batatas. Lá também ficavam as quinquilharias necessárias para as frequentes viagens atlânticas que faziam. A cozinha era toda em pedra e o fogão funcionava a lenha e carvão. A sala de jantar era pequenina, mas dava para o quintal, cheio de árvores frutíferas, como figueiras, macieiras, pereiras, cerejeiras, pessegueiros e videiras. Com isso, Libânia preparava compotas, geleias e marmelada. Na despensa, salgava-se a carne de porco e preparava-se o presunto, fazia-se

---

<sup>100</sup> FEIJÓ, Lydiá. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar. p.30

chouriço e salpicão, guardava-se azeite, vinho, cebola, alho, uvas e figos. Não havia banheiro, tinha um quartinho com um trono de madeira para as necessidades. Não havia água corrente. Para se tirar a água do poço a bomba era de madeira. O banho era tomado no quarto numa bacia grande própria para a higiene pessoal. Os urinóis eram guardados debaixo da cama ou dentro da mesinha de cabeceira. Não havia eletricidade, usava-se velas, castiçais e candeieiros. Quando António Feijó ia para Areosa ter com Libânia e suas filhas, porventura ele fazia reformas e melhorias na casa.<sup>101</sup>

As condições que elas viviam em Portugal eram profundamente diferentes das condições que elas viviam no Rio de Janeiro. Para elas, Portugal equivalia a uma vida pacata no meio rural, onde se vivia do que se plantava na terra ou se preparava para resistir ao frio do inverno, numa casa de pedra, sem aquecimento, nem banheiro, muito menos água encanada. Já no Rio de Janeiro, elas viviam num apartamento na zona central da cidade, perto de onde as reformas urbanas haviam sido implementadas, onde não só havia cinemas, teatros e avenidas, mas principalmente iluminação pública, água encanada e banheiro dentro de casa. Desse modo, Giselda e Lydia não enxergavam o Brasil como uma colônia atrasada, mas como o exemplo de civilização que não experimentavam no país de origem de seus pais.



Imagem 8: Giselda vestindo trajes tradicionais minhotos e Lydia fantasiada de estudante de Coimbra na casa de Areosa. Porto, 1933. Acervo familiar.

---

<sup>101</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar. p.15 – p.23.

A fotografia acima retrata as irmãs Giselda e Lydia na casa da família em Areosa. Por meio da imagem, é possível perceber que a casa ao fundo é uma residência muito simples, construída em pedra sobre terra batida. Os portões externos da casa eram construídos em madeira e davam direto para a vegetação nativa do Norte de Portugal. O que mais se destaca na fotografia são as duas irmãs no centro da imagem. Giselda Feijó está vestindo os trajes tradicionais minhotos – muito associados aos festejos de Nossa Senhora da Agonia – que um dia pertenceram à sua mãe, Libânia. Desde tenra idade há fotografias de Giselda com trajes minhotos infantis, mas a fotografia acima é a primeira da lusocarioca com os trajes adultos femininos. Enquanto a irmã mais velha representa o ideal feminino português, com uma beleza tradicional e dando continuidade às suas tradições ancestrais matrilineares, a filha mais nova representa o ideal masculino ao se vestir como um rapaz com os trajes acadêmicos da Universidade de Coimbra. Lydia Feijó leva consigo a tradicional capa conimbricense traçada e segura em suas mãos uma guitarra portuguesa, muito usada para se tocar o fado. Os trajes foram pegos emprestados de algum primo distante para a fotografia. O estudante de Coimbra representado por Lydia canta seu próprio destino<sup>102</sup> à medida que corteja a jovem da aldeia, representada por Giselda.

Libânia e suas filhas eram economicamente dependentes da renda que António Feijó trazia para casa, a qual era proveniente da Escola Velox, sediada no Rio de Janeiro. Para conciliar o trabalho, no Rio de Janeiro, com a família, que passava longos períodos morando no Porto, António viajava constantemente entre Brasil e Portugal, de modo que ao longo de sua vida ele atingiu a soma de 36 viagens transatlânticas, a grande maioria realizada a navio, na terceira classe, e apenas as últimas de avião.<sup>103</sup> Esse número impressionante de travessias é o que caracterizava a particularidade da família Feijó em meio ao contexto migratório. Eram imigrantes de origem humilde, mas que por terem visão de abrir um negócio de nicho específico em um local onde esse mercado ainda não havia sido explorado, conseguiram acumular capital para investir num estilo de vida diferente do usual. Em vez de elevarem o seu padrão de vida, mantiveram os custos baixos e investiram o pouco que conquistaram novamente em seus negócios, montaram uma casa simples em Portugal, sem banheiro, água encanada ou eletricidade, enquanto viviam de

---

<sup>102</sup> A palavra fado, em português, vem da palavra *fatum*, em latim, que significa destino. Assim, a expressão “cantar o fado” remete a cantar seu próprio “destino”.

<sup>103</sup> Conversas com Rogério Feijó, engenheiro, 78 anos. Rio de Janeiro, agosto de 2024.

aluguel numa zona de meretrício no Rio de Janeiro – viajando de terceira classe entre esses dois mundos.

Assim como muitas mulheres portuguesas do contexto emigratório, Libânia dependia de remessas de capital vindas do Brasil para poder se sustentar. Os casos em que marido e mulher eram separados pelo Atlântico foram muito frequentes nesse período. Todavia, a particularidade de Libânia e António jazia no fato de que, entre 1915 e 1930, eles não eram oficialmente marido e mulher. Eles viviam amasiados, como se casados fossem, mas não eram. Essa questão incomodava a filha mais velha do casal, que conforme crescia e compreendia os valores morais de seu tempo, passou a se envergonhar de ser tecnicamente “bastarda”, pois seus pais não haviam contraído matrimônio.<sup>104</sup> Ao contrário de Lydia, que na ausência de interessados em sua história acabou deixando suas memórias por escrito, Giselda Feijó tinha quem a ouvisse e falava de seus sentimentos e lembranças para sua filha. Ao falar de seus avós maternos e de sua mãe na infância e na adolescência, Ateneia Feijó sempre voltava para o amasiamento de Libânia e António como elemento estruturante da dinâmica familiar, de modo que, através dos relatos da filha, temos acesso a uma porta de entrada para se pensar como o estigma da “bastardia” afetou não só sua mãe, mas também outras crianças lusocariocas do contexto migratório.

Alguns dos homens imigrantes portugueses que haviam deixado esposa e filhos em Portugal para emigrar, por não terem condições de mandar trazer a família ou de retornar a Portugal, chegaram a formar uma segunda família no Brasil. Esse cenário era frequente a ponto do Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses – uma associação de socorro mútuo no Rio de Janeiro que exigia de seus sócios (imigrantes portugueses) uma postura politicamente “conservadora” – conceder pensões não apenas às viúvas lusas de seus sócios que moravam em Portugal, mas também às mulheres com quem eles residissem no Brasil e vivessem maritalmente.<sup>105</sup> Se ambas as mulheres tivessem filhos ou não com esse imigrante, a pensão era dividida igualmente entre a legítima esposa e a mulher com quem ele vivia amancebado. Já no caso de o associado ter filhos com uma e com a outra não, a divisão passava a ser 2/3 para a com filhos e 1/3 para a sem filhos.

---

<sup>104</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

<sup>105</sup> FONSECA, Vítor Manoel Marques da. “Associativismo português no Rio de Janeiro, 1903-1909” In: MARTINS, Ismênia. SOUSA, Fernando de. (org) *Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos*. Rio de Janeiro: CEPESSE / FAPERJ, 2006.

Os longos períodos que António Feijó passava no Rio de Janeiro longe de Libânia e suas filhas e o seu desinteresse e insistência em não contrair o matrimônio com Libânia, apesar da plena ciência dos paradigmas da época, faziam com que sua filha Giselda desconfiasse, à medida que crescia, que ele havia formado uma segunda família no Brasil. Não há como afirmar ou negar essa hipótese, mas a sua relutância em casar com Libânia a submetia a uma situação vulnerável, marcada pela incerteza econômica, pela fragilidade emocional e pelo julgamento social por viver maritalmente com um homem a qual não era legalmente casada durante a infância das filhas.<sup>106</sup>

Um dos pontos sobre a vida pregressa de Libânia que António conhecia e utilizava contra ela para não realizar o casamento e como forma de exercer poder sobre ela e suas filhas consistia no conhecimento da existência de seu filho mais velho, tido enquanto mãe solteira na adolescência.

Quando Libânia tinha seus 17 anos, ela se apaixonou por um dos lavradores das terras de seu pai, em Arcos-de-Valdevez.<sup>107</sup> Ela e o rapaz queriam se casar, mas o pai dela – Manoel Joaquim Pereira – não deixava. Manoel Joaquim era um pequeno proprietário rural. Era pobre para os padrões vigentes, mas tinha um pedaço de terra para chamar de seu. Deste modo, por ser proprietário, o pai de Libânia se considerava socialmente superior a qualquer lavrador que fosse pago para ir trabalhar em sua terra. Ele não admitiu a ideia da filha do senhorio se casar com um empregado. Então Libânia planejou engravidar do rapaz, pois nesse caso, a moral da época ditava que o rapaz deveria casar-se com ela a fim de manter a sua honra. Após Libânia engravidar, o rapaz foi conversar com o pai dela de novo pedindo a mão da filha dele em casamento. Mas Manoel Joaquim respondeu que antes criava o neto bastardo do que autorizava o casamento da filha com o trabalhador braçal.<sup>108</sup> O pobre rapaz perdeu o emprego e foi enviado sem nada para recomeçar a vida no Brasil. Os jovens apaixonados nunca mais se viram.

O pai do primeiro filho de Libânia foi um dos muitos minhotos sem instrução alguma que vieram recomeçar a vida no Brasil, assim como diversos estivadores, operários, ambulantes, condutores de carroças e bondes e trabalhadores braçais do cais do porto carioca. Num mercado altamente competitivo e marcado pelos preconceitos raciais, os imigrantes brancos pobres portugueses disputavam emprego com os

---

<sup>106</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

<sup>107</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022

<sup>108</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

trabalhadores brasileiros, e, por conta do racismo enraizado na mentalidade brasileira, recebiam mais oportunidades no mercado de trabalho. O ressentimento causado pelo favorecimento aos trabalhadores portugueses teve como consequência a recriação do antilusitanismo na Primeira República.<sup>109</sup>

Libânia deixou Arcos-de-Valdevez e foi para o Porto recomeçar a vida. Ela deu à luz a um menino, Zeca, que foi criado por uma das irmãs já casadas de Libânia. Assim, o menino permanecia na família e a tia (mãe biológica) os visitava com frequência, enquanto trabalhava como criada na casa dos alemães. Após fixarem residência em Areosa, no Porto, António Feijó proibia que Libânia recebesse a visita de Zeca, pois não queria que suas filhas, Giselda e Lydia, convivessem com ele. Contudo, assim que Feijó retornava ao Brasil, Libânia recebia seu filho mais velho em casa. Na altura, suas meias-irmãs desconheciam essa história e pensavam nele apenas como primo Zeca. Na ausência de António Feijó, Zeca ia visitar as “primas” e as levava para bailes na cidade do Porto, chegando até a participar de um concurso de *Charleston* com a “prima” Giselda e a vencer a competição dançando com ela, para o orgulho da menina e o desgosto de seu pai.<sup>110</sup>

Além dessa proibição, também havia outras restrições que António Feijó impunha a Libânia e suas filhas. Por exemplo, ele não aprovava que elas organizassem pequenos bailes e convidassem os rapazes da vizinhança para eventos dentro da casa de Areosa, onde António guardava uma vitrola e uma coleção de discos com sambas e modinhas brasileiras.<sup>111</sup> Ainda assim:

“Mamãe fazia uns bolinhos e nós organizávamos o baile. Era uma maneira de distração familiar, sem precisar sair de casa. Mas isso só quando papai não estava em casa e nós sabíamos que ele era muito severo com esse gênero de festa. Assim, quando chegava do Rio, tudo era diferente. Impunha horários. Nós avisávamos aos rapazes que, se começasse a fechar as janelas e as portas, era hora de ir embora. Todos se despediam.”<sup>112</sup>

Neste trecho das memórias de Lydia Feijó, a filha mais nova de Libânia apresenta a organização de pequenos eventos dançantes a domicílio como prática de lazer e entretenimento, sem precisar se ausentar da segurança e da respeitabilidade do ambiente

---

<sup>109</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas: o antilusitanismo na Primeira República*. Niterói: Eduff, 2017.

<sup>110</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

<sup>111</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar.

<sup>112</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar. p.33

familiar. Nesses eventos, Libânia preparava uns bolinhos e as filhas convidavam amigas e os rapazes da vizinhança. Por vezes, António voltava do Rio sem avisar previamente, de modo que quando esses retornos coincidiam com noites dançantes, as mulheres da família precisavam se despedir dos convidados e mandar os rapazes embora. António era muito severo, impunha horários rígidos e não via com bons olhos a convivência de sua mulher e filhas adolescentes com outros homens na sua ausência. Desse modo, é possível perceber que o que as meninas viam como um divertimento inocente, para o pai era um desrespeito à sua autoridade e um convite à falta de decoro.

Entre 1920 e 1934, Giselda e Lydia realizaram 8 travessias marítimas. Enquanto Giselda realizou estas travessias entre os seus quatro e dezoito anos – idade com que se casou – Lydia as fez entre seus 18 meses e quinze anos. A infância e a adolescência são as fases da vida em que os indivíduos estão mais receptivos ao aprendizado, de modo que o ambiente o qual as pessoas são expostas e as experiências as quais elas vivenciam nessa fase se tornam elementos estruturantes da sua subjetividade e do seu entendimento de mundo. A situação econômica de António Augusto Feijó por ser fundador da Escola Velox possibilitava que a sua família se enquadrasse na pequena percentagem de imigrantes portugueses que tinham condições econômicas de atravessar o oceano Atlântico com frequência para ir a Portugal. Crescer entre as duas margens do Atlântico fez com que Giselda e Lydia aprendessem a se comportar, se comunicar, a pensar e a interagir com o mundo ao seu redor a partir de dois contextos muito diferentes: Areosa, no Norte de Portugal e o Centro do Rio de Janeiro.

A partir desses dois contextos, António, Libânia, Giselda e Lydia se tornaram portugueses demais para o padrão do Rio de Janeiro e cariocas demais para o padrão tripeiro<sup>113</sup>; populares demais para o padrão das classes médias, e burgueses demais para o padrão das classes populares. O pertencimento a ambas as margens do Atlântico é, ao meu ver, a grande particularidade desta trajetória familiar. Ou seja, por terem sua identidade forjada entre mundos – cariocas demais para ser plenamente portuguesas, e portuguesas demais para ser plenamente cariocas – logo, eram os lusocariocas.

---

<sup>113</sup> O gentílico tripeiro designa um habitante ou natural da cidade do Porto, em Portugal.

### 1.3 – O Rio para além do “rio da minha aldeia” <sup>114</sup>

Em meio à monumentalidade da paisagem do Alto Douro Vinhateiro, marcada pelos socacos feitos para o cultivo de vinhas, pelas encostas íngremes verdinhas e pelas curvas do rio Douro, havia um menino e uma menina. Os dois eram irmãos, filhos de lavradores; seus pais tinham uma pequena propriedade familiar em Resende, uma aldeia às margens do rio Douro, onde produzia-se vinho, plantava-se uvas, batatas, morangos e cerejas e criava-se coelhos e galinhas para a própria subsistência. A vida na aldeia era o suficiente para sustentar um núcleo familiar, mas não garantia futuro para dois. Um dia, os pais tiveram que decidir qual dos dois filhos ficaria com a casa da família e permaneceria em Resende e qual emigraria para construir uma vida para além do rio de sua aldeia. O menino foi escolhido para emigrar, tendo como destino o Rio de Janeiro, já a menina permaneceu em Resende. <sup>115</sup>

Os irmãos eram Antero Pereira Pinto e Maria Assunção e eles representavam as duas faces da emigração portuguesa: as trajetórias daqueles que iam e o impacto naqueles que ficavam. O receio da emigração gerar um decréscimo populacional significativo através da queda na taxa de natalidade no país resultou na tendência naqueles que ficavam serem mulheres, que foi o caso de Maria Assunção. Apesar de não terem deixado a sua terra natal, as mulheres que ficavam – as mães, esposas e irmãs dos emigrantes – tinham o seu modo de vida profundamente afetado pelo processo migratório, ocupando os postos de trabalho deixados pelos homens, assumindo mais responsabilidades na gestão da propriedade familiar, dependendo das remessas de dinheiro enviadas pelos emigrados e tendo sua conduta constantemente vigiada na ausência masculina. Algumas dessas mudanças demonstravam-se na relação entre os irmãos Pereira Pinto.

Antero não foi o primeiro de sua família a emigrar tendo como destino o Rio de Janeiro. Por parte de mãe, ele tinha primos que haviam emigrado no final do século XIX e se estabelecido como comerciantes bem-sucedidos na cidade. Um deles, Manoel Pereira de Souza, havia alcançado a posição de comendador. <sup>116</sup> Além deste ramo materno, seu pai, Hermínio Pereira Pinto, também na segunda metade do século XIX, fora um desses emigrantes. Todavia, Hermínio havia retornado à terra natal, não por ter enriquecido,

---

<sup>114</sup> Alberto Caeiro, “O Guardador de Rebanhos”, 07/03/1914, *Athena*, nº 4, Janeiro de 1925.

<sup>115</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

<sup>116</sup> Conversas com Rogério Feijó, engenheiro, 78 anos. Rio de Janeiro, agosto de 2024.

como propagava a mitologia do retorno, mas para ter uma segunda chance de ficar com a mulher que amava.<sup>117</sup>

A mitologia do retorno consistia na ideia de retorno definitivo a Portugal após o enriquecimento no Brasil. Para quem havia deixado Portugal não por querer, mas por extrema necessidade econômica, a mitologia do retorno era ainda mais forte no imaginário. Como explica Carla Oliveira, a desproporção entre homens e mulheres portugueses no Rio de Janeiro podia ser parcialmente explicada pela “ideia corrente de que seria mais fácil fazer *Fortuna* sozinho, trabalhando o máximo de horas possível e economizando até mesmo nos gastos com as necessidades básicas, a fim de amealhar um capital considerável”<sup>118</sup> e só depois retornar para Portugal. Todavia, poucos foram aqueles que de fato alcançaram a *Fortuna*<sup>119</sup> e voltaram para casa.

Hermínio Pereira Pinto e Maria da Conceição de Souza eram amigos de infância, cresceram juntos na mesma aldeia.<sup>120</sup> Quando começou a pressão social para que Maria da Conceição casasse, Hermínio pediu a sua mão em casamento. Contudo, o pai dela não autorizou o casamento de Conceição com o lavrador e escolheu outro rapaz para que ela se casasse, com quem ela teve um filho e uma filha. Desgostoso e em busca de melhores condições de vida no meio urbano, Hermínio emigrou para o Rio de Janeiro, onde trabalhou no comércio. Anos mais tarde, no Alto Douro, veio uma epidemia, uma peste local, que matou os três: o marido e os dois filhos de Maria da Conceição, que já eram crescidos. Quando Hermínio Pereira Pinto ficou sabendo que o seu amor de juventude havia ficado viúva, ele deixou a sua vida no Rio de Janeiro e voltou para Portugal a fim de ficar com ela. Eles se casaram e tiveram dois Maria Assunção e Antero. Enquanto Assunção permaneceu em Resende e casou-se com um homem da aldeia, Antero veio construir a vida no Rio de Janeiro.<sup>121</sup>

Antero deixou sua terra natal e emigrou para o Brasil aos 14 anos de idade, não apenas pela falta de condições das terras na aldeia proverem para dois núcleos familiares,

---

<sup>117</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

<sup>118</sup> OLIVEIRA, Carla Mary S. *Saudades d'além-mar: a revista Lusitania e a imigração portuguesa no Rio de Janeiro (1929-1934)*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. (p. 63 e 64 – nota de rodapé)

<sup>119</sup> Na mitologia romana, *Fortuna* é a deusa da sorte, do acaso, do destino e da esperança. Ao utilizarmos esse termo para falarmos da imigração portuguesa no Rio de Janeiro estamos nos referindo à esperança que os portugueses tinham de enriquecer e de ascender socialmente na nova terra. A busca da *Fortuna* por grande parte dos imigrantes estava atrelada à mitologia do retorno, que consistia na ideia de retorno definitivo a Portugal após o enriquecimento no Brasil.

<sup>120</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

<sup>121</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

mas também pela fuga ao recrutamento militar. A emigração nessa idade correspondeu a 20% dos emigrantes portugueses em situação legal<sup>122</sup> e fazia com que seus pais fossem isentos de pagar a fiança de dispensa do serviço militar, cobrada dos rapazes portugueses que se ausentavam do país entre os 14 e 21 anos de idade.<sup>123</sup> Nesse contexto, famílias de camponeses investiam o pouco que possuíam para enviar seus meninos para o Brasil como forma de evitar que eles fossem recrutados para cumprir o serviço militar, que praticamente correspondia a ser enviado para as colônias em África - o que não apenas representava 6 a 7 anos sem trabalhar nas terras da família, mas também significava colocar a sua vida em risco em prol de uma causa colonizadora que era insustentável a longo prazo. O investimento que as famílias camponeses faziam para enviar seus filhos para fazer *Fortuna* no Brasil não era apenas um esforço direcionado àqueles de baixa escolaridade que iam ingressar o mercado de trabalho indiferenciado, mas também atingia os alfabetizados<sup>124</sup>, que era o caso de Antero por ter concluído todo o ensino primário ainda em Portugal<sup>125</sup>, pois os segundos teriam mais chances de subir na vida trabalhando no comércio do que comendo a baixa patente militar. A saída de meninos jovens de Portugal para fugir do recrutamento militar gerava, anos depois, um desequilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres economicamente ativos no país.

Ao contrário de grande parte dos meninos portugueses que emigraram desacompanhados, pois suas famílias tinham de economizar na passagem, Antero foi trazido ao Rio de Janeiro de navio por seu pai, Hermínio, que veio garantir que seu filho chegasse seguro na casa de seus parentes maternos com o intuito de trabalhar nas atividades comerciais do comendador Pereira de Souza.<sup>126</sup> Em troca de casa e comida, Antero trabalhou dos 14 anos aos 18 anos para o comendador, sendo o primo pobre que trabalhava para os primos mais abastados. Ao completar 18 anos de idade, Antero deixou a casa dos primos para construir a própria vida, mas manteve um bom relacionamento com a família do comendador. Ele conseguiu abrigo numa pensão e combinou de pagar no fim do mês. Trabalhou como vendedor e caixeiro-viajante de sol a sol para juntar dinheiro a fim de pagar a pensão no fim do mês. E no mês seguinte de novo. Como

---

<sup>122</sup> PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração: 1850 a 1930*. Lisboa: A regra do Jogo, 1981. (p.14)

<sup>123</sup> MONTEIRO, Isilda Braga da Costa. “A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar - uma questão em debate na segunda metade do século XIX”. 2015.

<sup>124</sup> MONTEIRO, Isilda Braga da Costa. “A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar - uma questão em debate na segunda metade do século XIX”. 2015.

<sup>125</sup> Conversas com Atenea Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

<sup>126</sup> Conversas com Rogério Feijó, engenheiro, 78 anos. Rio de Janeiro, agosto de 2024.

caixeiro-viajante, Antero ia de navio a Salvador e Recife comercializar produtos antes de voltar ao Rio de Janeiro. Aos poucos, Antero conseguiu economizar uma parte da renda recebida e enviar remessas para ajudar a família em Portugal.<sup>127</sup>

Durante toda sua vida adulta, Antero teve como contraparte, em Portugal, sua irmã Assunção. O relacionamento entre os dois caracterizava uma relação econômica vital para famílias dos dois lados do Atlântico: a remessa de capitais. Não era apenas Feijó quem enviava algum dinheiro para Libânia quando ela estava em Portugal. Muitos imigrantes portugueses em terras brasileiras enviavam regularmente pequenas quantias para suas mães, irmãs, esposas ou companheiras em Portugal, estimulando a criação de um mercado que intermediasse o envio das remessa de imigrantes residentes no Rio de Janeiro e irrigando uma rede de serviços financeiros prestados por compatriotas na cidade<sup>128</sup>, pois não bastava guardar algum dinheiro, era preciso conhecer pessoas da mesma comunidade que conhecessem pessoas confiáveis dentro da rede de serviços financeiros (bancos que cobravam caro ou casas de câmbio que cobravam taxas mais em conta) para que as remessas chegassem em segurança ao destinatário final em Portugal. Essas redes de serviços dependiam de indicações e contatos pessoais.

O envio de remessas é uma das maiores características da migração portuguesa para o Brasil no início do século XX. As remessas vindas do Brasil possuíam um papel determinante na balança comercial favorável, no PIB português e no desenvolvimento local de Portugal, principalmente nas regiões mais mobilizadas pelo fluxo emigratório.<sup>129</sup> Essa estrutura de receber aqui e pagar lá, às vezes formal, outras vezes nem tanto, garantia assistência aos familiares em Portugal, estimulava pequenos negócios, e alimentava mês a mês a mitologia do retorno, que tanto motivava como iludia pessoas em dois países. Poucos teriam a oportunidade que um Feijó teve de começar um negócio novo e promissor com pouco capital. A maioria ficaria no trabalho braçal, mas sonhando com o retorno em condições econômicas melhores do que as da partida. Sonho que envolvia garotos que partiam e mulheres que ficavam. Sonho que podia virar pesadelo pela absoluta falta de notícias ou de remessas dos garotos emigrados.

---

<sup>127</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

<sup>128</sup> MARQUES, T. C. DE N.; MELO, H. P. DE. “Negócios portugueses no Rio de Janeiro: um estudo sobre o Banco Português do Brasil (1918 a 1938)”. In: *Revista de Economia Contemporânea*, v. 15, n. 3, p. 461–482, set. 2011.

<sup>129</sup> MAIA, Fernanda Paula Sousa. “As Remessas dos Emigrantes Portugueses no Brasil e a Capitalização da Economia Local: Alguns Exemplos” In: SOUSA, Fernando. *Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. CEPESSE, 2014.

Assim que Antero passou a ter condições de se sustentar sozinho no Rio de Janeiro e organizou-se financeiramente para poupar no fim do mês, uma parte de sua poupança era enviada para Portugal a fim de ajudar, primeiro a mãe Conceição, e em seguida a irmã Assunção, nas despesas da casa. A primeira remessa de dinheiro enviada por Antero para Resende teve como intuito a construção de um banheiro no interior da casa.<sup>130</sup> Antes das remessas começarem a chegar do Rio de Janeiro, a casa da família Pinto em Resende não tinha banheiro e os membros da família precisavam ir para fora utilizar uma casinha de madeira com uma pequena fossa para as necessidades pessoais. A construção de um banheiro dentro de casa a partir das remessas cariocas é um exemplo de como as remessas eram essenciais para a subsistência das famílias que ficavam em Portugal e do cuidado que os emigrantes tinham em, mesmo do outro lado do Atlântico, zelar pelo bem-estar dos seus entes queridos que permaneciam nas aldeias.

As remessas, portanto, eram vitais no Rio de Janeiro e no interior de Portugal. Eram os dois lados da moeda para os homens cá e para as mulheres lá. Do lado de cá, eram metas a serem alcançadas, principalmente por imigrantes que estavam conseguindo algum progresso na vida. Do lado de lá, eram necessárias para a sobrevivência, ou para adquirir propriedades e realizar benfeitorias necessárias nas casas familiares e nos domínios agrícolas subjacentes.

Maria Assunção Pereira Pinto nunca chegou a sair de Portugal<sup>131</sup>, ainda assim, ela foi um exemplo de participante indireta da atividade emigratória e de como formou-se uma espécie de matriarcado forçado nas aldeias portuguesas.<sup>132</sup> Essas ideias foram formuladas por Érica Sarmiento ao refletir sobre a migração de mulheres galegas para o Rio de Janeiro, mas devido as semelhanças entre as estruturas econômicas, sociais, fundiárias e familiares do Norte de Portugal e da Galícia, tal reflexão pode ser aplicada ao se pensar as regiões do Douro e do Minho. Para Sarmiento, ao reduzirmos o fenômeno migratório ao deslocamento em si, excluimos as mulheres que, permanecendo em sua terra natal, tiveram suas vidas profundamente afetadas pela saída dos emigrantes,

---

<sup>130</sup> Conversas com Atenea Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

<sup>131</sup> Conversas com Atenea Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

<sup>132</sup> SARMIENTO, Érica. “Trajetórias femininas, trajetórias invisíveis: as mulheres galegas no além-mar”. In: MENEZES, Lená Medeiros de. SOUSA, Fernando de. *Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico: Múltiplos olhares sobre a emigração*. Ed. UERJ: Rio de Janeiro, 2017.

assumindo novas funções e responsabilidades nos locais de origem, permanecendo “nas propriedades familiares, zelando e cuidando do sustento da economia doméstica.”<sup>133</sup>

Já que muitos homens que emigravam tinham o sonho de voltar, era importante preservar as propriedades familiares nos locais de origem, comprar novos bens nessas terras ancestrais e enviar remessas para os familiares que lá ficaram. Para tal, era necessário que houvesse alguém do outro lado do Atlântico que administrasse essas terras, bens e propriedades, mantendo a roda da economia rural a girar. Na maioria das vezes, tal responsabilidade era atribuída às mães, esposas e irmãs dos emigrantes. Elas tiveram que assumir funções as quais costumavam ser desempenhadas pelos homens, como a comercialização dos produtos oriundos da agricultura doméstica e a resolução de problemas administrativo-burocráticos dos minifúndios familiares. Na ausência de Antero, primeiro foi sua mãe Conceição e depois sua irmã Assunção que deram continuidade às atividades da aldeia; fazendo o pão, plantando uvas, batatas, morangos e cerejas, produzindo vinho e criando coelhos e galinhas.

Desse modo, com a falta de homens, algumas aldeias no Norte de Portugal viraram uma espécie de matriarcado forçado, onde as “viúvas de maridos vivos” mantinham a sociedade funcionando. O chamado matriarcado forçado consistia no ganho feminino de micropoder e responsabilidades econômico-sociais em decorrência da ausência masculina, a qual também acarretava na mudança de comportamentos sociais (vide o alto índice de celibato feminino, mulheres que apesar de serem instruídas para o casamento, nunca se casavam ou assumiam parceiros por falta de homens jovens no local) e no ganho de certas liberdades (como a elevação de atividades sexuais fora do matrimônio). Tais liberdades não eram fruto de movimentos de luta e conquista feminina, mas de condições demográfico-estruturais locais. Assim, apesar do matriarcado forçado, as mulheres ainda estavam subordinadas aos estreitos costumes e valores da sociedade tradicionalmente patriarcal do norte da Península Ibérica.<sup>134</sup>

As redes de solidariedade daqueles que emigravam (formadas por familiares, amigos e vizinhos que haviam permanecido em Portugal) tinham o papel de vigiar a

---

<sup>133</sup> SARMIENTO, Érica. “Trajetórias femininas, trajetórias invisíveis: as mulheres galegas no além-mar”. In: MENEZES, Lená Medeiros de. SOUSA, Fernando de. *Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico: Múltiplos olhares sobre a emigração*. Ed. UERJ: Rio de Janeiro, 2017.

<sup>134</sup> SARMIENTO, Érica. “Trajetórias femininas, trajetórias invisíveis: as mulheres galegas no além-mar”. In: MENEZES, Lená Medeiros de. SOUSA, Fernando de. *Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico: Múltiplos olhares sobre a emigração*. Ed. UERJ: Rio de Janeiro, 2017.

conduta feminina, especialmente daquelas mulheres que ficavam sozinhas em suas aldeias de origem, longe de seus irmãos, pais ou maridos. A vigilância da conduta funcionava através de mecanismos informais, como em trocas de cartas ou por meio de visitas breves de conhecidos, que atualizavam os homens além-mar acerca da vida social dos parentes que haviam permanecido nas aldeias e tinham o seu cotidiano marcado pela dependência afetiva daqueles que se foram.

Na ausência do dinheiro enviado do continente americano, muitas mulheres se encontravam em situação em que elas se tornavam vítimas de procedimentos abusivos da justiça local, que a depender do caso embargava os seus bens. Muitas vezes, as mulheres tinham que endividar-se e hipotecar todos os seus bens para pagar as dívidas. Os casos de desamparo econômico e social acometiam principalmente mulheres casadas cujo cônjuge havia emigrado e não enviava mais as remessas, seja por falta de dinheiro para a própria subsistência no além-mar/desemprego, seja por alguma outra questão de natureza pessoal em que se abandonava a família na terra de origem para se focar numa situação presente.

Seja por necessidade básica de sobrevivência, seja por estratégia de união familiar, sem a responsabilidade econômica e social assumida pelas mulheres que permaneceram nas aldeias, como Assunção, e sem o envio de remessas feitos pelos imigrantes portugueses no Rio de Janeiro, como Antero, o fenômeno migratório novecentista teria sido bem diferente do que foi.

Até o fim da vida dos dois, na década de 1990, Antero e Assunção trocaram correspondências semanais sobre a vida na aldeia e no Rio de Janeiro. Assunção atualizava o irmão acerca da colheita e dos ciclos da natureza em Resende. Ela escrevia sobre questões práticas e burocráticas da propriedade, contava novidades sobre velhos conhecidos dos dois e refletia acerca do que havia mudado no meio rural duriense em relação à infância de ambos. A documentação epistolar frequente entre o irmão emigrado e a irmã que permanecera reforçava não só o ganho feminino de micropoder e responsabilidades econômico-sociais em decorrência da ausência masculina, e conseqüentemente sua participação indireta na atividade migratória, mas também o contínuo interesse do emigrado em sua terra de origem, nos levando a pensar que, por mais que fosse de seu interesse não sair do Rio de Janeiro, a mitologia do retorno tinha espaço em sua forma de ver o mundo.

Voltando ao começo do século XX, Antero, por ter o ensino primário completo, experiência comercial e domínio tanto da norma culta da língua portuguesa quanto das quatro operações matemáticas, se tornou vendedor de loja, sócio de loja e, por fim, dono de loja, se estabelecendo na baixa burguesia como um pequeno comerciante. Trabalhava num sobrado na rua Uruguaiana, Centro da cidade do Rio de Janeiro, em meio aos comerciantes libaneses que vendiam tecidos. Teve a sua própria chapelaria e seu próprio armarinho, mas foi vendendo chapéus femininos que se destacou.

Tanto no comércio varejista quanto no atacadista, a mão de obra portuguesa se destacava no Rio de Janeiro. Desse modo, Antero Pereira Pinto fazia parte do setor onde grande parte dos imigrantes lusos se inseriam no mercado de trabalho carioca, trabalhando no comércio como lojistas, ou em padarias, mercearias, casas de aviação, hotéis, bares e botequins. O setor da moda e do vestuário empregava muitas mulheres portuguesas para atuarem como vendedoras em lojas de artigo de luxo e/ou destinadas ao consumo feminino, além de como modistas nas confecções de roupas.<sup>135</sup> As mulheres portuguesas no Rio de Janeiro comumente atuavam como costureiras-modistas, floristas, perfumistas e negociantes de “quinquilharias”. Tais funções eram essenciais para a dinâmica comercial da cidade, mas suas agentes foram facilmente invisibilizadas.<sup>136</sup>

Situando-se na mesma base geográfica, o jovem comerciante português Antero Pereira Pinto conheceu o diretor da Escola Velox de datilografia, António Augusto Feijó na pensão onde ambos almoçavam diariamente. As pensões muitas vezes eram administradas por mulheres imigrantes portuguesas que buscavam atrair as camadas médias da sociedade para seus refeitórios reproduzindo um ambiente familiar com comida caseira e tradicional portuguesa.<sup>137</sup> Desse modo, o refeitório da pensão se configurava como um *locus* de sociabilidade para imigrantes portugueses das redondezas, onde eles poderiam conversar e compartilhar suas experiências acerca do contexto migratório, além de indicar ou recomendar pessoas confiáveis para futuros negócios.

---

<sup>135</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. “Mulheres Portuguesas na Belle Époque manauara”. In: MENEZES, Lená Medeiros de. SOUSA, Fernando de. *Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico: Múltiplos olhares sobre a e/imigração*. Ed. UERJ: Rio de Janeiro, 2017.

<sup>136</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. “Imigração e Comércio: silêncios sobre a mulher”. In: SOUSA, Fernando de. MATOS, Maria Izilda. SARGES, Maria de Nazaré. VIEIRA JR., Antonio Otaviano. CANCELA, Cristina Donza. (coordenação) *Entre Mares: O Brasil dos Portugueses*. Editora Paka-Tatu. Belém, 2010

<sup>137</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. “Posta à mesa: mulher, memória e tradição”. In: MENEZES, Lená Medeiros de. MATOS, Maria Izilda Santos de. *Gênero e imigração: Mulheres portuguesas em foco (Rio de Janeiro e São Paulo – XIX e XX)*. São Paulo: e-Manuscrito, 2017.

Em 1928, enquanto almoçavam e conversavam na pensão, Antero contou para António que havia economizado o suficiente para visitar a família em Portugal. A passagem que Antero havia comprado era no mesmo navio que António havia reservado um bilhete para ir visitar suas filhas em Areosa. Viajaram juntos e, ao desembarcarem no Porto, António convidou Antero para almoçar em sua casa antes de subir o Douro. Neste almoço, o jovem Antero Pereira Pinto conheceu Giselda Feijó, filha mais velha de António. O rapaz não demonstrou mais do que um interesse educado pela menina de 12 anos com quem almoçava antes de seguir viagem rumo a Resende.<sup>138</sup> Anos mais tarde, após ter se mudado com a família para o Rio de Janeiro e trabalhar como professora de datilografia na Escola Velox, Giselda Feijó reencontrou Antero Pinto. Ambos começaram a namorar e se casaram em junho de 1934, em Portugal, na igreja em frente à escola onde Giselda havia concluído o ensino primário.



Imagem 9: Casamento de Antero Pereira Pinto e Giselda Feijó, Porto, Portugal, 1934. Madrinhas: Lydia Pereira Feijó, Assunção Pereira Pinto, Maria Júlia e Irene. Acervo familiar.

A fotografia acima retrata a cerimônia matrimonial entre o comerciante Antero Pereira Pinto e a professora de datilografia Giselda Feijó, na cidade do Porto, Portugal, em 1934. Além do casal, a imagem traz consigo as quatro madrinhas de casamento do casal lusocarioca: Lydia Feijó (irmã de Giselda), Maria Assunção Pereira Pinto (irmã de Antero), Maria Júlia e Irene (amigas de infância de Giselda). A noiva e as madrinhas estão com as tradicionais vestes de cor branca, mas o que chama atenção na fotografia são as

---

<sup>138</sup> Conversas com Rogério Feijó, engenheiro, 78 anos. Rio de Janeiro, agosto de 2024.

flores e a proximidade dos fotografados com a natureza. Sobre o casamento da irmã e a viagem de volta para o Brasil, Lydia Feijó, irmã de Giselda, descreve:

“Estamos em 1934 e com a chegada de papai [António Feijó] e do Antero começaram os preparativos para o casamento. Fomos então conhecer os pais dele que moravam em Resende, província do Douro. [...] Foi ali que comi os morangos maiores que já tinha visto. Assunção, irmã do Antero, também preparou um arroz de coelho que estava esplêndido. De noite, ficava com medo dos morcegos que invadiam o nosso quarto, onde dormia com minha irmã. Foram tempos agradáveis e os pais do Antero eram dois velhos muito bons. De volta ao Porto começamos a preparar a viagem ao Rio.

Nós embarcamos em Leixões. [...] Desta vez a viagem foi num navio brasileiro, o *Siqueira Campos*. [...] A viagem levou 18 dias, mas foi boa, apesar dos banheiros não funcionarem direito. Só tinha água salgada, pois as torneiras estavam enferrujadas. A comida era boa e tinha-se liberdade para andar pelo navio todo. A orquestra tocava muitas músicas brasileiras e os componentes eram todos brasileiros. Posso dizer que foi uma viagem agradável. Mantínhamos conversação com todos e fazíamos amizades. Era como se fosse uma família. O mais desagradável era justamente a hora do banho por ter que enfrentar o banho de cuia, a que não estávamos acostumados. [...] Nas cabines os percevejos apareciam de vez em quando... Dizer que este navio tinha pertencido aos alemães, que são tão limpos, é uma afronta. Este tinha sido dado em pagamento de dívida de guerra. Apesar de tudo, não ficávamos sujos...

Lamento dizer que perdemos o piano na alfândega por falta de documentos que autorizassem sua entrada no país. Quando um ano depois foi liberado, só restava lixo, os cupins haviam feito a festa...”<sup>139</sup>

Este é o único trecho das memórias de Lydia Feijó, em que a lusocarioca menciona as origens do cunhado, abordando Resende, no Alto Douro. Em poucas palavras, ela apresenta os tempos que ela passou na aldeia como agradáveis, os pais de Antero como dois velhinhos bondosos, o arroz de coelho preparado pela irmã de Antero como esplêndido – é muito difícil cozinhar carne de coelho até ficar macia, pois leva tempo – e os morangos cultivados nas terras da família como os maiores e mais suculentos que ela já havia visto. O único ponto negativo abordado foram os morcegos que invadiam o quarto em que Lydia e Giselda se hospedaram antes do casamento, mas as criaturas da noite nem eram os predadores mais perigosos que poderiam aparecer, pois esta região também é habitada por lobos ibéricos e raposas vermelhas.

O casal foi passar a lua-de-mel em Viana do Castelo antes de embarcar no navio *Siqueira Campos*, no porto de Leixões, para uma viagem de 18 dias rumo ao Rio de Janeiro. Lydia apresenta a durabilidade de uma viagem entre Portugal e Rio de Janeiro e

---

<sup>139</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar. p.35 – p. 37.

reclama do fato dos banheiros a bordo não funcionarem direito, pois só havia água salgada. Desse modo, elas precisavam tomar banho de cuia, jogando um vasilhame cheio de água no próprio corpo. As cabines, tanto a masculina quanto a feminina, eram infestadas por percevejos de vez em quando. Essas condições de viagem são típicas de quem não tinha condições financeiras de arcar com as passagens da primeira classe, de modo que precisavam viajar numa classe intermediária: entre os pobres que lutavam por qualquer espacinho que lhes fizessem atravessar o Atlântico, e os ricos que viajavam em condições luxuosas. Outro indício de que a viagem foi feita numa classe intermediária é a felicidade de Lydia em dizer que “tinha-se liberdade para andar pelo navio todo”, o que sugere um padrão em que os mais pobres não deveriam frequentar as áreas dos ricos. Caso fosse um passageiro de distinção falando, seria improvável encontrá-lo comemorando a livre circulação de membros de diferentes classes por todas as partes do navio.

Lydia lamenta o fato de que, ao chegarem no Rio de Janeiro, o piano da família não tenha sido liberado na alfândega por falta de documentos que autorizassem sua entrada no país - sendo liberado mais de um ano depois, quando os cupins já o haviam destruído. Esse trecho não apenas reforça a viagem de grandes cargas no mesmo transporte destinado às pessoas, mas também denuncia a burocratização alfandegária brasileira e a lentidão do aparato jurídico nacional.



Imagem 10: Giselda, Libânia, Lydia e António Feijó a bordo do navio *Siqueira Campos*. Porto, Portugal, 1934. Acervo familiar.



Imagem 11: Antero Pinto, Giselda, Lydia e Libânia Feijó no dia do desembarque. Rio de Janeiro, Brasil, 1934. Acervo familiar.

Foram guardadas duas fotografias da viagem de retorno da família ao Brasil em 1934. A primeira delas foi tirada no porto de Leixões, em Portugal, pouco depois do navio *Siqueira Campos* zarpar rumo a terras brasileiras. Esta imagem mostra Giselda, Libânia, Lydia e António Feijó vestidos com trajes leves de verão num dia ensolarado. Já a segunda fotografia retrata Antero Pinto, Giselda, Lydia e Libânia Feijó no dia do desembarque no porto do Rio de Janeiro. Dessa vez, os quatro utilizam chapéus e vestem roupas um pouco mais pesadas, adequadas para o inverno na América do Sul. Na primeira fotografia Antero está ausente, enquanto na segunda António Feijó não aparece. Assim, supomos que estes eram os fotógrafos das duas imagens, responsáveis por fazerem o registro fotográfico do momento. Essas duas fotografias são interessantes pois permitem que o pesquisador veja a estrutura física interna do navio e reflita acerca das condições de viagem dos passageiros. O desembarque retratado na imagem foi o desfecho das travessias marítimas frequentes que António, Libânia, Giselda e Lydia Feijó realizaram entre 1920 e 1934.

Duas décadas antes, Libânia atravessara o oceano Atlântico pela primeira vez, sozinha e prestes a enfrentar uma cidade desconhecida. Já na décima travessia de Libânia, ela a fez com seu marido, duas filhas e um genro. As trajetórias de António, Libânia e Antero apontam, cada uma, para uma faceta da migração portuguesa para o Rio de Janeiro durante a Primeira República. Essas facetas nos dão acesso a perspectivas pouco trabalhadas sobre os processos de ascensão social de empreendedores e comerciantes lusos na Capital Federal, mas também nos apontam caminhos para se pensar sobre o viver feminino durante a migração portuguesa novecentista.

\*\*\*

Como Libânia e António houve milhares. Entretanto, os Antónios ganham mais destaque na historiografia por serem homens e empreendedores, em detrimento das Libânias – sejam elas casadas, solteiras, viúvas ou amancebadas, com ou sem o sobrenome do marido – assim como suas filhas – que por nascerem no Brasil ficaram invisíveis nos estudos sobre mulheres imigrantes, ainda que tenham passado grande parte da infância e adolescência em Portugal. Além das mulheres portuguesas serem relegadas, as conexões entre membros de uma mesma família que vivem dos dois lados do Atlântico também foram negligenciadas. Sem o devido olhar para essas conexões, a historiografia perde a perspectiva de que esses sujeitos ainda pertenciam a uma mesma unidade familiar, com seus laços afetivos e econômicos, apesar da existência de um oceano entre eles. Nem sempre as pessoas podiam viajar para visitar a terra natal, mas o dinheiro dos imigrantes circulava, fazendo a roda da economia girar. E aqueles que podiam embarcar em navios – fosse na segunda ou na terceira classe, indo e vindo sempre que possível – faziam desse movimento pendular a base de suas vidas e elementos estruturais da sua identidade.

A trajetória de António apresenta ao pesquisador a história por trás da primeira escola de datilografia do Rio de Janeiro, um nicho de mercado inexplorado que possibilitou ao seu fundador uma trajetória de ascensão social – de jovem caixeiro que alugava um quarto no morro de Santo Antônio a pequeno burguês proprietário de imóveis que tinha condições de viajar regularmente entre as duas margens do Atlântico. Houve outros Antónios a tentar a sorte com novos negócios, e talvez eles possam ser encontrados nos classificados do *Jornal do Brasil* ou nos arquivos das juntas comerciais.

A trajetória de Libânia se liga ao expressivo aumento das migrações femininas e familiares que se deu durante o período das Grandes Migrações. Ela, como muitas de seu período, era uma mulher semianalfabeta que não produziu fontes que possibilitassem uma investigação sobre sua trajetória. Todavia, suas filhas se encarregaram da tarefa de construir narrativas, produzindo escritos, contando histórias e organizando álbuns de fotografias, os quais ficaram restritos à esfera privada do ambiente familiar. Os arquivos familiares deste gênero são abundantes, mas na maioria das vezes são desprezados pelos descendentes e acabam indo parar no lixo ou em feiras de antiguidades que comercializam de tudo, até álbuns fotográficos centenários de famílias anônimas. As narrativas construídas pelas filhas nos permitem conhecer uma mulher minhota que atravessou o oceano confiando nas promessas de um homem, que não apenas a levou para viver em

condições de habitação que colocaram sua saúde em risco, mas também com quem viveu maritalmente sem oficializar o casamento. Ao voltar para Portugal com suas filhas, Libânia esteve submetida a uma situação vulnerável, marcada pela incerteza econômica, pela fragilidade emocional e pelo julgamento social. Assim como outros imigrantes portugueses que primeiro migraram para o desconhecido, o tempo transformou Libânia e suas filhas em lusocariocas a ir e vir, nunca estando totalmente lá ou cá. Quando lá, ouviam samba na vitrola e cantavam músicas brasileiras. Em terras cariocas, vestiam-se com trajes tradicionais minhotos e conviviam com outros imigrantes portugueses, seja no mercado de trabalho, seja na vida pessoal.

Também houve milhares como Antero e Assunção, separados por um oceano mas a trocar correspondências, fotografias e recortes de jornal por toda a vida; tão distantes geograficamente e tão próximos em afetos e apoio emocional. Trajetórias como as de Antero e Assunção trazem bastante informação sobre o contexto da migração portuguesa como fuga da fome e do recrutamento militar, sobre o envio de remessas e sobre a predominância feminina na demografia rural portuguesa e suas consequências – apontando para dimensões mais amplas da experiência migratória e reforçando a relação contínua dos que ficam na terra natal com os que vão viver a experiência migratória.

A evocação dessas trajetórias visa não só relembrar o Rio de Janeiro dos bondes, dos rádios, das vitrolas, do pastel com caldo de cana, dos carregadores de piano, das chapelarias, das escolas de datilografia, das firmas comerciais e da intensa produção jornalística, mas sobretudo reforçar a importância e se recorrer às fontes familiares e aos acervos privados como forma de preencher lacunas historiográficas. A busca por certas memórias, hábitos e costumes perpassa pela busca do ancestral feminino, que devido ao patriarcalismo que empurrou tantas Libânias ao analfabetismo e ao trabalho doméstico, se concentra no ambiente familiar, onde as memórias são reconstruídas e reorganizadas.

## Capítulo 2

### Eram casas portuguesas, com certeza

Uma vez estabelecidas e enraizadas no Rio de Janeiro, era comum que as famílias de origem portuguesa fossem ao encontro umas das outras e formassem comunidades de imigrantes. Com muita frequência, estas se organizavam em associações de cunho nacional, que não só teciam uma rede de apoio e segurança capaz de lhes prestar socorro caso houvesse necessidade, mas também eram *locus* de recriação identitária em diáspora, reproduzindo e repensando tradições ancestrais longe de sua terra natal e em contato com outras culturas e tradições. Para que uma família lusocarioca desse continuidade à sua identidade portuguesa era preciso que houvesse um esforço de incutir nos mais jovens a sensação de pertencimento a uma comunidade imaginada, a uma nação ancestral, ao mesmo tempo em que permitisse que esses jovens abraçassem a cultura e a identidade da terra que os recebera. O esforço de transmissão identitária lusa se dava em um duplo movimento, um externo e outro interno. O movimento externo consistia na formação de associações lusitanas na Capital Federal – muitas vezes conhecidas como casas de promoção da cultura regional. Enquanto isso, o movimento interno partia de iniciativas intrínsecas ao seio familiar a fim de manter no coração da cidade do Rio de Janeiro uma típica casa portuguesa<sup>140</sup>, cujas características estão eternizadas na voz da fadista Amália Rodrigues.

Nesse sentido, o caso da família Feijó Pinto é um ponto de partida para se pensar o modo pelo qual muitas famílias de origem portuguesa na Capital Federal trataram de se integrar a associações de raízes lusitanas, que tanto pudessem lhes fornecer amparo em tempos difíceis – como é o caso da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência – quanto pudessem servir de espaço de lazer e diversão – como o Clube Ginástico Português. Assim sendo, este capítulo será dedicado ao esforço de união, continuidade e recriação identitária, não só nas associações lusas no Rio de Janeiro, mas também no interior da casa portuguesa, a partir dos Feijó Pinto.

---

<sup>140</sup> UMA CASA PORTUGUESA. Intérprete: Amália Rodrigues. Compositores: Artur Vaz Da Fonseca, Reinaldo Ferreira, Vasco Sequeira. In: FADO Português. Columbia/VC, 1953.

## 2.1 – As associações lusitanas da Capital Federal: o Clube Ginástico Português e a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência

O livro de memórias de Lydia Feijó é dividido em quatro partes, sendo a segunda parte referente ao período em que a família permaneceu unida no Rio de Janeiro, entre o casamento de Giselda Feijó com Antero Pereira Pinto, em 1934, e a mudança de Lydia para São Paulo devido ao trabalho do marido, Francisco Ferreira, em 1949. Além da labuta e dos desafios diários, esses 15 anos foram marcados pela busca de formas de lazer, que não só representassem condições de relaxamento para enfrentar o excessivo trabalho cotidiano, mas que também fossem oportunidades de encontro com outras pessoas com bagagem cultural comum, compartilhando experiências e fazendo circular informações. Lydia relembra de algumas dessas formas de lazer dos anos 1930:

“Com minha irmã e meu cunhado [Giselda e Antero] fui a bailes no Ginástico Português, onde eram sócios. Com papai [Antônio Feijó] ia ao cinema do bairro na avenida Mem de Sá. Quando as companhias portuguesas vinham ao Rio, nós íamos assisti-las, eram de revista e muito bonitas. Também fazíamos piquenique na Ilha do Governador, saíamos cedo e pegávamos a barca, era uma viagem agradável.”<sup>141</sup>

Esse trecho de suas memórias evidencia práticas de finais de semana como o hábito de fazer piqueniques em áreas mais afastadas da cidade, de frequentar cinemas e teatros de revista para assistir companhias portuguesas – que adotavam um tom de comédia para abordar as mudanças no cotidiano e os acontecimentos recentes em Portugal<sup>142</sup> – e o hábito de comparecer a eventos dançantes nas associações onde seus amigos e familiares eram sócios. Lydia Feijó frequentava os bailes do Clube Ginástico Português, pois seu cunhado, Antero Pereira Pinto, e sua irmã, Giselda Feijó, eram sócios do clube e a levavam para os eventos.<sup>143</sup>

O Clube Ginástico Português era uma sociedade recreativa fundada em 1868 por dois irmãos portugueses: João José Ferreira da Costa, correeiro (responsável por trabalhar o couro), e Antônio José Ferreira da Costa, dono de uma venda na rua do Hospício, onde

<sup>141</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar. p.42

<sup>142</sup> JORGE FILHO, José Ismar Petrola. “Teatro Português nos Palcos e Jornais Brasileiros: censura e crítica”. In: *Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação USP*. São Paulo, 2011.

<sup>143</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar.

funcionou a primeira sede do clube.<sup>144</sup> Observando a profissão dos irmãos-fundadores do clube, percebe-se que ele era uma agremiação de origem popular e destinada à prática da ginástica, ou seja, à realização de atividades que melhorassem as condições de saúde física dos imigrantes portugueses que moravam ou trabalhavam nos bairros da região central da Capital Federal. Concretizando esse intuito, o final do século XIX foi marcado pelo ingresso de muitos jovens comerciários e empregados no comércio nas fileiras do clube. Desse modo, no começo do século XX, o quadro de sócios do Clube Ginástico Português era formado majoritariamente por portugueses que trabalhavam no comércio, tanto como caixeiros e empregados, quanto como pequenos burgueses e proprietários de suas vendas e negócios.<sup>145</sup>

Dentro desse perfil, o português Antero Pereira Pinto fora, na juventude, caixeiro-viajante e tentava conciliar o seu ofício com o zelo de sua saúde física, praticando ginástica, boxe e remo. Em 1930, Antero conseguiu reunir capital para alugar um sobrado na rua Uruguaiana, onde transformara o piso térreo numa chapelaria e morava no segundo andar.<sup>146</sup> A soma de sua profissão com os seus interesses esportivos levou Antero Pereira Pinto a se associar ao Clube Ginástico Português.

Os trabalhadores do comércio que almejavam prosperar e ascender socialmente sabiam que precisavam daquilo que hoje chamamos “rede de contatos”. Assim sendo, buscavam nas sociedades recreativas oportunidades de interagir com outros imigrantes, fossem patrões ou empregados, fornecedores ou clientes. Além da prática regular de atividades físicas saudáveis, esse cotidiano de exercícios e jogos proporcionava encontros e relacionamentos, que podiam se tornar mecanismos de ascensão social. Deste modo, aqueles espaços para relaxar nas horas de lazer podiam ser espaços de sociabilidade tanto para a reafirmação da identidade imigrante, onde pudessem conhecer pessoas de perfil semelhante, como espaços para prospecção de novos empregos ou novos relacionamentos comerciais. Nesse sentido, o Clube Ginástico Português – que àquela altura já gozava de prestígio dentro da sociedade – passou a oferecer com cada vez mais frequência outras formas de divertimento, como bailes, saraus, concertos, conferências, apresentações

---

<sup>144</sup> MELO, Victor Andrade de. PERES, Fabio de Faria. “Associativismo e política no Rio de Janeiro do Segundo Império: o Clube Ginástico Português e o Congresso Ginástico Português”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, v.15, n.28, p.242-265, 2014 | [www.revistatopoi.org](http://www.revistatopoi.org)

<sup>145</sup> MELO, Victor Andrade de. PERES, Fabio de Faria. “Associativismo e política no Rio de Janeiro do Segundo Império: o Clube Ginástico Português e o Congresso Ginástico Português”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, v.15, n.28, p.242-265, 2014 | [www.revistatopoi.org](http://www.revistatopoi.org)

<sup>146</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

teatrais, aulas de música, passeios campestres e festas de caridade (quermesses).<sup>147</sup> Essas outras atividades fizeram com que o clube, *a priori* frequentado por homens, aumentasse a presença de mulheres e famílias em seus eventos.

As ações promovidas pelo Clube Ginástico Português eram vinculadas tanto a elementos pátrios brasileiros quanto portugueses. Essa dupla vinculação manifestava-se na execução dos hinos dos dois países antes da abertura das cerimônias oficiais do clube e na comemoração das datas cívicas das duas nações, ainda que mais festivamente as efemérides portuguesas do que as brasileiras. O clube procurava colaborar com iniciativas de outras agremiações de origem lusa e mantinha estreitas relações com a Sociedade de Beneficência Portuguesa, estimulando que seus sócios também se associassem a ela, que promovia ações de cunho beneficente, de assistência médica, hospitalar e socorro mútuo aos seus associados, diferentemente do Ginástico Português, que promovia atividades sociais, esportivas e culturais.<sup>148</sup>

As agremiações voltadas para o público de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro podem ser divididas entre associações recreativas (clubes portugueses não regionais ou casas regionais) e beneficentes (beneficências e socorro mútuo). Enquanto a primeira metade do século XX foi marcada pela preponderância de projetos de alcance social (na ausência de uma previdência social assegurada pelo Estado e de uma saúde pública eficaz), a segunda metade do século foi caracterizada sobretudo por iniciativas e formas diversas de lazer, como atividades culturais que reproduzisse em diáspora as tradições esportivas, recreativas e sociais das terras de origem.<sup>149</sup> Entretanto, essa primazia não menosprezava a existência de associações recreativas na primeira metade, como o próprio Clube Ginástico Português, nem a permanência de associações de assistência social e socorro mútuo nas últimas décadas do século, como a Beneficência Portuguesa.

O Clube Ginástico Português, instituição pioneira ao se estudar o associativismo recreativo luso no Rio de Janeiro, se enfraqueceu gradativamente a partir da fundação de

---

<sup>147</sup> MELO, Victor Andrade de. PERES, Fabio de Faria. “Associativismo e política no Rio de Janeiro do Segundo Império: o Clube Ginástico Português e o Congresso Ginástico Português”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, v.15, n.28, p.242-265, 2014 | [www.revistatopoi.org](http://www.revistatopoi.org)

<sup>148</sup> MELO, Victor Andrade de. PERES, Fabio de Faria. “Associativismo e política no Rio de Janeiro do Segundo Império: o Clube Ginástico Português e o Congresso Ginástico Português”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, v.15, n.28, p.242-265, 2014 | [www.revistatopoi.org](http://www.revistatopoi.org)

<sup>149</sup> TORRES, José Pereira. *O homem minhoto (das origens à diáspora) – História da Casa do Minho do Rio de Janeiro*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Centro de Estudos, 1987.

outras agremiações que concentravam em si a tarefa de estimular a prática esportiva por parte dos imigrantes portugueses – como o Clube de Regatas Vasco da Gama, o Clube de Regatas Guanabara, o Lusitânia Futebol Clube e a Associação Atlética Portuguesa – e que promovessem as culturas regionais portuguesas, através de apresentações artísticas de música e de dança e da degustação de pratos típicos, formando redes de solidariedade que apoiassem a inserção dos imigrantes na sociedade carioca que os recebia e sendo *locus* de sociabilidade para os recém-chegados.

Neste segundo caso, o que predominava eram espaços como a Casa do Minho, a Casa do Porto, a Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Casa dos Açores, a Casa dos Poveiros, a Casa de Vila da Feira e Terras de Santa Maria, entre outros. Cada uma dessas casas faz referência a uma região sociocultural de Portugal.

Ainda que as casas regionais não fossem restritas ao público português ou, mais especificamente, ao público português oriundo da região que nomeava a casa, havia uma tendência dos imigrantes mais orgulhosos de suas origens a evitar comparecer em eventos de casas regionais que não fossem a de sua terra ancestral. Por exemplo, quando o neto carioca de Antero Pereira Pinto convidou o avô para uma festa na Casa do Minho, o avô duriense respondeu de prontidão ao menino: “Por que eu iria? Eu não sou minhoto!”<sup>150</sup>

Apesar de serem principalmente sociedades recreativas, nas décadas de 1930, 1940 e 1950 as casas regionais tinham como uma de suas principais atividades o amparo aos imigrantes portugueses no Rio de Janeiro. Além de ajudar os desempregados na inserção no mercado de trabalho, fornecia alfabetização gratuita, medicamentos e consultas médicas, auxiliando no repatriamento de imigrantes em dificuldades e até mesmo concedendo pensões por invalidez de acordo com as necessidades de cada beneficiário e as possibilidades de cada instituição.<sup>151</sup>

Uma das primeiras iniciativas de se criar uma casa regional portuguesa no Rio de Janeiro deu origem ao Centro Transmontano, fundado em 28 de julho de 1923, na rua República do Peru. Posteriormente, a associação passou a chamar-se Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro e mudou sua sede para a avenida Mello Matos, na Tijuca. Foi sob o

---

<sup>150</sup> Conversas com Atenea Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

<sup>151</sup> TORRES, José Pereira. *O homem minhoto (das origens à diáspora) – História da Casa do Minho do Rio de Janeiro*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Centro de Estudos, 1987.

teto transmontano que a ideia de se criar outras casas regionais começou a ser gestada.<sup>152</sup> A mudança da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro do Centro da cidade para o bairro da Tijuca fez parte de um movimento que tornou a região, segundo Lená Medeiros de Menezes, um “local privilegiado de lusitanidade”,<sup>153</sup> onde:

“A presença portuguesa na região pode ser percebida por meio de marcas que caracterizam o espaço, um lugar repleto de muitos simbolismos. Nas relações entre presente e passado, conteúdos de base emocional permeiam relações familiares e de vizinhança, enquanto as casas étnicas que se distribuem pela área expressam um simbolismo comunitário marcado por um sentimento de pertencimento a uma comunidade ‘reimaginada’ em um espaço marcado por raízes lusitanas.” (MENEZES, 2017. p.83 e p.84)

As casas étnicas mencionadas pela autora se configuram nas casas regionais portuguesas do Rio de Janeiro, as quais metade se localizam na Grande Tijuca (Tijuca, Vila Isabel, Andaraí, Grajaú e Maracanã). Além da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, a região comporta a Casa do Porto, a Casa dos Açores, a Casa dos Poveiros, a Casa da Vila da Feira e Terras de Santa Maria, o Orfeão Português e a Casa de Portugal (atualmente um hospital). Dentre as casas regionais portuguesas no Rio de Janeiro, a única que atualmente fica na Zona Sul é a Casa do Minho, fundada em 1924 e que se localiza hoje no Cosme Velho, mas sua primeira sede foi na rua Conselheiro Josino, entre a antiga área do Senado e o Bairro de Fátima.

A origem das casas regionais se entrelaçava com as trajetórias de imigrantes que ascenderam socialmente em terras brasileiras e resolveram proporcionar aos seus compatriotas, desde grandes comerciantes até a pequena burguesia e os operários fabris da região, um lugar para reafirmar sua identidade nacional através da cultura e do lazer. Desse modo, as casas regionais portuguesas são importantes lugares de memória onde o/a imigrante poderia ressignificar a sua identidade lusitana fora de sua terra natal e reafirmar seus vínculos com a sua terra de origem para os seus descendentes brasileiros. Além da recriação identitária no além-mar, as casas portuguesas davam espaço a manifestações culturais tradicionais portuguesas e proporcionavam um lugar de convívio para a

---

<sup>152</sup> TORRES, José Pereira. *O homem minhoto (das origens à diáspora) – História da Casa do Minho do Rio de Janeiro*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Centro de Estudos, 1987

<sup>153</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. “Cadeias migratórias, indústria e comércio: a Tijuca como estudo de caso”. In: MENEZES, Lená Medeiros de. SOUSA, Fernando de. (coordenação) *Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico: Múltiplos olhares sobre a e/imigração*. Ed. UERJ: Rio de Janeiro, 2017.

comunidade lusocarioca, minimizando os sentimentos de solidão provocados por estar longe de casa.

Dentre as atividades culturais promovidas pelas casas regionais portuguesas, as que mais se destacavam eram os ranchos folclóricos, um prolongamento transatlântico de um movimento em curso em Portugal desde o romantismo. O movimento romântico oitocentista tinha o nacionalismo como um de seus pilares. Nesse sentido, a segunda metade do século XIX em Portugal foi marcada pelo ímpeto romântico-nacionalista de eleger elementos do cotidiano popular – desde músicas, danças, vestimentas, contos e crenças – como cerne da identidade nacional e elementos representantes do que era ser português. Esse ímpeto perpassava não só a essencialização da nacionalidade, mas se configurava como a invenção de uma tradição.<sup>154</sup> Muitos desses elementos já existiam, mas ainda não possuíam um significado identitário.

Os trajes à vianesa eram utilizados pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras rurais no exercício de sua função, sendo que os trajes cotidianos dos lavradores se distinguiam dos trajes utilizados nos dias festivos em que havia festas, procissões e romarias na região de Viana do Castelo. Não só em Viana, mas em todo o país, o corte dos trajes, o cumprimento das saias, a cor e a complexidade dos bordados e a riqueza dos adereços de filigrana dependia do clima da região, das características do ofício do trabalhador, dos tecidos disponíveis no local, das técnicas de costura e das condições econômicas de sua família. Os trajes mudavam de acordo com o tempo (avanço de tecnologias), da classe social e da localidade. As características dos trajes só se estabilizaram em meados do século XX, quando a introdução de tecidos industriais no meio rural português submeteu as vestimentas locais ao risco do desaparecimento.

O perigo do desaparecimento somado ao êxodo rural, aos novos modos de vida urbana, aos altos índices de emigração, aos novos meios de comunicação e à cultura de massas importada de países de maior influência, resultou no movimento de folclorização, que promovia a coesão nacional e reforçava o sentimento de pertença à terra de seus ancestrais a partir de facetas preservadas do meio rural português.<sup>155</sup> Contudo, por essas facetas serem retiradas de seu meio, despidas de sua função original e reconfiguradas para propagar uma identidade coletiva em desfiles, festas ou cerimônias, elas se configuram

---

<sup>154</sup> HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

<sup>155</sup> BRANCO, Jorge Freitas. “A fluidez dos limites: discurso etnográfico e movimento folclórico em Portugal”. In: *Etnográfica*, vol. 3 (1) | Portugal, 1999, 23-48.

em tradições inventadas. A sensação de continuidade provocada pelos ranchos folclóricos dava-se pelas raízes antigas dos elementos reivindicados durante os rituais, mas os rituais em si eram uma tradição recente que havia sistematizado e criado a cultura popular para mascarar as rápidas mudanças que ocorriam na sociedade.<sup>156</sup> Desse modo, os ranchos folclóricos eram grupos que haviam reunido, organizado, sistematizado e reinventado tradições locais do Norte ao Sul de Portugal. Eles existiam não só em Portugal, mas também nos países em que a imigração portuguesa era forte. Assim como os lusos em Portugal temiam o desaparecimento de suas tradições e as reinventavam para os novos tempos e modos de vida, os muitos lusos em diáspora realizavam o mesmo movimento, até com mais ânsia e intensidade devido à distância em relação à terra ancestral.

Os ranchos folclóricos das casas regionais portuguesas no Rio de Janeiro davam mais destaque para as tradições da região que a sua casa representava. Desse modo, os portugueses recriavam as danças, músicas, cantares e tradições de seus antepassados em diáspora. Ao som de instrumentos como o surdo, o reco-reco, as castanholas, a sanfona e o cavaquinho, os folcloristas se reuniam nos ranchos para praticar danças portuguesas – como o vira, a chula, o corridinho, a chotiça, o fandango, o verde-gaio, o malhão, a dança de roda e a valsa de dois passos – vestindo trajes que buscavam reproduzir as vestimentas utilizadas em festividades em Portugal.<sup>157</sup>

Ao mesmo tempo em que os ranchos folclóricos cumpriam um papel de reviver memórias, recriando práticas com raízes ancestrais para as demandas do tempo presente, eles tinham um dever didático ao ensinar para os descendentes dos imigrantes as tradições de seus pais de avós.

A participação de mulheres nos eventos promovidos pelas associações lusas na Capital Federal era muito estimulada como forma de reforçar as casas regionais portuguesas como ambientes de convivência familiar e de perpetuação da cultura lusitana.<sup>158</sup> Atuando como folcloristas, os trajes femininos eram caracterizados pelo bordado requintado e pelas saias volumosas que facilitavam os rodopios.

---

<sup>156</sup> HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

<sup>157</sup> RIBEIRO, Tânia Cristina Costa. “É uma dança portuguesa com certeza? um estudo sobre formas de pertencimentos, processos de criação e influências da dança Portuguesa do Maranhão.” *Monografia de Graduação*, Universidade de Brasília, 2016.

<sup>158</sup> TORRES, José Pereira. *O homem minhoto (das origens à diáspora) – História da Casa do Minho do Rio de Janeiro*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Centro de Estudos, 1987



Imagem 12: Giselda Feijó aos 2 anos de idade “vestida à minhota”. Rio de Janeiro, 1918. Acervo familiar.

Giselda e Lydiá Feijó não chegaram a integrar um grupo folclórico, entretanto as práticas disseminadas pelos ranchos iam ao encontro de elementos da cultura lusa valorizadas pelas filhas de Libânia: os trajes, a dança e a música. A valorização dos trajes tradicionais fazia-se presente em várias fotografias da família.

Dentre elas há a fotografia acima, que retrata Giselda Feijó aos 2 anos de idade, “vestida à minhota”, no estúdio de fotografia que a família frequentava na rua da Carioca. A imagem foi colada por António Feijó num cartão e enviada para Ana do Carmo Massas, mãe de António que vivia em Portugal, com os seguintes dizeres: “À minha saudosa mãe, ofereço o retrato de minha filha e sua neta Giselda. Seu filho, António. Rio, 20/3/918.”<sup>159</sup> Os trajes minhotos estavam deixando de ser vestidos no cotidiano português, e não eram utilizados no contexto carioca. Entretanto, António faz questão de vestir a filha pequena em trajes minhotos para a produção de um retrato a ser enviado para a sua mãe em Portugal. As fotografias são capazes de elaborar narrativas e produzir memórias.<sup>160</sup> Ao escolher retratar a filha com trajes minhotos, António queria mostrar para a mãe e para outros parentes em Portugal que, apesar da menina ter nascido no Rio de Janeiro, ele e Libânia estavam criando a menina como uma criança portuguesa, que se vestia, falava e se identificava como tal.

<sup>159</sup> Inscrição no verso da fotografia que retrata Giselda Feijó aos 2 anos de idade “vestida à minhota”. Rio de Janeiro, 1918. Acervo familiar.

<sup>160</sup> MAUAD, Ana Maria. “Através da imagem: fotografia e história interfaces”. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1996, p. 73-98.



Imagem 13: Giselda vestida com trajes tradicionais minhotos e Lydia fantasiada de alsaciana. Rio de Janeiro, 1921. Acervo familiar.

Anos mais tarde, António e Libânia voltaram a retratar em estúdio ambas as filhas com roupas tradicionais europeias, ainda que as meninas morassem no Rio de Janeiro. A fotografia constrói uma realidade, de modo que a realidade construída por António e Libânia para as suas filhas perpassava na afirmação da identidade europeia das meninas. Os trajes utilizados não se configuravam como vestes cotidianas, mas eram reivindicadas como fantasias para o carnaval de 1921, ano que em as meninas desfilaram na “Mi-Careme”. Ao vestirem a Giselda de minhota para o carnaval, António e Libânia caem no argumento folclorista em que se precisava folclorizar os trajes para evitar que eles fossem utilizados em ocasiões consideradas “menos apropriadas”. Sem ancestralidade alsaciana na família, ao vestirem Lydia com roupas que lembrem a região, António e Libânia deixam claro a sua intenção de ver as vestes europeias como fantasias, mas que não apenas divertiam, mas também afirmavam um passado idealizado.

A identificação de Giselda Feijó com elementos da identidade nacional portuguesa perpassava a uso dos trajes minhotos em dias especiais. A construção do sentimento de pertença identitária suscitada pelos trajes se refletiu quando, anos mais tarde, em sua lua-de-mel, em Viana do Castelo, Giselda comprou um álbum de fotos para organizar as fotografias da família. O álbum escolhido para a salvaguarda dos registos familiares retratava uma mulher com trajes típicos da região do Minho. Ao fazer essa escolha, Giselda inseria a narrativa iconográfica familiar que criava dentro de um contexto cultural previamente estabelecido, remetendo a suas origens maternas, que eram minhotas.



Imagem 14: Capa do álbum de fotos da família Feijó, retratando uma mulher com trajes típicos da região do Minho. Álbum comprado em Viana do Castelo e organizado por Giselda Feijó Pinto. Acervo familiar.

Em meio as fotografias presentes no álbum, uma delas retratava a filha de Giselda, Ateneia Maria, em 1947, vestindo os mesmos trajes minhotos infantis que sua mãe usara vinte e seis anos antes. A fotografia fora tirada no Rio de Janeiro, na casa da família em Santa Teresa. A menina Ateneia não apenas usava os trajes minhotos, mas também sustentava os seus dois braços erguidos, com os cotovelos dobrados num ângulo de 90° e as mãos prestes a estalar os dedos. Esta postura era uma posição muito comum nas coreografias dos ranchos folclóricos portugueses que traziam a dança e a música regional lusa para o cenário carioca. A naturalidade com que Ateneia se portava com os trajes e os passos de dança tradicionais refletiam a força da cultura portuguesa em sua casa carioca.



Imagem 15: Ateneia Maria Feijó Pinto vestindo os trajes minhotos que foram de sua mãe, Giselda, anos antes. Casa da família em Santa Teresa, Rio de Janeiro, 1947. Acervo familiar.

Anos mais tarde, Ateneia Maria teve outras oportunidades de usar vestimentas que fizessem referência àquelas que suas ancestrais maternais. A jovem Ateneia não integrou grupos de ranchos folclóricos, entretanto a menina lusocarioca passou parte de sua juventude dançando ballet, cujos coreógrafos se inspiravam em diferentes tradições de

dança para a elaboração das coreografias a serem apresentadas. Uma das récitas teve como inspiração o folclore minhoto e os hábitos das camponesas das aldeias do interior de Portugal. Por sua familiaridade com a temática, Ateneia recebeu uma posição de destaque em meio ao corpo de baile. Com trajes costurados com muito esmero por sua mãe, Giselda Feijó, Ateneia retratou, com os movimentos fluidos e leves típicos do ballet, as festas campesinas do Alto Minho.<sup>161</sup> Ainda que os trajes presentes nas imagens abaixo não fossem trajes minhotos legítimos, mas sim vestimentas próprias para os passos de ballet que foram inspiradas nos trajes minhotos com o intuito de corroborar na tarefa de imersão do espectador na cena retratada, eles representam um esforço de trazer para o cenário artístico carioca referências cujas origens jaziam no folclore português.



Imagem 16 e 17: Ateneia dançando ballet com vestes que remetiam aos trajes minhoto. Niterói, Rio de Janeiro, 1960. Acervo familiar.

Além das associações de cunho recreativo, aquelas de cunho assistencial também foram de suma importância para os portugueses no Rio de Janeiro, não só por congregarem compatriotas em torno de valores comuns, mas também por socorrerem os imigrantes em momentos de necessidade. Na ausência de um serviço de saúde pública eficaz, a vinculação a hospitais significava o acesso a tratamento médico de qualidade, seja para consultas, exames e procedimentos de rotina, seja para emergências e situações de vida ou morte. Frequentemente, a população imigrante acabava por ser mais vulnerável aos problemas da saúde pública carioca por não possuírem uma rede de apoio no Rio de Janeiro, pois seus amigos e familiares muitas vezes haviam permanecido na terra natal.

---

<sup>161</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

No intuito de sanar essa questão, os grupos imigrantes se organizavam em torno de complexos hospitalares, como o Hospital Italiano e o Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, e a Sociedade Espanhola de Beneficência e a Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência, no Rio de Janeiro.

A natureza da saúde reprodutiva feminina, o acesso a cuidados ginecológicos e obstétricos de confiança e a vulnerabilidade a doenças específicas fazia com que as mulheres portuguesas fossem ainda mais dependentes ao sistema de saúde do que os homens que imigravam. Portanto, associações de socorro mútuo, como a Beneficência Portuguesa, assumiam uma centralidade maior na experiência feminina imigratória do que na experiência masculina, apesar de elas serem fundamentais para ambos, por estarem presentes em momentos delicados, como o nascimento, a reprodução e a morte.

Dos cinco netos de Libânia e António Feijó, quatro nasceram na Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro, localizada na rua Santo Amaro, no bairro da Glória.<sup>162</sup> O casal teve duas filhas e uma neta, as quais recorreram aos serviços da Beneficência várias vezes durante suas vidas. Para compreender a confiança que a família depositava na instituição, é preciso conhecer um pouco das instalações e da história do complexo hospitalar.

A Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro foi fundada em 17 de maio de 1840, mas demorou 8 anos até que surgisse a ideia de construir um hospital voltado para atender a comunidade lusa na cidade. Assim foi inaugurada a enfermaria São Vicente de Paulo.<sup>163</sup> Anos mais tarde, em 1862, o rei de Portugal, D. Luís I – sobrinho de D. Pedro II do Brasil e filho de D. Maria II de Portugal, rainha portuguesa nascida no palácio da Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão – apadrinhou a Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro, concedendo-a o título de Real e Benemerita.<sup>164</sup>

---

<sup>162</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar.

<sup>163</sup> Fonte: vídeo promocional da Rede D'Or e artigo "Glória D'Or: um legado histórico a serviço da saúde dos cariocas". Ambos disponíveis em: <https://www.rededorsaoluiz.com.br/noticias/artigo/ gloria-dor>

<sup>164</sup> CHAVES, Larissa Patron. "*Honremos a Pátria Senhores!*" – *As Sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro do Rio Grande (1854-1910)*. Tese de Doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2008.

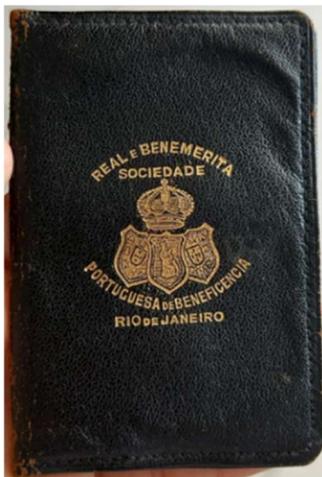


Imagem 18: Capa da carteirinha de identificação de sócio de Giselda Feijó Pinto. Acervo familiar. Produzido a partir de couro animal. As letras e ilustrações foram fixadas com tinta dourada.

A relação da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro com a monarquia portuguesa (existente até 1910) se faz presente nas capas das carteirinhas de identificação de sócio da Sociedade, que estampavam sobre o seu brasão a coroa real portuguesa, de modo que sempre que o sócio revisitasse o documento ao comparecer ao complexo hospitalar, ele se recordasse que estava adentrando numa instituição de prestígio, não só como referência no campo da saúde e ponto de convergência da comunidade imigrante, mas também como uma unidade reconhecida pela mais poderosa figura da monarquia portuguesa.

O primeiro pavilhão do complexo hospitalar da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência foi construído em 1880 e recebeu o nome de Hospital Nossa Senhora da Conceição, nomeado em homenagem à padroeira de Portugal. O segundo pavilhão foi inaugurado em 1927 como Hospital Visconde de Moraes - Clínica de Mulheres, fundado com o intuito de responder às demandas crescentes de ginecologia, obstetrícia e pediatria que vieram com o aumento da migração feminina e familiar da Primeira República.<sup>165</sup> Já em 1960, o Presidente Juscelino Kubitschek lançou a pedra fundamental do terceiro pavilhão, o Hospital Santa Maria, inaugurado em 1972 com o intuito de agregar 473 novos leitos ao complexo hospitalar da Beneficência Portuguesa e modernizar a Sociedade.<sup>166</sup>

<sup>165</sup> Fonte: vídeo promocional da Rede D'Or e artigo "Glória D'Or: um legado histórico a serviço da saúde dos cariocas". Ambos disponíveis em: <https://www.rededorsaoluiz.com.br/noticias/artigo/ gloria-dor>

<sup>166</sup> Após mais alguns anos sendo referência na saúde carioca, a Beneficência Portuguesa se afundou em dívidas e fechou as suas portas no início do século XXI, antes de ser comprada pela Rede D'Or, que transformou o espaço num complexo médico e de ensino sob o nome de Glória D'Or.

A Cinemateca Brasileira salvaguardou o filme de inauguração do pavilhão, datado de 87 anos após a fundação da Sociedade e possuía o intuito de ser uma clínica de mulheres voltada para as mulheres associadas, oferecendo a elas serviços clínicos e cirúrgicos nas áreas de ginecologia, obstetrícia e outras especialidades médicas, como oftalmologia, otorrinolaringologia e dermatologia. O filme retrata a cerimônia de inauguração do hospital, que contou com a presença do Vigário Geral do Rio de Janeiro e de figuras ilustres da alta sociedade lusitana no Rio de Janeiro, como o almirante Gago Coutinho e o embaixador de Portugal no Brasil. Por ser um espaço destinado à saúde feminina, a fita de inauguração foi cortada pela embaixatriz de Portugal, a mulher mais alta na hierarquia da sociedade lusocarioca. O presidente da Beneficência Portuguesa na época era o próprio visconde de Moraes, que no filme entrega o hospital às sócias e agradece a homenagem feita através do nome do hospital.<sup>167</sup>

A porta principal do hospital recém-inaugurado era feita em ferro e folheada a bronze. O primeiro andar possuía diferentes enfermarias, uma voltada para mulheres com condições não-obstetrícias e doenças não-contagiosas, uma para gestantes e outra para puérperas. Havia também uma seção de quartos individuais que conferiam maior privacidade às internas, alguns com salas de estar particulares. A clínica para mulheres também comportava uma setor pediátrico com berçário para o recebimento dos recém-nascidos, equipado com “estufas elétricas” para os “nascidos fora do tempo”, ou seja, bebês-prematuros. Ademais, o Hospital Visconde de Moraes - Clínica de Mulheres possuía jardins externos, um hall principal, uma escadaria cercada por vitrais, elevadores, estação de telefonia central, refeitório e banheiros com banheira e box, além de uma sala de arquivo, onde eram guardadas as informações pessoais das sócias e o histórico de saúde de cada uma.<sup>168</sup> Além dos médicos especializados, a clínica de mulheres da Beneficência Portuguesa era local de trabalho de freiras que atuavam como enfermeiras, zelando pela saúde de suas compatriotas. As irmãs que trabalhavam no hospital eram franciscanas e, no momento da fundação do hospital, eram todas portuguesas.<sup>169</sup>

No final do filme de inauguração foi feito um apelo às mulheres da comunidade lusa no Rio de Janeiro para se inscreverem como sócias efetivas, benfeitoras ou

---

<sup>167</sup> A INAUGURAÇÃO DO HOSPITAL VISCONDE DE MORAES DA REAL SOCIEDADE PORTUGUEZA DE BENEFICENCIA. Produção: Botelho Film. Documentário, curta-metragem, silencioso, não-ficção. Rio de Janeiro – DF, 1927. Disponível em: <http://www.bcc.gov.br/filmes/443238#>

<sup>168</sup> O *Jornal*, 19 de abril de 1927.

<sup>169</sup> O *Jornal*, 19 de abril de 1927.

beneméritas, desta “modelar instituição que merece o amparo de todos”<sup>170</sup>. Na década de 1930, a família Feijó Pinto atendeu a este pedido e se associou a Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência.



Imagem 19: Carteira de identificação de sócio de Giselda Feijó Pinto da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência, 1938. Acervo familiar.

Em 8 de fevereiro de 1938, um pouco mais de uma década após a inauguração do Hospital Visconde de Moraes, Giselda Feijó Pinto tornou-se sócia efetiva da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência. Na altura, seu marido Antero Pereira Pinto já havia se associado à Sociedade, e pouco tempo depois sua irmã, Lydia Feijó Ferreira, também se associou. Ao guardar por tanto tempo a sua carteira de identificação de sócia da sociedade, Giselda salienta a confiança que depositava na Beneficência – foi onde ela deu à luz a dois de seus filhos – e a importância que essa instituição de origem portuguesa tinha na construção de sua identidade lusocarioca. Ou seja, fruto da confiança

<sup>170</sup> A INAUGURAÇÃO DO HOSPITAL VISCONDE DE MORAES DA REAL SOCIEDADE PORTUGUEZA DE BENEFICENCIA. Produção: Botelho Film. Documentário, curta-metragem, silencioso, não-ficção. Rio de Janeiro – DF, 1927. Disponível em: <http://www.bcc.gov.br/filmes/443238#>

que Giselda e Lydia depositavam na instituição, quatro netos e um bisneto de António e Libânia nasceram no Hospital Visconde de Moraes da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro.

Além da carteira de identidade do sócio trazer informações como o número da carteirinha, o nome completo do associado, uma foto de identificação, a graduação da associação e a data de admissão na sociedade, ela também trazia alguns artigos extraídos dos estatutos da sociedade que julgava importante o sócio ter sempre em mente, que significavam que: 1) Em caso da diretoria se sentir enganada por um sócio, ela podia eliminar quem a enganasse do quadro de sócios; 2) Os sócios adoentados que não precisassem ser internados deveriam se tratar em casa com os medicamentos fornecidos gratuitamente pela Beneficência; 3) Os sócios adoentados cujo tratamento perpassasse pela mudança de clima e não tivessem condições financeiras de viajar, a Beneficência arcaria com os custos da passagem.<sup>171</sup> A Beneficência Portuguesa mantinha em sua carteira de identificação alguns direitos e deveres dos associados e da diretoria como forma de mostrar que zelava pela transparência e pela conscientização de seus sócios.

Para além do incentivo do Clube Ginástico Português para que os seus associados também estabelecessem relações com a Beneficência Portuguesa, um dos motivos pelos quais Giselda Feijó recorreu à instituição foi a dificuldade da lusocarioca em realizar seu sonho de maternidade. Após quatro anos de casamento, Giselda enfrentava contratempos para engravidar de uma criança, e nas poucas vezes que conseguia conceber, perdia o feto ainda no início da gestação.<sup>172</sup> Em busca de apoio médico especializado que a ajudasse a lidar com essa condição, Giselda Feijó recorreu a clínica de mulheres da Beneficência Portuguesa. Dois anos depois do início do tratamento, Giselda deu à luz ao seu primeiro filho. Como relembra a tia da criança:

“No dia 15 de agosto de 1940 nascia meu sobrinho Milton Hermínio, na Beneficência Portuguesa. [...] No dia 21 de março de 1942, nascia o meu primeiro filho, Celso, na Beneficência Portuguesa. [...] No dia 11 de março de 1943, nascia minha sobrinha Ateneia, na Beneficência Portuguesa. Um mês depois, no dia 30 de abril, nascia meu filho Sérgio, na Beneficência Portuguesa.”<sup>173</sup>

---

<sup>171</sup> Carteira de identificação de sócia de Giselda Feijó Pinto da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência, 1938. Acervo familiar.

<sup>172</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

<sup>173</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar. p. 42, p. 44 e p.46.

O nascimento de Milton Hermínio, às 14 horas do dia 15 de agosto de 1940, inaugurou a sequência de nascimentos de quatro dos cinco netos de Libânia e António Feijó na Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência, complexo hospitalar da comunidade lusocarioca que viu nascer, além de Milton, os filhos de Lydia Feijó com Francisco Ferreira, Celso e Sérgio, e a filha do meio de Giselda Feijó com Antero Pereira Pinto, Ateneia Maria. O único dos netos de Libânia e António que não nasceu na Beneficência Portuguesa foi Rogério, o filho caçula de Giselda, nascido quando a família estava em Portugal numa visita aos pais de Antero.<sup>174</sup>

Quando Milton Hermínio nasceu, seus pais moravam no segundo andar de um sobrado. Enquanto o primeiro andar era uma loja voltada para a rua que funcionava como chapelaria, onde Antero e Giselda trabalhavam vendendo chapéus e outros artigos de moda feminina, o segundo andar era a casa da família. O pequeno Milton Hermínio era uma criança saudável e sorridente, gostava de brincar ao ar livre, correr na Praça Paris, abraçar seu pato de pelúcia, vestir os óculos e o chapéu do avô e tomar banho de bacia em dias de calor. Esses momentos eram registrados com muito cuidado no álbum da família por sua mãe, Giselda. No carnaval de 1942, seus pais o vestiram de tirolês como forma de apresentar para o menino a prática de se fantasiar para aproveitar o carnaval carioca. A roupa de tirolês remete aos trajes típicos da região alpina, encontro da fronteira italiana, alemã e austríaca. A fantasia não dialogava diretamente com a ancestralidade do menino, que era portuguesa, mas pretendia mostrar que sua identidade em construção incorporava raízes europeias. As fotografias tiradas do menino fantasiadas foram enviadas para vários entes queridos em Portugal, com o objetivo de mostrar para amigos e parentes em lugares distantes como estava crescendo bonito e saudável o filho de Giselda e Antero.

---

<sup>174</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar.



Imagem 20: Página do álbum de fotografias de Milton Hermínio (1940-1942), organizado por Giselda Feijó Pinto, em fevereiro de 1942. Acervo familiar.

Na ausência de irmãos e primos, Milton fez um amiguinho, um menino da idade dele que morava nas redondezas para poder brincar. Os dois estavam sempre juntos. Após dias de brincadeiras, Milton começou a sentir dores, náusea e febre. Horas depois, seu companheiro de brincadeiras começou a manifestar os mesmos sintomas.<sup>175</sup> O que poderia ser uma corriqueira doença infantil se mostrou, em 23 de abril de 1942, algo muito mais grave, quando Milton teve convulsões que o deixaram desacordado até o dia seguinte. Ele somente despertou no hospital após duas injeções e dois banhos de imersão para baixar a febre de 39°. O médico não conseguiu identificar a doença que acometia Milton, pois “a criança se encontrava numa prostração tal que parecia parálitica, não mexendo membro nenhum, nem tampouco chorando, apenas tinham vida seus olhos”.<sup>176</sup> Com a criança inerte nos braços, a família retornou para casa e deu todos os remédios indicados para o menino, mas nada o salvou. Assim, às 5 da manhã de 25 de abril, Milton Hermínio faleceu aos 20 meses de idade, deixando sua mãe e seu pai desesperados e inconsoláveis. Poucas horas depois, o amiguinho de Milton também veio a óbito em um cenário parecido.

A proximidade entre a morte das duas crianças sugere que o que as acometeu foi uma doença caracterizada pelo contágio de crianças e transmitida pela proximidade física com uma pessoa ou com um ambiente contaminado, como a meningite. A fatalidade que

<sup>175</sup> Conversas com Rogério Feijó, engenheiro, 78 anos. Rio de Janeiro, agosto de 2024.

<sup>176</sup> Relato escrito por Giselda Feijó Pinto e salvaguardado por Ateneia. Acervo familiar.

acometeu a família Feijó não foi um caso isolado, mas se configurava numa triste realidade de muitas famílias no Brasil durante parte do século XX: a mortalidade infantil.

O associativismo de cunho nacionalista tinha como uma de suas atribuições garantir aos imigrantes associados atendimento médico em casos de urgências, evitando atrasos que poderiam ser fatais. Ao contrário do acompanhamento pré-natal, que é algo previsto e antecipado (apesar do parto ter sua dose de imprevisibilidade), de doenças crônicas e de problemas de saúde decorrentes do envelhecimento, as fatalidades ocorridas com crianças e as doenças contagiosas costumam encontrar as famílias completamente desprevenidas e despreparadas, tanto em termos de custos, quanto em condições emocionais de se lidar com a doença e com a morte. Na ausência de vacinas e de saneamento básico adequado, na década de 1940, em média uma a cada quatro crianças morria antes dos cinco anos de idade. Nesse cenário alarmante, a expectativa de ser atendido em momentos de desespero levava muitos imigrantes portugueses a se associarem à Beneficência Portuguesa, como meio de se resguardar e se proteger para os desafios da vida. Sobre o ocorrido, a tia do menino, Lydia Feijó, conta que:

“No dia 25 de abril, meu sobrinho faleceu. Nunca se soube qual foi a doença que teve, nem os médicos descobriram. Foi para o hospital, mas não adiantou nada e quem foi buscá-lo e o preparou foi o Francisco [marido de Lydia], pois minha irmã e meu cunhado estavam impossibilitados de fazê-lo tal dor que sentiam com a perda do filho. Está enterrado no Cemitério São João Batista. Ironia do destino, foi embora quatro meses antes de completar dois anos, deixando muita saudade em todos nós. Minha irmã não quis mais ficar ali [morando no segundo andar do sobrado] e resolveu mudar-se.”<sup>177</sup>

A perda da tão esperada criança de forma trágica marcou todos os membros da família e foi um divisor de águas na vida de seus pais, que não tiveram condições psicológicas de preparar o corpo, tarefa que coube ao tio do menino. O que os pais conseguiram fazer foi comprar um jazigo infantil para a entrada do pequeno caixão da criança.<sup>178</sup> O luto parental é difícil de ser elaborado, pois a morte de um filho é uma inversão da ordem da natureza. Em meio ao choque e a incompreensão da perda de uma criança a princípio saudável e que foi tão difícil de ser gestada, a lusocarioca Giselda Feijó se afundou em melancolia. Como forma de evitar o agravamento de seu quadro psicológico, os médicos da Beneficência recomendaram a Antero engravidar sua esposa

<sup>177</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar. p.44 e p.45.

<sup>178</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

o mais rápido possível, com a justificativa de que outro filho poderia “substituir” aquele que partira.<sup>179</sup> Nada é capaz de suprir o vazio deixado pela morte de um filho, mas a concepção de um segundo poderia atenuar os sintomas ao conferir um novo propósito aos pais da criança.

Enquanto a primeira gravidez de Giselda levava muitos anos e precisava de acompanhamento médico para se concretizar, a segunda gravidez foi excepcionalmente rápida. Durante a segunda gravidez, Giselda permaneceu horas olhando para o retrato de Milton Hermínio, pois acreditava-se que quando se passava a gravidez pensando em alguém, a criança nascia com as feições dessa pessoa.<sup>180</sup> O bebê que “substituiria” Milton Hermínio nasceu às 11h40m do dia 11 de março de 1943, na Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência. Entretanto, em vez de dar à luz a um menino, Giselda pôs no mundo um bebê do sexo feminino, que recebeu o nome de Ateneia Maria Feijó Pinto, a única neta de Libânia e António Feijó.

A casa que a recebeu era marcada por retratos de uma outra criança, uma criança que ela não conheceu, mas que ela via o rosto e ouvia histórias sobre todos os dias. Diziam que era seu irmão, mas até o nascimento de Rogério, ela não via irmão nenhum. Para a menina, o que ela não via, só poderia ser um fantasma. Nessa lógica, surge a ilusão biográfica de Ateneia, a construção narrativa que orienta parte de sua vida, a presença de seu irmão-fantasma.<sup>181</sup> Desde tenra idade ela foi levada a acreditar que só nascera para “substituir” Milton Hermínio. Ainda que essa não fosse a intenção dos seus pais, Ateneia cresceu sentindo-se culpada por não ser o menino que “substituiria” seu irmão-fantasma.

A relação de Ateneia Maria com a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência se estendeu por mais de quatro décadas e perpassou momentos-chave de sua trajetória. Desse modo, ela se configurava num exemplo de como a Beneficência Portuguesa era uma associação de enorme centralidade na vida de inúmeros indivíduos que faziam parte da comunidade portuguesa no Rio de Janeiro, presente nos ápices de humanidade das pessoas: o nascimento, o crescimento, a reprodução e a morte.

O primeiro momento-chave da relação entre Ateneia Maria e a Beneficência Portuguesa consiste em seu próprio nascimento, ocorrido no local em 1943.<sup>182</sup> O vínculo

---

<sup>179</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

<sup>180</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

<sup>181</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos. Rio de Janeiro, dezembro de 2022.

<sup>182</sup> Certidão de nascimento de Ateneia Maria Feijó Pinto. Capital Federal, 1943. Acervo familiar.

indelével entre a menina e a associação é reforçada quando, no meio da infância, ela deixa de frequentar o local na condição de dependente de seus pais e se associa a Beneficência.



Imagem 21: Recibo de Antero Pereira Pinto referente ao pagamento da joia de admissão de sócio efetivo da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência de sua filha Ateneia Maria Feijó Pinto, 1951.

Como é possível ver no documento acima, com 8 anos de idade, Ateneia Maria tornou-se sócia efetiva da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência, pois em 20 de novembro de 1951, Antero Pereira Pinto comprou este título para sua filha, pagando à Beneficência 14.400\$00 referentes à joia da menina.<sup>183</sup> Esse pagamento demonstra a importância para a população lusocarioca de garantir que seus filhos tivessem acesso a um local confiável em casos de problemas de saúde.

O segundo momento-chave se inicia com a mudança de nome em decorrência do enlace matrimonial.<sup>184</sup> Em 20 de março de 1965, na Igreja de Nossa Senhora das Neves, em Santa Teresa, Ateneia Feijó, na altura repórter do *Jornal do Brasil*, casou-se com Amaury Borges Monteiro, repórter da TV-Rio.<sup>185</sup> Na ocasião, Ateneia retirou seu nome do meio, “Maria”, e o último sobrenome, “Pinto”, para adicionar o sobrenome

<sup>183</sup> Recibo de Antero Pereira Pinto referente ao pagamento da joia de admissão de sócio efetivo da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência de sua filha Ateneia. Acervo familiar.

<sup>184</sup> *Jornal do Brasil*, 20 de março de 1965.

<sup>185</sup> Apesar do nome de Amaury ser escrito com “y”, é mais comum que se encontrem reportagens fazendo referência a “Amauri Monteiro”, mantendo um pequeno erro ortográfico ao trocar a letra “y” por “i”.

“Monteiro”. A mudança de nome após o casamento faz com que muitas mulheres precisem refazer inúmeros documentos com o intuito de evitar problemas burocráticos no futuro. Como associada da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência, Ateneia teve de atualizar seu nome para poder usufruir das estalagens do complexo hospitalar.<sup>186</sup> Desse modo, em 24 de junho de 1967, a lusocarioca refez sua carteira de identificação de sócio, atualizando o nome de Ateneia Maria Feijó Pinto para Ateneia Maria Feijó Monteiro. Apesar do “Maria” ter sido retirado em cartório, por ser nome próprio, a Beneficência não permitiu a mudança, apenas a do sobrenome, pois já havia protocolo para tal.



Imagem 22: Carteira de identificação de sócio de Ateneia Feijó da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência, 1967 (carteira de atualização de nome de Ateneia Maria Feijó Pinto para Ateneia Maria Feijó Monteiro após o casamento com Amaury Borges Monteiro). Acervo familiar.

A atualização de nome na Beneficência Portuguesa foi feita ao fim do primeiro trimestre de gravidez de Ateneia, quando a lusocarioca percebeu que precisava estar com sua documentação hospitalar em dia, pois em breve recorreria ao hospital Visconde de Moraes. Desse modo, em 18 de dezembro de 1967, Ateneia deu à luz a seu único filho, Mário, na maternidade da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência.<sup>187</sup> Ao nascer, em 1943, e dar à luz, em 1967, na Beneficência Portuguesa, Ateneia vivencia o hospital Visconde de Moraes - Clínica de Mulheres da instituição através das duas faces de seu público-alvo: como um bebê recém-nascido e como uma mulher em trabalho de parto. Essa experiência não só testemunha a confiança de décadas que a comunidade lusocarioca depositava na Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de

<sup>186</sup> Carteira de identificação de sócio de Ateneia Feijó da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência, 1967.

<sup>187</sup> Certidão de Nascimento de Mário Feijó Borges Monteiro, Estado da Guanabara, 1967. Acervo familiar.

Beneficência, mas também enuncia a manutenção do vínculo de novas gerações em nascimento com associações de origem portuguesa que dão continuidade a símbolos da identidade lusitana no Rio de Janeiro.

Como terceiro-momento chave que unia a geração de Ateneia Feijó à Beneficência Portuguesa, temos o falecimento do pai de seu filho, Amaury Borges Monteiro, em 1983.<sup>188</sup> Devido ao parentesco com a lusocarioca Ateneia, seu filho e marido também se associaram a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência. Ainda que o casal tenha se desquitado em 1977, Amaury permaneceu sócio do complexo hospitalar. Amaury Monteiro teve um aneurisma cerebral em 1973, foi operado, viveu mais dez anos e, quando o aneurisma estourou de vez em julho de 1983, ele foi levado primeiro para o Lar Fabiano de Cristo e, no dia seguinte, transferido para a Beneficência Portuguesa por decisão de Ateneia. Nos dias que se seguiram, houve um longo plantão, e a família Feijó Pinto estava uma vez mais reunida na Beneficência Portuguesa, se revezando no auxílio ao enfermo. O filho de Amaury e Ateneia aguardou a confirmação da morte do pai em meio aos jardins da Beneficência, a escadaria e a estátua de D. Afonso Henriques.

Quarenta anos depois, em 2023, quando Ateneia Feijó adoeceu, ela lamentou que a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência não existisse mais, pois aquela era uma associação ao qual estava acostumada e que confiava para o cuidado de sua saúde. Quando foi levada para outro hospital para exames (o hospital Quinta D'Or), o primeiro comentário que fez quando ficou a sós com o filho no quarto foi que o lugar “era tão bem iluminado (de luz natural) quanto os quartos da Beneficência”<sup>189</sup>. Em mais de uma ocasião, ela teceu comparações entre aquele lugar e a Beneficência, que tinha feito parte de sua vida em diversos momentos. O fato de a Beneficência Portuguesa estar nos pensamentos da senhora lusocarioca até seus últimos dias de vida demonstra a confiança que as pessoas de sua geração e meio social depositavam na instituição.

As associações lusitanas foram pontos de apoio afetivo e prático de diversas formas durante muitas décadas. Havia um tipo de confiança naquelas instituições que fazia com que a comunidade lusocarioca se sentisse reconhecida e protegida. Cobertura de saúde, por um preço que era considerado justo, fazia (e faz) muita diferença. Atividades sociais e recreativas em clubes mais ou menos perto de casa, onde se comia bem e nunca

---

<sup>188</sup> *Tribuna da Imprensa*, 6 de julho de 1983.

<sup>189</sup> Conversas com Mário Feijó, professor, 56 anos, outubro de 2024.

faltava música, pagando mensalidades razoáveis, formando redes de contatos, trocando cartões, recebendo indicações e recomendações de patrícios em busca de trabalho, este era um contexto em que imigrantes e seus descendentes podiam cooperar entre si.

Em suma, fosse em momentos alegres nos clubes ou em momentos tristes nos hospitais, as famílias lusocariocas cultivavam fortes relações de convivência que, frequentemente, se desdobravam em relações outras, como parcerias comerciais, prestação de serviços, contratação de mão de obra etc. As relações de convivência também podiam se desdobrar em obras de assistência social que socorriam e amparavam pessoas vulneráveis, geralmente mulheres mais velhas e sozinhas. Desse modo, vemos que era uma comunidade que confiava mais em si mesma, na solidariedade dos seus pares, do que nos órgãos de governo.

## 2.2 – Uma casa lusocarioca

“Quatro paredes caiadas  
 Um cheirinho à alecrim  
 Um cacho de uvas doiradas  
 Duas rosas num jardim  
 Um São José de azulejo  
 Mais o Sol da primavera  
 Uma promessa de beijos  
 Dois braços à minha espera  
 É uma casa portuguesa com certeza  
 Lá é com certeza uma casa portuguesa”<sup>190</sup>

A música “Uma Casa Portuguesa”, popularizada pela voz potente de Amália Rodrigues, é uma das canções lusas mais famosas no país por descrever os elementos que, para os compositores, compõem o lar português típico – apesar dessa música não ter sido composta em Portugal, mas sim em Moçambique, antes da guerra popular pela libertação nacional conquistar a independência do país perante o regime neocolonial português. Quando a música chegou em Portugal, ela teve um alcance muito grande por conta da identificação popular com a letra da canção, que evoca tanto representações estéticas, quanto valores culturais, abrangendo desde os azulejos da casa, o zelo com o jardim e a

---

<sup>190</sup> UMA CASA PORTUGUESA. Intérprete: Amália Rodrigues. Compositores: Artur Vaz Da Fonseca, Reinaldo Ferreira, Vasco Sequeira. In: FADO Português. Columbia/VC, 1953.

devoção aos santos católicos, até a simplicidade, a hospitalidade, e a capacidade de encontrar a felicidade nos pequenos acontecimentos do dia a dia.<sup>191</sup>

O impacto da canção foi tão grande que ela acabou por criar o conceito de “casa portuguesa” e suscitou um debate acerca do que seria esta casa. Por um lado, esse debate teve como consequência a apropriação política da canção pela propaganda ditatorial salazarista, que a utilizou com o intuito de disseminar um ideal específico de casa e de família.<sup>192</sup> Por outro lado, a repercussão internacional da música fez com que milhares de portugueses em diáspora, que haviam emigrado para diferentes locais, em diferentes momentos e sob contextos distintos, sentissem saudades de casa. Ou seja, os hábitos e costumes portugueses contidos na letra e nas entrelinhas da canção geraram identificação não só em Portugal, mas também nos milhares de portugueses emigrados pelo mundo que constituíram em diáspora casas lusas que reproduziam, em maior ou menor grau, essas características.

A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro era lar de milhares de casas portuguesas espalhadas pelo município. Uma dessas casas ficava na rua Monte Alegre, 296, Santa Teresa, um bairro no topo do morro com ruas íngremes e sinuosas que lembravam a topografia urbana das principais cidades portuguesas, construídas sobre colinas. Era a casa em que Libânia e António Augusto Feijó moraram nos anos 1940 e 1950 com suas filhas, genros e netos. Considerando a casa portuguesa como um universo simbólico relacionado não apenas à família, mas também à identidade étnica, ela se apresenta como uma possibilidade de pesquisa para o investigador interessado nas experiências sociais e nos hábitos e costumes de seus habitantes.

Quando se mudou aos 24 anos para o Rio de Janeiro, António Augusto Feijó precisava economizar em sua habitação para poder investir o pouco que possuía no ensino de datilografia, de modo que acabou por ir morar numa casa simples no início da subida do morro de Santo Antônio.<sup>193</sup> Conforme seu negócio se consolidava, Feijó buscou melhores acomodações para a sua família no Rio de Janeiro, alugando apartamentos na Lapa, que apesar de serem melhores do que sua primeira moradia, ainda eram próximos da zona de meretrício da região, o que demonstrava que apesar da família estar

---

<sup>191</sup> UMA CASA PORTUGUESA. Intérprete: Amália Rodrigues. Compositores: Artur Vaz Da Fonseca, Reinaldo Ferreira, Vasco Sequeira. In: FADO Português. Columbia/VC, 1953.

<sup>192</sup> MARTINHO, F. P. “O “velho” e o “novo” na canção portuguesa Amália Rodrigues, o fado e o canto de intervenção na Revolução dos Cravos.” In: *Varia História*, v. 39, n. 81, set. 2023.

<sup>193</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar.

ascendendo socialmente, eles ainda não possuíam condições de fixar residência em um local que, segundo os valores burgueses da época, significasse tranquilidade e respeitabilidade. Tal condição só foi alcançada em 1945, mais de trinta anos após a fundação da Escola Velox, quando Feijó comprou um pequeno terreno em Santa Teresa para a construção de um prédio de cinco andares. Já que a topografia de Santa Teresa é muito íngreme, o prédio tinha uma arquitetura singular, de modo que era um apartamento ao nível da rua, um apartamento acima do nível da rua e mais três apartamentos abaixo do nível da rua, acompanhando a encosta do morro e culminando num quintal.<sup>194</sup> O intuito do português era viver com Libânia em um dos apartamentos e alugar os demais, para ter como renda fixa o aluguel desses outros apartamentos. Seguindo a lógica de juventude de economizar com a moradia para investir nos negócios, em vez do proprietário reservar para si o melhor apartamento, Feijó optou por ficar com o menor, três níveis abaixo do nível da rua, de modo que pudesse lucrar mais com os apartamentos maiores e melhores.

A lógica de Feijó era uma estratégia de acumulação de capital a longo prazo, com ênfase permanente no custo baixo. Como outros imigrantes da mesma geração, acreditava que a renda de aluguéis seria a sua aposentadoria. Comprar terrenos para construir ou casas velhas para reformar foi o “plano de previdência” de muitos imigrantes que vislumbravam a segurança do aluguel a receber como uma garantia na velhice. Tanto que, nos discursos antilusitanos estudados por Ribeiro, frequentemente os portugueses apareciam como proprietários de imóveis a explorar seus inquilinos, o que gerava inúmeros embates judiciais entre as partes interessadas.<sup>195</sup>

O que era para ser a moradia de um casal de idosos e um meio de complementar o seu sustento, acabou por se tornar um lugar de memória e de transmissão de saberes como forma de preservação identitária<sup>196</sup>, com o retorno das filhas de António e Libânia para a casa dos pais portugueses. A fotografia abaixo retrata Libânia e António com suas duas filhas, Lydia com o vestido de cor escura e Giselda com o vestido de cor clara, e seus três netos vivos, Celso, Sérgio e Ateneia, no Rio de Janeiro, em agosto de 1943. É uma imagem posada, com o intuito de reunir três gerações diferentes na fotografia, com

---

<sup>194</sup> Conversas com Rogério Feijó, engenheiro, 78 anos, agosto de 2024.

<sup>195</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas: o antilusitanismo na Primeira República*. Niterói: Eduff, 2017.

<sup>196</sup> DIAS, Vanessa Tavares. *Memórias da Casa: Um estudo sobre mulheres imigrantes portuguesas no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado em Antropologia – UFRJ. Rio de Janeiro, 1997.

os avós no centro da imagem segurando os netos enquanto as filhas estão laterais. Os indivíduos estão fora do ambiente de estúdio, de modo que a fotografia foi feita com uma câmera de uso pessoal no ambiente doméstico-familiar. Apesar de estarem todos reunidos no mesmo local, nesse momento cada núcleo familiar morava numa casa distinta.



Imagem 23: Libânia e António com suas filhas e três de seus netos: Ateneia, filha de Giselda, Sérgio, filho de Lydia, e Celso, filho de Lydia, em pé entre os avós. Rio de Janeiro, agosto de 1943

A primeira a retornar ao seio familiar foi Giselda Feijó, no final do ano de 1946. Todavia, três anos antes, em 1943, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a perseguição de Getúlio Vargas a comunidades imigrantes alemães e italianas, seu marido, Antero Pereira Pinto, ficou com receio de que tais medidas pudessem se voltar em algum momento às comunidades imigrantes portuguesas – o que acabou não acontecendo.<sup>197</sup> Nesse ínterim, o pai do duriense, Hermínio Pereira Pinto, adoeceu em Portugal. Perante esse cenário, Antero resolveu aguardar o desfecho do conflito em Portugal – que havia declarado neutralidade durante a guerra –, onde poderia se despedir do pai. Desse modo, o ano de 1944 começou com a viagem marítima de Antero, Giselda e Ateneia, a filha de menos de um ano do casal, para Portugal.

Na viagem, a comida era racionada em pequenas porções individuais, mas os tripulantes acabavam por ceder parte de suas porções para a mãe e a filha, pois a pequena precisava de nutrientes e Giselda ainda estava em período de amamentação. O navio viajava em águas internacionais sob a bandeira de Portugal, o que tornava o navio neutro na guerra. Várias vezes, o periscópio de submarinos alemães aparecia em meio ao oceano, como se estivessem verificando a bandeira do navio antes de atacar. A sensação de medo

---

<sup>197</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos, dezembro de 2022.

e de estar sendo observado o tempo todo eram constante entre os tripulantes, pois nunca se sabia quando alguém que aparentava ser uma freira bondosa era uma espiã alemã disfarçada ou quando um submarino confundiria a bandeira e atacaria o navio.<sup>198</sup>



Imagem 24: Ateneia Maria na neve, Resende, Portugal, inverno de 1944/1945.

Os quase três anos que a família Feijó Pinto morou em Portugal foram alternados entre a cidade do Porto e Resende, a aldeia no Alto Douro Vinhateiro onde moravam os pais de Antero. A fotografia acima retrata Ateneia Maria com quase dois anos de idade na aldeia de seus avós. Por meio das roupas improvisadas da menina, percebe-se que ela pertencia a uma família de camponeses que faziam o possível para sobreviver ao inverno.

A primeira infância é crucial para o desenvolvimento humano, pois é o momento de maior expansão do cérebro, de modo que o ambiente o qual as pessoas são expostas e as experiências as quais elas vivenciam nessa fase de tornam elementos estruturantes da sua subjetividade e do seu entendimento de mundo. Nesse período em que a família passou em Portugal, a menina aprendeu a falar com os lavradores da aldeia, a pensar como uma criança do Norte de Portugal e a interagir com o mundo a partir da lógica duriense. Ao retornar para o Brasil, esses modos lusitanos entraram em contato com os modos cariocas, gerando uma síntese entre essas duas realidades.<sup>199</sup>

Em 1946, após o fim da guerra e o falecimento do pai de Antero, a família Feijó Pinto retornou para o Brasil, partindo do porto de Lisboa. No retorno, o núcleo familiar

---

<sup>198</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos, dezembro de 2022.

<sup>199</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos, dezembro de 2022.

vem com uma nova adição: o caçula Rogério, nascido em 1945 na cidade do Porto. Na fotografia abaixo, a mãe exhibe orgulhosamente os dois filhos enquanto está prestes a retornar à sua terra natal: o Rio de Janeiro. A tia das crianças estava no cais do porto carioca à espera do desembarque dos parentes.<sup>200</sup>



Imagem 25: Giselda com seus filhos, Ateneia e Rogério, a bordo do navio para retornar ao Brasil. Portugal, outubro de 1946.

A ocasião coincidiu com um dos apartamentos de Feijó em Santa Teresa ficando vazio, de modo que o núcleo familiar da filha mais velha foi morar lá. Em 1947 foi a vez da filha mais nova, Lydia Feijó, retornar a morar com os pais após ela e o marido serem despejados da casa anterior em que viviam. António Feijó construiu um quarto fora do prédio, uma espécie de puxadinho na área cimentada antes do jardim, para comportar a vinda de Lydia, do marido e dos dois filhos do casal. Foi a partir desse momento de união dos núcleos familiares em Santa Teresa que aquilo que era para ser moradia de um casal de idosos e meio de complementar o sustento acabou por se tornar um lugar de transmissão de saberes, uma forma de preservação identitária.

Em “Uma Casa Portuguesa”, alguns dos elementos que se destacam é a evocação do pão e do vinho sobre a mesa, do cheiro de alecrim, do caldo verde quentinho a fumar na tigela e das rosas cultivadas no jardim.<sup>201</sup> Essa imagem mental remete tanto a hábitos e práticas culinárias, como também ao zelo em cultivar plantas no jardim. Na casa de Santa Teresa havia um quintal ao nível do solo, onde António Feijó plantava árvores

<sup>200</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar.

<sup>201</sup> UMA CASA PORTUGUESA. Intérprete: Amália Rodrigues. Compositores: Artur Vaz Da Fonseca, Reinaldo Ferreira, Vasco Sequeira. In: FADO Português. Columbia/VC, 1953.

frutíferas, legumes e verduras, cultivando o que lhe apetecia, como mamão, couve, alface, pimentão, entre outros bens alimentícios.<sup>202</sup> Esse hábito de Feijó de utilizar o quintal como espaço para manter uma hortinha era muito característico das casas portuguesas. Para Matos, numa casa portuguesa, a horta era fundamental não só como um espaço de reprodução de tradições, pois lá eram plantados os produtos que seriam postos à mesa, mas também por conta de seu objetivo de produção doméstica de alimentos, a qual complementava estrategicamente o cardápio cotidiano e poderia possibilitar um ganho extra com a venda dos excedentes.<sup>203</sup> Essa prática se manteve nas casas posteriores que Antero teve, chegando a plantar coqueiros, cajueiros, limoeiros, tangerineiras e oliveiras, além de sempre manter uma horta com alface e cenoura e cultivar inúmeras espécies de flores.

Para além do cultivo de bens alimentícios, uma prática muito forte era o cuidado com as plantas sem finalidade alimentícia. Enquanto entrevistava imigrantes portuguesas no Rio de Janeiro para sua dissertação de mestrado<sup>204</sup>, a antropóloga Vanessa Dias percebeu que grande parte das senhoras entrevistadas reservava um tempo da sessão para mostrar a pesquisadora o zelo, o cuidado e o capricho com que cada uma delas cultivava suas plantas, seja na varanda ou no parapeito da janela. Esse detalhe se tornou para a antropóloga um dado instigante a ser investigado.<sup>205</sup> Dias percebeu que as imigrantes portuguesas que participaram da pesquisa não só se orgulhavam de suas plantinhas, mas também queriam ensinar para ela como cuidar das plantas mais delicadas, qual a quantidade de água e nutrientes eram necessárias para cada planta e quais eram as espécies que poderiam ficar mais expostas ao Sol e quais preferiam a sombra.

A origem rural de grande parte daqueles que imigraram para o Rio de Janeiro novecentista<sup>206</sup> pode explicar o profundo conhecimento de espécies vegetais e suas características, além da necessidade de se manter contato com a terra, que marcava a população lusocarioca. Esse zelo não se reduz às entrevistadas de Dias e estava presente

---

<sup>202</sup> Conversas com Rogério Feijó, engenheiro, 78 anos, agosto de 2024.

<sup>203</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. “Posta à mesa: mulher, memória e tradição”. In: MENEZES, Lená Medeiros de. MATOS, Maria Izilda Santos de. *Gênero e imigração: Mulheres portuguesas em foco (Rio de Janeiro e São Paulo – XIX e XX)*. São Paulo: e-Manuscrito, 2017.

<sup>204</sup> DIAS, Vanessa Tavares. *Memórias da Casa: Um estudo sobre mulheres imigrantes portuguesas no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado em Antropologia – UFRJ. Rio de Janeiro, 1997.

<sup>205</sup> DIAS, Vanessa Tavares. *Memórias da Casa: Um estudo sobre mulheres imigrantes portuguesas no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado em Antropologia – UFRJ. Rio de Janeiro, 1997.

<sup>206</sup> PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração: 1850 a 1930*. Lisboa: A regra do Jogo, 1981.

na casa portuguesa dos Feijó Pinto, em Santa Teresa. A força dessa prática nas casas portuguesas se manifesta quando, décadas depois do quintal de António e da horta de Antero deixarem de existir, as plantinhas das casas de Ateneia e Rogério ainda possuem grande valor, sendo regadas e cuidadas com zelo e exibidas com orgulho aos visitantes.

Na casa portuguesa de Santa Teresa, era António Feijó quem cuidava do terreno, pegava a enxada, capinava o terreno e resolvia tudo o que precisava resolver em relação à burocracia, à infraestrutura e à convivência social do prédio construído.<sup>207</sup> Desse modo, vemos que o proprietário do empreendimento não terceirizava as ações a serem feitas, mas fazia com suas próprias mãos, economizando onde fosse possível, ainda que isso significasse que o burguês passaria o dia com a enxada capinando o terreno. Cenário incomum nos tempos de hoje.

Enquanto isso, Libânia criava no quintal galinhas, patos e coelhos, assim sendo, os animais eram uma forma de complementar o cardápio cotidiano.<sup>208</sup> Libânia gostava muito de suas galinhas, de modo que o cuidado da avó com os animais fazia parte das lembranças mais marcantes das crianças sobre a casa portuguesa de Santa Teresa. Tais lembranças se refletem quando, já mais velha, Ateneia costumava se recordar da vez que seu primo Celso viu os patinhos aprendendo a nadar e achou que os pintinhos eram medrosos e levou os outros filhotes para o laguinho do quintal para estimulá-los a nadar, de modo que Libânia precisou deixar a cozinha correndo e salvar todos os seus pintinhos de morrerem afogados.<sup>209</sup> Outra das memórias sobre a avó que Ateneia evocava com frequência consistia na vez que um gavião foi atacar as galinhas de Libânia no quintal e a avó matou o animal com um único tiro de pistola, estando na janela da casa e quase cega de um olho.<sup>210</sup>

Remetendo às práticas culinárias evocadas por “Uma Casa Portuguesa”, o espaço da cozinha, os hábitos durante as refeições e as receitas preparadas possuíam uma enorme centralidade na dinâmica familiar de Santa Teresa. Tal centralidade dava-se pois a mesa não servia apenas para comer, mas também era um espaço de conversa e de sociabilidade,

---

<sup>207</sup> Conversas com Rogério Feijó, engenheiro, 78 anos, agosto de 2024.

<sup>208</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. “Posta à mesa: mulher, memória e tradição”. In: MENEZES, Lená Medeiros de. MATOS, Maria Izilda Santos de. *Gênero e imigração: Mulheres portuguesas em foco (Rio de Janeiro e São Paulo – XIX e XX)*. São Paulo: e-Manuscrito, 2017.

<sup>209</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos, dezembro de 2022.

<sup>210</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos, dezembro de 2022.

onde comungava-se sonhos, memórias, valores, ideias e opiniões.<sup>211</sup> Acerca dos hábitos durante as refeições, António Feijó era um homem muito severo. Para o português, a refeição só começava quando todos estavam sentados na mesa e só se poderia levantar depois que todos já haviam acabado de comer.<sup>212</sup> Esse costume tinha o intuito de garantir a sincronia da coletividade familiar, reforçando a mesa como um espaço de sociabilidade que fortalecia laços de amizade e familiares e enfatizava pertencimentos e a importância de hierarquias e horários.

Comer em família é um ritual. Cozinhar é uma prática que também pode ser ritualizada. Em diáspora, a cozinha possibilita o reconhecimento entre os membros de um grupo, através do uso de ingredientes e procedimentos.<sup>213</sup> Libânia cozinhava muito bem e preparava massas e pastéis. Desse modo, ela se responsabilizava pelas refeições em datas especiais, como a Páscoa e o Natal, quando era auxiliada pelas filhas. Já a comida do dia a dia era atribuição de Giselda.<sup>214</sup> Na casa lusocarioca o que predominava era a proibição do desperdício, fosse a receita brasileira ou portuguesa, o que sempre exigia criatividade com as sobras; a mesma criatividade a ser empregada para preparar receitas portuguesas com os ingredientes disponíveis em terras brasileiras. Como a necessidade é a mãe da invenção, Giselda reinventava tradições e hábitos culturais portugueses, por mais que se esforçasse para seguir um modo de preparo típico do Douro ou do Minho.

Giselda gostava de tradições, mas costumava dizer para o neto que “a tradição só se mantém pela renovação”<sup>215</sup>. Talvez tenha aprendido isso na cozinha, onde gostava de conversar. Contudo, por mais que fosse aberta a inovações e adaptações, sabia o quanto a família era apegada a certos ingredientes e formas de preparo. Por exemplo, o uso generoso do azeite era rotina para o preparo dos alimentos e durante as refeições.

Antes do prato principal, sempre havia uma sopa como entrada, como canja de galinha, sopa de legumes, ou, como diz a canção, “um caldo verde verdinho a fumegar na

---

<sup>211</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. “Posta à mesa: mulher, memória e tradição”. In: MENEZES, Lená Medeiros de. MATOS, Maria Izilda Santos de. *Gênero e imigração: Mulheres portuguesas em foco (Rio de Janeiro e São Paulo – XIX e XX)*. São Paulo: e-Manuscrito, 2017.

<sup>212</sup> Conversas com Rogério Feijó, engenheiro, 78 anos, agosto de 2024.

<sup>213</sup> MATOS, Maria Izilda. “Alimentando o coração: memória e tradição das mulheres imigrantes portuguesas – São Paulo (1900-1950)” In: SOUSA, Fernando de. MARTINS, Ismênia de Lima. MENEZES, Lená Medeiros de. MATOS, Izilda. ARRUDA, Jobson. SARGES, Nazaré. FERLINI, Vera. (coordenação). *Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. CEPES / Edições Afrontamento: Porto, 2014

<sup>214</sup> Conversas com Rogério Feijó, engenheiro, 78 anos, agosto de 2024.

<sup>215</sup> Conversas com Mário Feijó, professor, 56 anos, outubro de 2024.

tigela”.<sup>216</sup> A ordem entre os pratos era rigorosamente respeitada. Arroz e batata estavam sempre presentes, mas sempre de formas diferentes, conjugados com os demais ingredientes que havia na casa (arroz de brócolis, arroz de tomate, arroz de cenoura). Recorrentemente, os grãos, os legumes e as verduras adornavam parte significativa do prato, como as favas, as couves, o brócolis e o grão de bico. Os cozidos e os assados predominavam em detrimento da fritura. A dificuldade de acesso à carne vermelha em Portugal fez com que se destacasse o cozimento de peixes em sua culinária. O costume de alimentar-se de peixes em suas mais diversas formas, desde bolinhos de bacalhau e sardinhas enlatadas até as espécies maiores cozidas e assadas, estava presente nas casas portuguesas em diáspora. A culinária portuguesa levava pouco sal e pouco condimento. Como sobremesa, comia-se frutas e de vez em quando arroz doce e pudim. O importante era que não houvesse desperdício e todos os ingredientes fossem aproveitados, sem cair na mesmice.<sup>217</sup>

Para famílias em diáspora, o culto à tradição possível (os limites são dados pelo contexto ao redor) é afirmação cotidiana de origens e identidades. Essas tradições são construções que foram feitas como forma de se lidar com a saudade da terra ancestral, para legitimar o sentimento de pertença a um povo e como forma de consolidar valores importantes para a coesão de um grupo social. Para Hobsbawm, tradições podem ser práticas ou rituais que se apresentam como antigos embora, na verdade, tenham sido criados ou recriados em períodos recentes.<sup>218</sup> Tais tradições reivindicam continuidade com o passado quando seu propósito é responder a demandas urgentes geradas por mudanças rápidas na sociedade. Inventar/reinventar tradições é uma maneira de ter previsibilidade e estabilidade. Para lusocariocas, por exemplo, práticas sociais como música, dança e culinária eram refúgios. Precisavam cultivar uma vivência lusitana quando estavam no Rio de Janeiro, assim como precisavam da cultura carioca quando estavam em Portugal.

Numa casa portuguesa, a tradição natalina significava ficar em família, comer as tradicionais rabanadas ao vinho do porto. Diferentemente do que era o padrão nas casas brasileiras, onde a rabanada costumava ser frita e muito adocicada, em casas portuguesas como a de Libânia a rabanada costumava ser assada no forno e finalizada com uma calda

---

<sup>216</sup> UMA CASA PORTUGUESA. Intérprete: Amália Rodrigues. Compositores: Artur Vaz Da Fonseca, Reinaldo Ferreira, Vasco Sequeira. In: FADO Português. Columbia/VC, 1953.

<sup>217</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos, dezembro de 2022.

<sup>218</sup> HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

de vinho tinto, e um pouco de mel. Este modo de preparo era replicado por Lydia e Giselda, que todo fim de ano davam continuidade à tradição familiar.<sup>219</sup> Para o almoço do dia 25, a família Feijó mandava assar um cabrito na padaria. Esta refeição era mais importante do que o jantar do dia 24, pois era quando as crianças abriam seus presentes.<sup>220</sup> No ano novo, predominava o consumo de animais que ciscavam para frente, como o leitão.<sup>221</sup> Acreditava-se que consumir animais que ciscavam para trás no réveillon traria azar para o ano que estava por vir.<sup>222</sup>

Nas casas portuguesas, a rotina costumava ser valorizada, assim como a disciplina era valorizada no ambiente profissional. Deste modo, as refeições e seus horários deviam ser rigorosamente respeitados.<sup>223</sup> Datas comemorativas e ritos de passagem também tinham grande prestígio. Nesse sentido, António Feijó dava muito valor a aniversários e datas comemorativas. Esse valor era representado quando, em datas especiais, dava-se presentes de maior valor. No aniversário de 15 anos da neta Ateneia, seu avô António a presenteou com um colar folheado a ouro português com um nó de marinheiro no centro, representando confiança, segurança e fidelidade.<sup>224</sup> Quando ela atingiu a maioridade, Ateneia recebeu do avô um anel com uma pedra de água-marinha, identificada não só como regente do signo de Peixes, mas também significava coragem, calma e serenidade. No aniversário de 15 anos do neto Rogério, seu avô António o presenteou com um relógio, que representava crescimento, independência e proximidade com a vida profissional.<sup>225</sup> Esses presentes do avô são exemplos de como os membros mais velhos de famílias imigrantes portuguesas valorizavam os rituais de passagem, como aniversários, dos membros mais novos.

Em “Uma Casa Portuguesa”, um elemento que se destaca na caracterização da casa é “um São José de azulejo”<sup>226</sup>. Por um lado, essa caracterização remete à decoração da casa. Na casa portuguesa de Santa Teresa, a parede da sala era adornada por vários azulejos portugueses, além de pratos decorativos que remetiam a padrões de estampa

---

<sup>219</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar.

<sup>220</sup> Conversas com Rogério Feijó, engenheiro, 78 anos, agosto de 2024.

<sup>221</sup> Conversas com Rogério Feijó, engenheiro, 78 anos, agosto de 2024.

<sup>222</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos, dezembro de 2022.

<sup>223</sup> Conversas com Rogério Feijó, engenheiro, 78 anos, agosto de 2024.

<sup>224</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos, dezembro de 2022.

<sup>225</sup> Conversas com Rogério Feijó, engenheiro, 78 anos, agosto de 2024.

<sup>226</sup> UMA CASA PORTUGUESA. Intérprete: Amália Rodrigues. Compositores: Artur Vaz Da Fonseca, Reinaldo Ferreira, Vasco Sequeira. In: FADO Português. Columbia/VC, 1953.

lusos ou reproduziam cenários da outra margem do Atlântico.<sup>227</sup> Por outro lado, essa caracterização remete a forte presença do catolicismo no modo de ser português. A devoção dos portugueses, incluindo os emigrados, aos santos católicos é muito forte e manifesta a crença popular de que a devoção a um santo faz com que ele interceda por quem reze para ele.

Na casa lusocarioca de Santa Teresa, a família Feijó não era muito religiosa, especialmente os homens. Ainda assim, António Augusto Feijó tinha muita fé em Santa Maria Adelaide, conhecida apenas como Santinha do Arcozelo e ainda não canonizada oficialmente pela Igreja Católica, e distribuía moedas aos pobres em nome da Santa.<sup>228</sup> Já sua filha Giselda era muito devota de Nossa Senhora de Fátima e Nossa Senhora da Glória, tanto que havia duas lamparinas na casa adornadas com referências às duas aparições de Nossa Senhora. Enquanto a de Fátima estava sempre acesa, a da Glória era acesa de vez em quando.<sup>229</sup> A devoção a Nossa Senhora da Glória era fruto do período em que Giselda tentava engravidar e tinha dificuldades, de modo que ela rezava para a Santa por sua intercessão. Seu primeiro filho, Milton Hermínio, nasceu dia 15 de agosto, dia de Nossa Senhora da Glória.<sup>230</sup> Desse modo, a constituição de sua família era vista pela lusocarioca como resultado de sua fé na Virgem Maria.

Lydia Feijó considerava que a viagem mais importante que fez enquanto morava em Portugal na juventude foi a peregrinação que a família fez a Fátima em 13 de maio de 1927, apenas dez anos após a aparição da Santa para os três pastorinhos. Aos oito anos e meio, a menina se impressionou com multidão de pessoas e a procissão de velas que iluminava a escuridão do céu noturno.<sup>231</sup> As memórias de Lydia evocam o culto a Nossa Senhora de Fátima como um fenômeno muito curioso por ser ponto de diálogo entre a tradicionalidade religiosa portuguesa (marcada pela festa total, romarias, peregrinações e promessas, além da valorização do sagrado feminino, protetor e materno) e o contato com

---

<sup>227</sup> Conversas com Rogério Feijó, engenheiro, 78 anos, agosto de 2024.

<sup>228</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar. p. 24

<sup>229</sup> Conversas com Rogério Feijó, engenheiro, 78 anos, agosto de 2024.

<sup>230</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar.

<sup>231</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar. p.23 e p.24

o novo (devoção silenciosa individual e proibição da venda de comida, bebida e foguetes, além de outras manifestações festivas que marcavam a devoção religiosa popular).<sup>232</sup>

Enquanto a fé em Nossa Senhora da Glória era uma devoção muito própria de Giselda Feijó, a fé em Nossa Senhora de Fátima é um fator de agregação fundamental entre os imigrantes portugueses em diáspora.<sup>233</sup> O culto a Nossa Senhora de Fátima tornou-se uma forma dos portugueses e seus descendentes reconhecerem-se mutuamente como oriundos de uma cultura comum no ambiente carioca. A maioria dos imigrantes lusos provinha dos meios rurais portugueses, nos quais a aparição de Nossa Senhora de Fátima não era algo historicamente distante, mas algo próximo, vivo, que poderia ter acontecido a qualquer criança camponesa portuguesa da época. Ter uma imagem de Nossa Senhora de Fátima em casa, ainda que em diáspora, significava pertencer a uma identidade religiosa comum, que nem mesmo o oceano Atlântico seria capaz de dissipar.

Na casa lusocarioca de Santa Teresa, havia uma enorme estatueta de Nossa Senhora de Fátima dentro de uma redoma de vidro para receber as preces da família. Giselda Feijó acendia todos os dias velas para Nossa Senhora de Fátima e nunca deixava de ir à missa nos dias 13 de maio.<sup>234</sup> A devoção da família à Nossa Senhora de Fátima foi reforçada quando a Santa foi escolhida como madrinha de Ateneia Feijó. Quando a menina nasceu, ela foi nomeada em homenagem a Atena, deusa grega da sabedoria. Todavia, quando foram batizá-la, o padre se recusou a realizar tal tarefa porque era o nome de uma entidade pagã. Para convencer o padre a batizar a filha, Giselda adicionou o nome de Maria à criança – ficando Ateneia Maria – e consagrou a menina à Nossa Senhora de Fátima, de modo que o nome da Santa aparece na certidão de batismo como madrinha da criança, apesar da mãe ter segurado o bebê durante a cerimônia.<sup>235</sup> Entretanto, quando cresceu, a jovem carioca acabou por se tornar devota de São Benedito.

---

<sup>232</sup> TEIXEIRA, Alfredo. “Fátima – um laboratório da modernidade religiosa.” In: RIBEIRO, Antônio Lopes. MARTINS, Paulo Cezar Borges. DA SILVA, Sandra Célia Coelho G. (org) *Diversidade religiosa no Brasil Contemporâneo*. Goiânia: Kelps, 2018.

<sup>233</sup> LOPES, Policarpo. *Signification de Fatima dans une situation d'émigration*. Albufeira: edit. Poseidon. 1992.

<sup>234</sup> Conversas com Rogério Feijó, engenheiro, 78 anos, agosto de 2024.

<sup>235</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos, dezembro de 2022.



Imagem 26: Primeira Eucaristia de Ateneia Maria. Rio de Janeiro, década de 1950.  
Acervo familiar.

A imagem acima retrata Ateneia Maria na altura de sua Primeira Eucaristia. Na fotografia, Ateneia segura em suas mãos o catecismo católico e o terço, enquanto vestia um vestido branco e véu, que representava a pureza e a inocência das crianças. O que chama atenção na fotografia é a semelhança das vestes da menina com um vestido de noiva. O uso dessas vestimentas tinha o intuito de reforçar o sacramento da Eucaristia como um compromisso que unia a menina a Cristo e à fé católica.

Por sua falta de escolaridade, Libânia não lia, mas os demais membros da família liam muito. António gostava dos clássicos portugueses e dos romances realistas de Eça de Queirós. No sótão da casa de Areosa, António escondia um exemplar de *O crime do padre Amaro*, um romance que denunciava a religiosidade exacerbada dos portugueses do interior e a hipocrisia dos membros do baixo clero por meio de uma narrativa em que um jovem pároco seduzia uma moça da cidade e o resultado da paixão seria a morte da menina e a desestruturação de sua família. Para além da crítica social, o romance continha detalhes de como o padre Amaro seduzia a jovem Amélia na sacristia, de modo que Feijó escondia o livro para que suas filhas adolescentes não lessem essas passagens – o que de nada adiantava, pois quando António ia para o Rio de Janeiro, Giselda subia até o sótão para ler o exemplar às escondidas.<sup>236</sup> A desconfiança em relação aos membros do baixo clero provocada por Eça de Queirós se manifestava quando António visitava a capela em que se encontrava Santa Maria Adelaide e dava o dinheiro destinado ao dízimo

---

<sup>236</sup> Conversas com Rogério Feijó, engenheiro, 78 anos, agosto de 2024.

diretamente aos pobres da região, e não aos padres, pois o português desconfiava que eles o utilizariam em proveito próprio.<sup>237</sup> Já em Giselda, essa desconfiança se manifestava quando a lusocarioca comungava, mas não se confessava, pois ela compreendia a confissão como uma forma dos padres saberem as fragilidades e os defeitos dos fiéis, enquanto o perdão divino poderia ser obtido através da oração, do arrependimento sincero e de ações que reparassem os erros cometidos.<sup>238</sup>

A educação musical, o hábito de leitura, a norma culta da língua e o conhecimento matemático eram muito valorizados na casa portuguesa de Santa Teresa. Para se trabalhar no comércio, empreender e conseguir bom emprego, era preciso falar corretamente e saber fazer as quatro operações matemáticas, de modo que Celso, Sérgio, Ateneia e Rogério eram cobrados a desenvolver tais habilidades. As crianças liam H.G. Wells e Monteiro Lobato<sup>239</sup>, mas o incentivo para a leitura vinha dos adultos da família. Antero se dedicava à leitura de almanaques, enquanto Giselda preferia os livros de M. Delly da coleção Biblioteca das Moças.<sup>240</sup> Já Lydia lia romances de capa e espada, histórias policiais de Sherlock Holmes e contos de Edgar Allan Poe.<sup>241</sup>

Sobre a educação musical, o piano era tido como o instrumento ideal para as meninas aprenderem por desenvolver a sensibilidade musical e a graciosidade dos movimentos, ao mesmo tempo em que estimulava a agilidade e o pensamento rápido. Como reflexo da popularização do piano em famílias de classe média, na adolescência das filhas, António Feijó alugou um piano para que as meninas aprendessem a tocar o instrumento. Giselda frequentava as aulas e Lydia aprendia em casa com as lições que a irmã trazia para estudar.<sup>242</sup> Na vida adulta, Giselda já era uma exímia pianista, de modo que a trilha sonora da casa portuguesa de Santa Teresa eram as canções que ela tocava no piano. A importância da educação musical era tamanha que Giselda fez sua filha Ateneia estudar muitos anos de piano e desejava que seu filho Rogério aprendesse acordeom, porém o caçula não quis. No lar lusocarioca de Giselda conviviam com o mesmo destaque dois tipos de música: canções populares portuguesas e brasileiras.<sup>243</sup>

---

<sup>237</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar. p.24

<sup>238</sup> Conversas com Rogério Feijó, engenheiro, 78 anos, agosto de 2024.

<sup>239</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos, dezembro de 2022.

<sup>240</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos, dezembro de 2022.

<sup>241</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar. p. 37.

<sup>242</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar. p. 30.

<sup>243</sup> Conversas com Rogério Feijó, engenheiro, 78 anos, agosto de 2024.

Por um lado, o circuito de produção, difusão e consumo de música popular no Rio de Janeiro estimulava o mercado de partituras musicais; aquelas mais divulgadas pela indústria fonográfica vendiam mais. Desse modo, por ser uma ouvinte assídua de choro e samba-canção, estes eram os gêneros cujas partituras eram mais compradas por Giselda e, conseqüentemente, mais reproduzidos na casa portuguesa. Para Ateneia, o que mais a impressionava no talento musical da mãe era a sua capacidade de tocar *Tico-tico no Fubá* no piano.<sup>244</sup> Esta canção é muito rápida, cheia de acidentes musicais (bemóis, bequardos e sustenidos) e marcada pela síncope. O ritmo sincopado é de difícil execução, mas remete às origens africanas da música brasileira. Assim sendo, ao ser uma consumidora do mercado de partituras brasileiras e saber executar com perfeição a síncope no piano, Giselda reforçava seus laços com o hibridismo musical carioca.

Por outro lado, o que mais impressionava Rogério no talento musical da mãe era a sua capacidade de tirar muitas melodias portuguesas de ouvido.<sup>245</sup> Na ausência de partituras de canções lusas à venda, Giselda experimentava as notas no teclado até encontrar a melodia que desejava, de modo que a casa portuguesa de Santa Teresa era um espaço de reprodução de músicas de origem lusitana, principalmente de fados. Dentre as melodias lusas mais tocadas por Giselda estavam aquelas interpretadas por Amália Rodrigues, como “Coimbra”<sup>246</sup> e “Uma Casa Portuguesa”<sup>247</sup>. Na casa lusocarioca, havia vários discos de corridinho (um gênero musical português) e do cantor luso Francisco José, conhecido por interpretar “Olhos Castanhos”.<sup>248</sup>

---

<sup>244</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos, dezembro de 2022.

<sup>245</sup> Conversas com Rogério Feijó, engenheiro, 78 anos, agosto de 2024.

<sup>246</sup> Coimbra é uma lição / De sonho e tradição / O lente é uma canção / E a lua a faculdade / O livro é uma mulher / Só passa quem souber / E aprende-se a dizer saudade / Coimbra do choupal / Ainda és capital / Do amor em Portugal, ainda / Coimbra onde uma vez / Com lágrimas se fez / A história dessa Inês tão linda / Coimbra das canções / Tão meiga que nos põe / Os nossos corações, à luz / Coimbra dos doutores / Pra nós os seus cantores / A fonte dos amores és tu.

<sup>247</sup> Numa casa portuguesa fica bem / Pão e vinho sobre a mesa / E se à porta humildemente bate alguém / Senta-se à mesa com a gente / Fica bem essa franqueza fica bem / Que o povo nunca a desmente / A alegria da pobreza / Está nesta grande riqueza / De dar e ficar contente / Quatro paredes caiadas / Um cheirinho à alecrim / Um cacho de uvas doiradas / Duas rosas num jardim / Um São José de azulejo / Mais o Sol da primavera / Uma promessa de beijos / Dois braços à minha espera / É uma casa portuguesa com certeza / Lá é com certeza uma casa portuguesa / No conforto pobrezinho do meu lar / Há fartura de carinho / E a cortina da janela e o luar / Mais o sol que bate nela / Basta pouco pouquinho pra alegrar / Uma existência singela / É só amor pão e vinho / E um caldo verde verdinho / A fumar na tigela / Quatro paredes caiadas / Um cheirinho à alecrim / Um cacho de uvas doiradas / Duas rosas num jardim / Um São José de azulejo / Mais o Sol da primavera / Uma promessa de beijos / Dois braços à minha espera / É uma casa portuguesa com certeza / É com certeza uma casa portuguesa.

<sup>248</sup> Teus olhos castanhos / De encantos tamanhos / São pecados meus / São estrelas fulgentes / Brilhantes, luzentes / Caídas dos céus / Teus olhos risonhos / São mundos, são sonhos / São a minha cruz / Teus olhos castanhos / De encantos tamanhos / São raios de luz.

Desse modo, ao conciliar as partituras brasileiras com as melodias lusas, o piano era um elemento que sintetizava aquela identidade lusocarioca, ao reproduzir heranças antigas e abraçar tradições em construção.



Imagem 27: Os primos Celso, Sérgio, Ateneia e Rogério. Santa Teresa, Rio de Janeiro, 1947.

A casa dos Feijó era dividida em duas esferas que se encontravam em momentos específicos, como o horário das refeições. Estas duas esferas eram: o mundo dos adultos e o mundo das crianças. A fotografia de cima retrata as quatro crianças da casa, as quais conviviam mais entre si e passavam o dia brincando no quintal, de bola e velocípede, ou na rua de carrinho de rolimã. O que predominavam eram brincadeiras tidas como “masculinas”, em detrimento das brincadeiras tidas como “femininas”, de modo que a única menina precisava se adequar. Diferentemente dos meninos, Ateneia era cobrada para cuidar de si e de seu irmão, arrumando a cama de Rogério e os demais objetos do rapaz. Já os homens adultos da família passavam o dia fora de casa, trabalhando. As mulheres também saíam para trabalhar na Escola Velox ou nos estabelecimentos comerciais de seus maridos, mas nos dias em que permaneciam em casa, interagiam entre si. A cumplicidade feminina de Libânia, Giselda e Lydia aparecia nas memórias de Ateneia quando a lusocarioca relembrava as três se reunindo mensalmente no quintal para passar toalhinhas brancas que desapareciam da vista de todos por um mês até voltarem ao mesmo ritual no mês seguinte.<sup>249</sup> Quando Ateneia perguntava para a mãe, para a avó e para a tia para que serviam tais toalhinhas misteriosas, as três apenas se entreolhavam e riam na cara da criança, sem explicar para a menina o propósito delas.

---

<sup>249</sup> Conversas com Ateneia Feijó, jornalista, 79 anos, dezembro de 2022.

Pensar sobre a casa da família Feijó em Santa Teresa, mais do que contar pequenas anedotas de hábitos familiares, nos leva a refletir acerca do quanto o passado migratório português influenciava no modo de agir e ser dos lusocariocas na sociedade. Para Rogério, a casa portuguesa não é sobre grandes características étnicas, mas sobre pequenos hábitos cotidianos que reforçavam aos jovens cariocas que suas origens estavam no meio rural português.<sup>250</sup> Para o menino – nascido na cidade do Porto e criado no Rio de Janeiro – ser português não o tornava diferente das demais crianças de sua rua, pois os demais meninos com quem ele brincava, em sua maioria, também eram filhos ou netos de imigrantes, fossem eles espanhóis, italianos ou libaneses.

Já Ateneia – nascida no Rio de Janeiro, mas que passou sua primeira infância em Portugal – sentiu a diferença entre ser portuguesa e ser brasileira. Quando foi morar com os avós em Santa Teresa, todas as suas memórias prévias eram de Portugal, onde ela aprendera a se comportar, a se comunicar, a pensar e a interagir com o mundo ao seu redor. O seu modo lusitano de falar, seus trejeitos durienses, sua dificuldade em compreender expressões e a linguagem conotativa brasileira, fez com que a menina sofresse um pouco de bullying das crianças da vizinhança para se adaptar ao meio carioca – um reflexo infantil do antilusitanismo vigente na sociedade brasileira da época. Como consequência dessa inibição, Ateneia e Rogério passaram a falar à moda lusitana apenas dentro de casa, tradando-se uns aos outros por “tu” e conjugando os verbos na segunda pessoa. Fora de casa, buscavam ser o mais carioca possível.

Outra consequência da convivência da menina com o antilusitanismo se deu em sua escolha de vida profissional e afetiva: ao tornar-se uma jornalista disposta a viajar pelo interior do Brasil nas décadas de 1970 e 1980 para escrever reportagens que apresentassem o Brasil aos brasileiros,<sup>251</sup> ela reforçava sua identidade brasileira em detrimento da portuguesa; e ao constituir família com Amaury Monteiro (1932-1983), um

---

<sup>250</sup> Conversas com Rogério Feijó, engenheiro, 78 anos, agosto de 2024.

<sup>251</sup> Na década de 1970, era raro ver jornalistas na Amazônia, quanto mais uma que se dedicava fervorosamente à causa indígena, produzindo reportagens regularmente sobre os riscos que os planos de exploração econômica da região ofereciam para populações como os Yanomamis ou os Waimiri Atroari. Mesmo assim, a jornalista Ateneia Feijó fazia questão de estar lá. Em 1976, quando esteve pela primeira vez entre os Yanomamis, o único fotógrafo que aceitou os riscos de acompanhá-la foi José Moure, português e morador do bairro carioca de Santa Teresa. A cooperação lusocarioca estava pronta para trabalhar no Rio de Janeiro ou em Roraima. A dupla repórter-fotógrafo formada por Ateneia Feijó e José Moure nos leva a refletir que muitas das crianças lusocariocas que se conheceram nas comunidades portuguesas do Rio de Janeiro tenham levado para a vida profissional, mesmo em ramos como o jornalismo, os laços de confiança mútua formados por essas comunidades.

Ver a reportagem que Ateneia Feijó produziu para a *Revista Geográfica Universal*, em março de 1990, disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/YAD00497.pdf>

homem “mulato” – termo com o qual ele se identificava em meados do século XX – e suburbano, que levava consigo uma pulseira de contas do candomblé e passava seu tempo livre na quadra da Mangueira<sup>252</sup>, ela afastava seus descendentes dos estereótipos portugueses e os aproximava da imagem que se construía do cidadão carioca.

No ambiente doméstico, as tradições portuguesas eram recriadas em terras brasileiras. O modo lusitano de falar e de se vestir, a rotina, os horários, os valores, os hábitos alimentares, os produtos culturais consumidos, os livros lidos, a forma de demonstrar sua religiosidade e as pressões sociais precisavam ser repensadas para se adequar ao meio onde se vivia, que era a cidade do Rio de Janeiro. A casa em que Libânia morava com seu marido, filhas, genros e netos, não escapou desse processo. Seja preparando as refeições, seja educando as crianças, as mulheres lusas tiveram um papel central elaborando uma identidade portuguesa no Rio de Janeiro, conciliando costumes distintos e criando o novo a partir de bases antigas e já conhecidas.

\*\*\*

Ao longo deste subcapítulo, trouxe situações cotidianas que dessem abertura para se pensar como as crianças filhas e netas de imigrantes portugueses acabaram por crescer num meio em que as práticas culturais de seus avós precisavam ser adaptadas de acordo com o cenário do Rio de Janeiro, marcado por processos de exclusão (antilusitanismo) e inclusão (formação de associações de origem portuguesa). O antilusitanismo aparecia no esforço que se fazia para camuflar a identidade portuguesa fora de casa, seja ela a casa coletiva (associações lusas) ou a casa familiar. Esse esforço era mais forte e perceptível por meio das crianças, que moldavam o seu modo de falar, o sotaque, a conjugação verbal e o vocabulário a depender do ambiente.

O jeito português de ser tendia a ser circunscrito ao ambiente doméstico ou associativo, pois fora de casa as crianças eram brasileiras e precisavam demonstrar que pertenciam culturalmente ao país onde nasceram ou onde foram recebidas. A cultura lusocarioca foi construída conciliando, flexibilizando, negociando e reinterpretando elementos a partir da interação social entre o ser português e o ser carioca. Não bastava criar ambientes e ocasiões para celebrar as raízes lusitanas e o modo de viver rural dos antepassados, pois o Rio de Janeiro não era o Douro nem o Minho. Ainda que hábitos e costumes da terra de seus avós fossem presentes no dia a dia das crianças lusocariocas,

---

<sup>252</sup> Conversas com Mário Feijó, professor, 56 anos, outubro de 2024.

era preciso compreender a realidade brasileira miscigenada em que se vivia e tentar se inserir nela, pois era nela em que as crianças cresceriam, estudariam, trabalhariam, construiriam família e exerceriam os seus direitos de cidadania.

No processo de conciliação identitária, as mulheres portuguesas assumiam um papel de destaque. Nas sociedades recreativas lusitanas – voltadas para o lazer e para a diversão entre compatriotas –, a participação feminina era o cerne da reinvenção, pois eram elas que ajudavam a planejar e organizar os eventos da comunidade, preparavam os pratos típicos a serem degustados nas festividades e costuravam os trajes que seriam utilizados pelos ranchos folclóricos. Já nas associações de socorro mútuo – onde os portugueses recorriam em momentos de saúde frágil e vulnerabilidade social, econômica, emocional –, as mulheres não só eram a maioria das pessoas responsáveis pela tarefa do cuidado (por exemplo, as freiras que atuavam como enfermeiras), mas também eram as principais dependentes desses serviços, pois as associações ofereciam pensões por viuvez, doença ou invalidez, serviço funerário, medicamentos, consultas médicas e até alfabetização. A partir da trajetória de Ateneia, vimos que a Beneficência Portuguesa era o coração das famílias de origem lusa no Rio de Janeiro, pois era onde elas se encontravam para comemorar e para chorar; onde as mulheres lusas iam para dar à luz, onde seus filhos lusocariocas nasciam e onde seus entes queridos faleciam.

O patriarcado, que empurrou tantas Libânias ao analfabetismo, ao trabalho doméstico e fez com que suas narrativas se concentrassem no seio familiar, também foi responsável pela atribuição às mulheres da tarefa de cuidar das crianças, de as vestir, alimentar, ensinar valores e tradições. Desse modo, na casa familiar portuguesa, eram as Libânias, Giseldas e Lydias as principais responsáveis pela construção e pela contínua reconstrução do que era ser português em diáspora e do que era ser brasileiro com origens lusitanas. Eram elas que cuidavam da casa, de seus moradores e comandavam as dinâmicas familiares no interior da esfera doméstica. A subordinação formal a qual mulheres lusas eram submetidas partia da dependência econômica de seus maridos, mas ela era contraposta pela autonomia exercida por elas dentro de casa.

Na casa portuguesa, Libânia praticamente se vestia à moda da aldeia, mas fora dela, seguia a moda elegante de se vestir da classe média carioca, assim como suas filhas. A prática de viver do que se plantava na aldeia tornou-se a prática de se manter uma horta no quintal e de se criar animais de pequeno porte, como galinhas e coelhos, com o intuito de se manter a prática do cultivo, caso um dia precisassem recorrer à terra como sustento

novamente, e para complementar a alimentação familiar. Libânia cuidava de preparar a comida e cuidar das galinhas, enquanto António cuidava das verduras e dos legumes. As refeições eram momento de união familiar, onde adultos e crianças se uniam para conversar. Na mesa, não se discutia política portuguesa, mas sim política brasileira, pois as decisões do Palácio do Catete afetavam mais a vida cotidiana dos lusocariocas do que as práticas de Salazar. Os pratos preparados por Libânia e suas filhas partiam da afetividade que as receitas portuguesas provocavam e dos conhecimentos que a minhota havia adquirido enquanto trabalhava na casa da família alemã, no Porto, para serem feitos, mas incorporavam os ingredientes disponíveis no Brasil de modo a conciliar ambas as tradições.

A manifestação da religiosidade católica se dava no interior da casa e não era algo exacerbado, convivendo com ambiguidades e contradições próprias da vivência de cada uma. A procissão das velas que a família fazia em Portugal, visitando Fátima no dia de aparição de Nossa Senhora, foi substituída pela devoção silenciosa individual de Giselda, a partir de uma lamparina com a imagem de Nossa Senhora de Fátima que ela guardava dentro de casa. A devoção católica à Virgem Maria e aos santos populares precisou ser adaptada ao meio carioca, mas continuou sendo mais presente nas mulheres portuguesas do que nos homens, que costumavam ser mais céticos.

Libânia mal sabia ler e só assinava o próprio nome, mas apoiava que suas filhas estudassem, de modo que Giselda e Lydia adoravam ler romances, tinham o ensino primário completo e qualificação profissional, enquanto os netos de Libânia chegaram ao ensino superior. As músicas portuguesas continuavam sendo consumidas dentro de casa, mas agora elas dividiam espaço com canções cariocas, especialmente com sambas. Continuava-se sendo português, mas essa identidade não era excludente nem imutável, ela interagia com o meio carioca, numa relação dinâmica e dialética de transformações e negociações. Através da interação com o meio carioca, ocultava-se certos aspectos de ser português, salientava-se outros, e transformava-se em algo novo, se tornando lusocarioca num processo contínuo de reconstrução, adaptação e reinvenção.

Com as conciliações e criações, podemos aprender que a presença feminina foi fundamental para a manutenção dos laços afetivos com Portugal. O homem português que migrava na juventude para construir a vida nem sempre buscava uma mulher de origem portuguesa para se relacionar. O patriarcado, por atribuir às mulheres o papel de cuidadora do lar e educadora das futuras gerações, as responsabilizou pela reinvenção

cultural nos contextos diaspóricos. Isso significa que os descendentes dos homens imigrantes portugueses nem sempre se identificavam como portugueses, pois eles eram concebidos nas mais diversas situações e suas mães, que eram das mais distintas origens sociais e culturais, os criavam para darem continuidade à sua própria identidade, conciliando-a com a do pai da criança apenas se fosse do seu interesse. Já no caso dos descendentes das mulheres imigrantes portuguesas, foi bem mais comum a presença de elementos da cultura portuguesa em sua criação e o reconhecimento da importância da lusitanidade em sua formação identitária.

Crianças pequenas nascidas no Brasil, mas filhas de pais e mães portugueses, não eram contabilizadas como imigrantes por serem brasileiras natas. Porém, elas não deixavam de ser frutos da diáspora. Dentro do seio familiar é que a criança começa a formar sua visão de mundo e a construir sua própria identidade. Crescer dentro de uma casa portuguesa, ainda que seja em solo brasileiro, com certeza influenciava na construção identitária da criança que lá vivia. Elas falavam como portuguesas. Pensavam como portuguesas. Seguiam hábitos alimentares portugueses. Viviam em meio às comunidades lusas. Consumiam a cultura lusitana na medida do possível. Tinham vida social associada às práticas culturais do associativismo luso, que provia atendimento médico e até pensões por invalidez. As mulheres imigrantes portuguesas no Rio de Janeiro eram as mães e, posteriormente, as avós, que tinham a responsabilidade de cuidar dos filhos e, posteriormente, dos netos no dia a dia da primeira infância, fase mais importante do nosso desenvolvimento. Portanto, elas foram de suma importância para manter a cultura portuguesa viva na Cidade Maravilhosa ao longo do século XX.

Se Amália Rodrigues canta que numa casa portuguesa há “uma promessa de beijos e dois braços à minha espera”, provavelmente a afetividade do eu-lírico em relação a essa casa é fruto do trabalho de uma mulher.

## Conclusão

Minha avó costumava dizer que ela se sentia com mais de cento e trinta anos, apesar de na altura ela ainda não ter completado oitenta. Isto porque ela carregava consigo as experiências que os seus pais e avós haviam vivido e contado para ela. No seio familiar, experiências as quais ela própria não havia vivenciado, mas que crescera escutando histórias sobre, haviam sido apropriadas por ela e passado a integrar a sua rede de conhecimentos e sua subjetividade enquanto indivíduo. Na primeira vez que ouvi essa reflexão, achei que fosse exagero de uma avó com saudade de seus próprios avós, mas ao me deparar com a casa onde havia crescido vazia – e sem as promessas de beijos e abraços que eu tanto desejava que estivessem em minha espera –, percebi ter vinte e poucos anos com um peso centenário nas costas não é exagero nenhum.

Lydia Feijó nasceu em 1918, mas seu livro começa muito antes disso. As primeiras páginas de *Memórias* evocam o nascimento de seu avô, Miguel António Feijó, em 1849, em Coimbra. Já nas últimas páginas de *Memórias*, Lydia diz que está cansada e agradece a Deus por todos os anos vividos e por ter tido tempo de terminar de escrever a sua história. Ela anexa fotografias da virada do milênio e dedica sua obra a seus filhos, netos e bisnetos, pedindo para que eles “nunca se esqueçam de seus antepassados, porque são eles que contam a história de nossas vidas passadas, lembrando passagens esquecidas no tempo”<sup>253</sup>. Nesse esforço, a obra de Lydia reconhece que sua vida não começou no momento de seu nascimento, e seu legado não vai se encerrar no momento de sua morte. De modo semelhante a Ateneia, que carregava consigo as histórias de seus avós e compartilhava sempre que possível as suas histórias com sua única neta. Por um lado, há quem sinta que começou a viver no momento em que andou de bicicleta pela primeira vez, pois associa poder pedalar para onde quiser à conquista da liberdade de ir e vir. Por outro lado, há quem sinta que não vale mais a pena viver após ouvir acordes no piano pela última vez, pois para si a graça da vida está na música, e sem ela, para que viver? A vida começa e termina para cada um em momentos diferentes, que são arbitrariamente delimitados no momento do parto e do último suspiro.

---

<sup>253</sup> FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001. Acervo familiar.

Em relatos como o de Lydia e de Ateneia, fica evidente que o passado não é congelado no pretérito perfeito ou imperfeito. O passado é lembrado a partir do tempo presente e as trajetórias daqueles que não vivem mais ainda impactam no modo de ser das pessoas nos dias de hoje e tem muito a ensiná-las, não só sobre as experiências pretéritas em si, mas a ver os problemas do tempo presente com outros olhos, reconhecer suas diferenças e particularidades, ao mesmo tempo em que os historiciza, os conecta com dimensões mais amplas e nos faz ponderar acerca de suas consequências nas vivências humanas e na sociedade como um todo.

Em 1949, Lydia saiu da casa portuguesa de seus pais, em Santa Teresa, e foi morar em São Paulo devido ao novo trabalho do marido. Um ano após o fechamento da Velox, Giselda e Antero também deixaram Santa Teresa e foram construir sua própria casa lusocarioca em Niterói, do outro lado da baía de Guanabara. Envelhecidos, António e Libânia retornaram a Portugal, onde vieram a falecer no começo da década de 1970. As filhas divergiram acerca do que fazer com o patrimônio familiar na altura do falecimento de António e Libânia, de modo que Lydia vendeu a casa de Areosa, no Porto, contra a vontade de Giselda e as irmãs permaneceram afastadas até a virada do milênio, quando a saúde de Giselda definhou e, motivada pela doença crônica da irmã, Lydia escreveu seu livro de memórias. *Memórias* era para ser apenas um texto memorialístico de uma senhora entristecida com a perda iminente da irmã, mas a partir das perguntas do historiador, foi transformada em uma fonte histórica valiosíssima para se pensar a migração lusa na Primeira República, as particularidades de gênero nessa migração enfrentadas pelas mulheres portuguesas e a experiência de se viver entre dois mundos: o mundo português e o mundo carioca.

A cidade do Rio de Janeiro já chegou a ter 20% de sua população formada por imigrantes portugueses.<sup>254</sup> Esse peso populacional não pode ser esquecido, principalmente em certos bairros da cidade, como a Grande Tijuca. Muitos trabalhos já foram feitos sobre o assunto, mas por muito tempo o que predominava eram pesquisas que tratavam as vidas humanas apenas como dados demográficos ou que reduziam a experiência migratória à experiência masculina, por associarem a sua força de trabalho ao estímulo da economia. Todavia, reduzir um movimento migratório a números ou ao seu impacto na economia da terra natal do emigrante e do país receptor do contingente

---

<sup>254</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

imigratório apenas empobrece a compreensão humana acerca do seu próprio passado, fazendo com que se percam dados sociais e culturais que enriquecem o entendimento do tempo presente e se afastem contradições próprias da natureza humana.

António Feijó conciliava inúmeras ambiguidades: morou de aluguel no morro de Santo Antônio e perto da zona de prostituição da Lapa, mas era um pequeno burguês que fundara a primeira escola de datilografia do Rio de Janeiro; prezava pela moral e pelos bons costumes, mas recusou por muito tempo se casar com a mãe de suas filhas, com quem vivia amancebado; tinha sua fonte de renda e seus negócios no Brasil, país para onde emigrara, mas sustentava uma casa e uma família em Portugal, país onde nasceu e morreu. A diminuição da escala de análise e o estudo de trajetórias nos permite enxergar essas ambiguidades e analisá-las, além de nos permitir comparar as diferenças entre as trajetórias daqueles que emigravam de Portugal, como Antero Pereira Pinto, e aqueles que permaneciam nas aldeias, normalmente mulheres, como sua irmã Assunção.

Em minha pesquisa, busquei adotar o olhar da micro-história para conseguir enxergar a complexidade da experiência migratória e como o viver entre as duas margens do Atlântico afetava a vida das pessoas. A trajetória de Libânia mostra como a emigração feminina portuguesa foi muito mais marcada por conjunturas afetivas e familiares, na qual as mulheres portuguesas precisavam comprovar que havia um homem de confiança do outro lado do oceano para recebê-las, do que pela ambição econômica de alcançar melhores condições de vida, o que caracterizava o caso masculino. O homem a quem confiara lhe assegurara certos confortos e se esforçava pelo seu bem-estar, mas numa sociedade patriarcal onde a conduta feminina era constantemente vigiada, ele não lhe dera inicialmente a segurança proporcionada pelo casamento. Semianalfabeta e amancebada, Libânia foi submetida por António Feijó ao medo constante de ser preterida e ficar sem direitos legais para ela e para as filhas sobre os bens do datilógrafo, sem certezas econômicas, com um quadro emocional frágil e sob o julgo social por viver maritalmente com um homem a qual não era legalmente casada durante a infância das filhas. Mais tarde, o casal acabou legalizando a situação, mas os anos em que Libânia viveu amancebada revelam como a promessa de casamento foi utilizada como uma ferramenta de poder para submeter ainda mais as mulheres aos caprichos masculinos e intensificar a vigia acerca de sua conduta, não só a da mulher adulta, mas também sobre as filhas da relação. Essa estratégia de dominação patriarcal não se restringia a António Feijó, mas foi utilizada por outros homens portugueses do período, que viviam amancebados no Brasil

por anos, até não conseguirem um partido “melhor” e acabarem por oficializar a esposa no cartório.

As filhas dessa relação cresceram no entrelugar, passando períodos de tempo em Portugal e no Rio de Janeiro, sendo lusitanas demais para o padrão carioca e cariocas demais para o padrão lusitano. A identidade lusocarioca foi afirmada entre dois universos completamente distintos, conciliando heranças culturais para fazer algo novo, marcante em sua subjetividade e forma de ver o mundo. Nessas idas e vindas, o estilo de vida que elas levavam em cada margem do Atlântico era completamente diferente, de modo que o Rio de Janeiro não era vivenciado por elas como uma ex-colônia atrasada, mas sim como os ares da civilização que elas não encontravam no Portugal rural de seus pais. Essa perspectiva positivista do Brasil como representante de ideais de progresso, civilidade e conectividade urbana não se limitava a ideias propagadas pelos pioneiros da República, mas era alimentada pelos próprios imigrantes portugueses que para cá vieram, os quais provinham de aldeias lusitanas com um ritmo de vida completamente diferente, mais tranquilo e com fortes laços comunitários, porém isoladas, com menos infraestrutura e oportunidades.

Já a Escola Velox de datilografia nos faz pensar nas estratégias de ascensão social femininas, como a qualificação profissional para exercer ofícios como datilógrafa, secretária ou professora. Apesar dos machismos de António Feijó, ele fazia questão que suas filhas estudassem e recebessem qualificação profissional, para, em caso de necessidade, elas não serem submetidas por outros homens às incertezas que ele próprio submeteu Libânia. António Feijó soube ler o peso da busca feminina por emprego para a criação da Velox, assim como Antero percebeu a venda de chapéus e artigos de moda femininos como um potencial lucrativo subaproveitado e investiu na área.

Em meu trabalho, quis trazer a emigração como o não rompimento e como a reinvenção dos vínculos afetivos com o país de origem. Por um lado, havia os irmãos Antero e Assunção, que representavam o contínuo relacionamento entre os emigrantes que iam e os seus entes queridos que permaneciam na terra natal. Assunção recebia remessas de dinheiro enviadas por Antero para investir na propriedade familiar e ajudar a se manter, assim como recortes de jornais e revistas vindos do Brasil para estar sempre acompanhando a realidade a qual seu irmão e sobrinhos estavam inseridos. Do mesmo modo, Antero recebia notícias de Portugal e dos acontecimentos da aldeia com frequência, e enviava remessas para ajudar no que fosse possível. Por outro lado, uma vez

estabelecidos no Brasil, era comum que imigrantes portugueses fossem ao encontro uns dos outros e formassem associações recreativas e de cunho assistencial que servissem de rede de apoio, espaço de sociabilidade, e *locus* para a construção de novas identidade e tradições que conciliassem a nova realidade a qual estavam inseridos com a herança portuguesa de seus ancestrais. Nesse mesmo sentido, as casas familiares constituídas por esses imigrantes também se tornaram lugares de reconstrução identitária, principalmente conduzidas por mulheres, que enriquecem a percepção do que significava para as crianças criadas nesse ambiente serem portuguesas, serem cariocas, ou serem lusocariocas.

A troca entre irmãos, a formação de associações portuguesas e a recriação de hábitos de origem lusa nas casas de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro ressaltam que os vínculos afetivos dos lusocariocas com seu passado em Portugal não foi imediatamente rompido no ato migratório, de modo que as continuidades e as recriações precisam ocupar mais espaço na investigação acerca desses imigrantes, que são reduzidos números que saem de um senso demográfico e entram em outro, ao longo da historiografia. O estudo acerca da imigração portuguesa não pode se reduzir às propostas de branqueamento da população brasileira, ao peso econômico dos homens imigrados e aos conflitos entre a população lusa recém-chegada e os trabalhadores brasileiros no mercado de trabalho; mas devem incorporar perspectivas outras que interseccionem o gênero dos imigrantes à experiência migratória, analisem as estratégias adotadas por eles/elas em busca de ascensão social, busquem pelas continuidades entre as duas margens do Atlântico e pensem como a sua reconstrução da identidade lusitana impactou o seu viver na terra que os acolheu; no caso, o Rio de Janeiro.

## **Relação de fontes**

### ***Entrevistas:***

- Ateneia Feijó, realizada por Júlia Monteiro, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2022.
- Rogério Feijó, realizada por Júlia Monteiro, Rio de Janeiro, 16 de agosto de 2024.
- Mário Feijó, realizada por Júlia Monteiro, Rio de Janeiro, 6 de outubro de 2024.

### ***Documentação cartorial:***

- “Giselda Pereira Feijó”, Declaração de Nascimento, Quarta Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais da Justiça da Capital Federal – Freguesia da Glória, 15 de janeiro de 1916.
- “Ateneia Maria Feijó Pinto”, Certidão de Nascimento, Quarta Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais da Justiça da Capital Federal – Freguesia da Glória, 11 de março de 1943.
- “Mário Feijó Borges Monteiro”, Certidão de Nascimento, Quarta Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais da Justiça do Estado da Guanabara – Freguesia da Glória, 18 de dezembro de 1967.

### ***Acervo familiar:***

- FEIJÓ, Lydia. *Memórias*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros SENAI-RJ, 2001.
- Diploma da Escola Velox de datilografia de Giselda Pereira Feijó. Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1930.
- Álbuns de fotografia de Giselda Feijó (Álbum da infância e da juventude de Antero e Giselda; Álbum da lua de mel até o nascimento de Milton Hermínio; Álbum de bebê de Milton Hermínio; Álbum de bebê de Ateneia Maria até a primeira comunhão; Álbum de Ballet de Ateneia Maria).
- Carteira de identificação de sócio de Giselda Feijó Pinto da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência, 1938.
- Recibo de Antero Pereira Pinto referente ao pagamento da joia de admissão de sócio efetivo da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência de sua filha Ateneia Maria Feijó Pinto, 1951.
- Carteira de identificação de sócio de Ateneia Feijó da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência, 1967.

**Videodocumentários:**

- Vídeo promocional da Rede D'Or e artigo "Glória D'Or: um legado histórico a serviço da saúde dos cariocas". Ambos disponíveis em: <https://www.rededorsaoluiz.com.br/noticias/artigo/ gloria-dor>

- A INAUGURAÇÃO DO HOSPITAL VISCONDE DE MORAES DA REAL SOCIEDADE PORTUGUEZA DE BENEFICENCIA. Produção: Botelho Film. Documentário, curta-metragem, silencioso, não-ficção. Rio de Janeiro – DF, 1927. Disponível em: <http://www.bcc.gov.br/filmes/443238#>

**Periódicos:**

- *Jornal do Brasil*, 1909 – 1951.

- *Leitura para todos*, nº 40, junho de 1909.

- *O Jornal*, 19 de abril de 1927.

- *Revista da Casa Pratt* – Rio de Janeiro (1928-1930)

- *Manchete*, 9 de janeiro de 1971.

- *Revista Geográfica Universal*, março de 1990.

## Bibliografia

ALVES, Ana Elizabeth Santos. SILVA, Lígia Maria Portela da. “Ensino profissional em Conquista nas décadas de 1930 e 1940: o curso de datilografia”. In: UEPG, *Letras e Artes*, Ponta Grossa, 2008.

BAGANHA, Maria Ioannis. *Imigração e Política: O Caso Português*. Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Lisboa, 2001.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica.” In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina; PORTELLI, Alessandro. *Usos & abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006.

BRANCO, Jorge Freitas. “A fluidez dos limites: discurso etnográfico e movimento folclórico em Portugal”. In: *Etnográfica*, vol. 3 (1) | Portugal, 1999, p. 23-48.

BREGOLIN, Débora Bresolin. *A moda como linguagem: singularidades e códigos vestíveis no trânsito entre o profano e o sagrado do Candomblé*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Caxias do Sul. 2018.

CHAVES, Larissa Patron. “Honremos a Pátria Senhores!” – *As Sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro do Rio Grande (1854-1910)*. Tese de Doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2008.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. "Acontece que eu sou baiano: identidades em Santana - Rio de Janeiro, no início do século XX". In: CHALHOUB, Sidney; CUNHA, Maria Clementina Pereira; CANO, Jefferson e AZEVEDO, Elciene (orgs.). *Trabalhadores na cidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010

DIAS, Vanessa Tavares. *Memórias da Casa: Um estudo sobre mulheres imigrantes portuguesas no Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado em Antropologia – UFRJ. Rio de Janeiro, 1997.

FERREIRA, João José Brandão. “Portugal na I Guerra Mundial”. In: *Revista Militar* N° 2553 - Outubro de 2014, p. 879-892.

FONSECA, Vítor Manoel Marques da. “Associativismo português no Rio de Janeiro, 1903-1909” In: MARTINS, Ismênia. SOUSA, Fernando de. (org) *Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos*. Rio de Janeiro: CEPESSE / FAPERJ, 2006.

FONSECA, Vitor. “Monumentos à imigração: as sedes das associações portuguesas no Rio de Janeiro no início do século XX”. In: SOUSA, Fernando. (org). *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Afrontamento / FAPERJ, 2007.

FONSECA, Vitor. “Imigração: identidade e integração, 1903-1916”. In: SOUSA, Fernando. (org). *Deslocamentos e Histórias: os Portugueses*. Santa Catarina: EDUSC, 2008.

FONSECA, Vitor. “Associações portuguesas no Rio de Janeiro: aspectos sociais e financeiros em 1912”. In: SOUSA, Fernando. (org). *Nas Duas Margens: os Portugueses no Brasil*. CEPESSE / Edições Afrontamento, 2009.

- FONSECA, Vitor. “Imigrantes portugueses e sociedades recreativas no Rio de Janeiro, 1903-1916”. In: SOUSA, Fernando. (org) *Entre Mares: O Brasil dos Portugueses*. Belém: Paka-tatu, 2010.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GOULART, Adriana da Costa. “Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro.” In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v.12, p.101, abril, 2005.
- GRANGEIA, Mario Luís. “Memórias e direitos na imigração portuguesa no Brasil do século XX”. In: *História* (São Paulo), vol. 36, 2017, p. 1-20.
- HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- JORGE FILHO, José Ismar Petrola. “Teatro Português nos Palcos e Jornais Brasileiros: censura e crítica”. In: *Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação USP*. São Paulo, 2011.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.
- LEITE, Ana Carolina da Silveira. “Cartas de mulheres: História Social da Cultura Escrita de E/Imigrantes Portuguesas no Brasil (1896-1929).” In: *CEM nº8 - Cultura, Espaço & Memória* - Faculdade de Letras da Universidade do Porto /Edições Afrontamento: Porto, 2018.
- LINS DE BARROS, Myriam Moraes. “Memória e Família”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3. 1989. p. 29-42.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 18 e p. 19.
- LOPES, Policarpo. *Signification de Fatima dans une situation d’émigration*. Albufeira: edit. Poseidon. 1992.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa. “As Remessas dos Emigrantes Portugueses no Brasil e a Capitalização da Economia Local: Alguns Exemplos” In: SOUSA, Fernando. *Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. CEPESE, 2014.
- MARQUES, T. C. DE N.; MELO, H. P. DE. “Negócios portugueses no Rio de Janeiro: um estudo sobre o Banco Português do Brasil (1918 a 1938)”. In: *Revista de Economia Contemporânea*, v. 15, n. 3, p. 461-482, set. 2011.
- MARTINHO, F. P. “O “velho” e o “novo” na canção portuguesa Amália Rodrigues, o fado e o canto de intervenção na Revolução dos Cravos.” In: *Varia História*, v. 39, nº 81, set. 2023.
- MATOS, Maria Izilda. “Alimentando o coração: memória e tradição das mulheres imigrantes portuguesas – São Paulo (1900-1950)” In: SOUSA, Fernando de. MARTINS, Ismênia de Lima. MENEZES, Lená Medeiros de. MATOS, Izilda. ARRUDA, Jobson. SARGES, Nazaré. FERLINI, Vera. (coordenação). *Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. CEPESE / Edições Afrontamento: Porto, 2014
- MATOS, Maria Izilda. TRUZZI, Oswaldo. “Saudades: sensibilidades no epistolário de e/imigrantes portugueses (Portugal-Brasil 1890-1930)”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, nº 70, 2015.

MATOS, Maria Izilda Santos de. “Podes vir que aqui estou a tua espera”: a viagem e a mala do e/imigrante na literatura epistolar de portugueses em São Paulo”. In: MENEZES, Lená Medeiros de. SOUSA, Fernando de. *Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico: Múltiplos olhares sobre a e/imigração*. Ed. UERJ: Rio de Janeiro, 2017.

MATOS, Maria Izilda Santos de. “Posta à mesa: mulher, memória e tradição”. In: MENEZES, Lená Medeiros de. MATOS, Maria Izilda Santos de. *Gênero e imigração: Mulheres portuguesas em foco (Rio de Janeiro e São Paulo – XIX e XX)*. São Paulo: e-Manuscrito, 2017.

MELO, Victor Andrade de. PERES, Fabio de Faria. “Associativismo e política no Rio de Janeiro do Segundo Império: o Clube Ginástico Português e o Congresso Ginástico Português”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, v.15, n° 28, p. 242-265, 2014 | [www.revistatopoi.org](http://www.revistatopoi.org)

MENDES, Fátima de Sousa. *Imigração e identidade feminina: um estudo com imigrantes portugueses do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: U.F.R.J. Laboratório de Pesquisa Social, 1994.

MENEZES, Lená Medeiros de. “Imigração e Comércio: silêncios sobre a mulher”. In: SOUSA, Fernando de. MATOS, Maria Izilda. SARGES, Maria de Nazaré. VIEIRA JR., Antonio Otaviano. CANCELA, Cristina Donza. (coordenação) *Entre Mares: O Brasil dos Portugueses*. Editora Paka-Tatu. Belém, 2010.

MENEZES, Lená Medeiros de. “Cadeias migratórias, indústria e comércio: a Tijuca como estudo de caso”. In: MENEZES, Lená Medeiros de. SOUSA, Fernando de. (coordenação) *Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico: Múltiplos olhares sobre a e/imigração*. Ed. UERJ: Rio de Janeiro, 2017.

MONTEIRO, Isilda Braga da Costa. “A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar - uma questão em debate na segunda metade do século XIX”. 2015.

NEVES, Margarida de Sousa. “Uma capital em *trompe l’oeil*: O Rio de Janeiro, cidade-capital da República Velha.” In: MAGALGI, A. M. et al. *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 253-286.

NEVES, Margarida de Souza. “História e Memória: os jogos da memória.” In: MATTOS, Ilmar Rohloff (org.). *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro, 1998.

NORA, Pierre. “Entre a história e a memória: a problemática dos lugares de memória.” In: *Revista Projeto História*. Num. 10, São Paulo: Educ/PUC-SP, 1993.

O'DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

OLIVEIRA, Carla Mary S. *Saudades d'além-mar: a revista Lusitania e a imigração portuguesa no Rio de Janeiro (1929-1934)*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. “Mulheres Portuguesas na Belle Époque manauara”. In: MENEZES, Lená Medeiros de. SOUSA, Fernando de. *Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico: Múltiplos olhares sobre a e/imigração*. Ed. UERJ: Rio de Janeiro, 2017.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. SANTOS, Paula Marques dos. “Legislação sobre emigração para o Brasil na Primeira República.” In: SOUSA, Fernando de. MARTINS, Ismênia de Lima. MATOS, Izilda. (coordenação) *Nas Duas Margens: Os Portugueses no Brasil*. CEPESE / Edições Afrontamento. Porto, 2009.

PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração: 1850 a 1930*. Lisboa: A regra do Jogo, 1981.

RIBEIRO, Tânia Cristina Costa. “É uma dança portuguesa com certeza? Um estudo sobre formas de pertencimentos, processos de criação e influências da dança portuguesa do Maranhão.” *Monografia de Graduação*, Universidade de Brasília, 2016.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas: o antilusitanismo na Primeira República*. Niterói: Eduff, 2017.

RIBEIRO, Gladys Sabina. POPINIGIS, Fabiane. TERRA, Paulo Cruz. *Portugueses e cidadãos: experiências e identidades nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2018.

SARMIENTO, Érica. “Trajetórias femininas, trajetórias invisíveis: as mulheres galegas no além-mar”. In: MENEZES, Lená Medeiros de. SOUSA, Fernando de. *Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico: Múltiplos olhares sobre a e/imigração*. Ed. UERJ: Rio de Janeiro, 2017.

SEGRE, Roberto. KOATZ, Gilson Dimenstein. “Morro de Santo Antônio: significado dos limites de um vazio urbano”. In: *ANAIS DO XV ENANPUR*, v. 15 n° 1 (2013).

SILVA, Brasilina Pereira da. *Cartas de Chamada: A dimensão familiar da emigração*. CEPES, Porto, 2014.

TEIXEIRA, Alfredo. “Fátima – um laboratório da modernidade religiosa.” In: RIBEIRO, Antônio Lopes. MARTINS, Paulo Cezar Borges. DA SILVA, Sandra Célia Coelho G. (org.) *Diversidade religiosa no Brasil Contemporâneo*. Goiânia: Kelps, 2018.

TORRES, José Pereira. *O homem minhoto (das origens à diáspora) – História da Casa do Minho do Rio de Janeiro*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Centro de Estudos, 1987.